

GERSON PINTO ALVES

**O PROTAGONISMO DA ESCOLA POLO INDÍGENA TERENA
ALEXINA ROSA FIGUEREDO, DA ALDEIA BURITI, EM
MATO GROSSO DO SUL, NO PROCESSO DE RETOMADA DO
TERRITÓRIO DA TERRA INDÍGENA BURITI**



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
Campo Grande-MS
2016**

GERSON PINTO ALVES

**O PROTAGONISMO DA ESCOLA POLO INDÍGENA TERENA
ALEXINA ROSA FIGUEREDO, DA ALDEIA BURITI, EM
MATO GROSSO DO SUL, NO PROCESSO DE RETOMADA DO
TERRITÓRIO DA TERRA INDÍGENA BURITI**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica Dom Bosco, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: Diversidade Cultural e Educação Indígena

Orientador: Prof. Dr. Heitor Queiroz de Medeiros

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
Campo Grande - MS
2016**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca da Universidade Católica Dom Bosco - UCDB, Campo Grande, MS, Brasil)

A474P Alves, Gerson Pinto

O protagonismo da Escola Polo Indígena Terena Alexina Rosa Figueiredo, da Aldeia Buriti, em Mato Grosso do Sul, no processo de retomada do território da terra Indígena Buriti / Gerson Pinto Alves; orientação Heitor Queiroz de Medeiros. -- 2016.

115 f.

Dissertação (mestrado em educação) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2016.

1. Índios Terena - Educação 2. Projeto Político Pedagógico
3. Democratização da educação 4. Idosos - Participação na educação
I. Medeiros, Heitor Queiroz de II. Título

CDD - 371.8298081

**O PROTAGONISMO DA ESCOLA POLO INDÍGENA TERENA
ALEXINA ROSA FIGUEREDO, DA ALDEIA BURITI, EM MATO
GROSSO DO SUL, NO PROCESSO DE RETOMADA DO TERRITÓRIO
DA TERRA INDÍGENA BURITI**

GERSON PINTO ALVES

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO

BANCA EXAMINADORA:

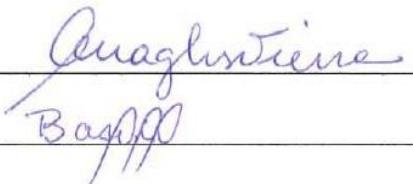
Prof. Dr. Heitor Queiroz de Medeiros – PPGE/UCDB (orientador)



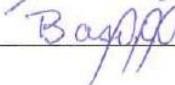
Profª. Drª Eunice Dias de Pula (UFG-CIMI/MT - Escola Indígena Estadual Tapi'itâwa)

(membro externo) Eunice

Prof. Dr. Carlos Magno Naglis Vieira- UCDB- (membro interno)



Cacique Basílio Jorge- Aldeia Lagoinha (convidado especial)



Campo Grande, 31 de março de 2016

UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO - UCDB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - MESTRADO E DOUTORADO

Aos meus pais, pelo amor, dedicação,
vida e educação, muito obrigado!

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, em quem deposito minha fé particular, por me guiar e amparar nos momentos difíceis.

À Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), por proporcionar a oportunidade de cursar o mestrado em Educação.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), por entender e nos acolher tão bem neste espaço não indígena, mas fazendo nos sentir bem neste ambiente.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por conceder apoio para eu cursar o mestrado. Por meio da bolsa CAPES, obrigado.

Ao Observatório da Educação - Educação Indígena da UCDB, coordenado pela Profª Drª Adir Casaro Nascimento, por estar sempre presente procurando ser companheiro em todas as horas.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Heitor Queiroz de Medeiros, por compreender as minhas tensões e estar ao lado propondo e discordando naquilo que compreende ser o melhor para pesquisa.

Aos meus familiares: esposa, Alessandra Gabriel, aos meus seis filhos, Géssica Gabriel Pinto Alves, Willian Gabriel Pinto Alves, Christian Denner Pinto Alves, Fernanda Aparecida Rodrigues Pinto Alves, Iris Ramona Pinto Alves, Kailane Nazaré Pinto Alves, aos meus dois netos, Cristiano Sebastião Hanaiti Naty Almeida Pinto Alves e Helena Marine Rodrigues Pinto Alves, obrigado pela força e incentivo, que sempre valorizaram meus potenciais.

Aos meus pais Ramão Pinto Alves *in memoriam*, e Edite Alcântara Alves, que acreditaram que seria possível ter um filho educado e respeitador da cultura indígena.

Aos meus irmãos, Terezinha Pinto Alves, Adelir Aparecida Pinto Pereira, Cleir Alcântara Alves, Cledeir Pinto Alves, José Claudir Pinto Alves, Anagleisse Alcântara Alves, Gleica Alcântara Pinto, Eder Alcântara Oliveira, Claudenir Pinto Alves, e Deizinara Pinto Alves, muito obrigado pelo apoio.

Aos meus líderes tribais, que compreenderam minha ausência em algumas reuniões, em especial ao Cacique Rodrigues Alcântara.

Ao professor mestre, Fernando Augusto Azambuja, por ser o amigo do peito que procurou estar presente em minhas angústias.

Ao secretário de Assuntos Indígenas do Município de dois Irmãos do Buriti, Arildo Alves Alcântara, obrigado por estar sempre à disposição para uma boa conversa relacionada ao meu tema.

Ao prefeito Wlademir de Souza Wolk, da Prefeitura de Dois Irmãos do Buriti, pelo apoio estendido quando necessário.

Ao secretário de educação do município de Dois Irmãos do Buriti, Eder Aguiar, meu muito obrigado pelo apoio.

Aos meus cunhados Laucir Marques Pereira, José Liandro Figueredo e Emilio Oliveira Figueredo, que estiveram junto apoiando nos momentos de angústia, obrigado.

A família do seu Alzimiro Grance e Eva Alves, onde me hospedei durante minhas vindas para o curso, muito obrigado.

A Mariana Amaral de Queiroz, pela gentileza e apoio na elaboração do abstract.

PINTO, Gerson Alves. *O protagonismo da Escola Polo Indígena Terena Alexina Rosa Figueiredo, da Aldeia Buriti, em Mato Grosso do Sul, no processo de retomada do território da terra Indígena Buriti*. Campo Grande. 2016. 115f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica Dom Bosco.

RESUMO

Essa dissertação de mestrado está vinculada à Linha de Pesquisa “Diversidade Cultural e Educação Indígena”, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica Dom Bosco, mestrado e doutorado através do Grupo de Pesquisa Educação e Interculturalidade, faz parte do Projeto de Pesquisa - Núcleo Local, submetido ao Edital 049/2012/CAPES/INEP - Observatório de Educação Escolar Indígena. Neste trabalho analisamos o protagonismo da Escola Indígena Terena Alexina Rosa Figueiredo, da Aldeia Buriti, em Mato Grosso do Sul, no processo de retomada do território da Terra Indígena Buriti, no município de Dois Irmãos do Buriti. O objetivo da pesquisa foi analisar o envolvimento de toda a comunidade escolar, em articulação com as lideranças da aldeia, no processo de retomada da terra originária dos Terena nessa região, buscando entender como foi a participação de cada seguimento da escola nesse processo e compreender o quanto a escola faz diferença quando se tem o comando sobre a mesma, pois não basta ter a escola é necessário ter domínio sobre a mesma. A metodologia desta pesquisa é de cunho qualitativo e busca articulação de diversos processos, como análise documental, entrevista com anciões, lideranças, estudantes e professores, bem como do planejamento da escola em seu Projeto Político Pedagógico (PPP), onde os professores incorporaram a participação no processo de retomada das terras originárias dos Terena da região do Buriti como processo pedagógico da escola, portanto, uma metodologia militante tendo a cultura Terena como referência para pesquisa onde cada membro esteve contribuindo com opinião, com seu trabalho braçal estando sempre pronto para fazer acontecer a retomada. A pesquisa mostra a importância da participação da direção, professores, alunos, pais e anciões da comunidade nas ações de retomada dos territórios ancestrais dos Terena na região do Buriti, fazendo desse processo o instrumento principal que norteia o PPP da escola, tornando a escola protagonista de uma educação diferenciada que fortalece a identidade dos alunos e vitaliza a cultura Terena dentro da aldeia Buriti. O corpo docente da escola vem construindo, mesmo com dificuldade, uma educação com valores sustentados nos saberes tradicionais mantidos pelos anciões. A pesquisa contribui para a compreensão de como o protagonismo da equipe escolar por meio do envolvimento efetivo dos professores e alunos nas ações de retomada dos territórios possibilita que se efetive nessa escola uma educação escolar indígena realmente diferenciada e que atenda aos interesses da comunidade Terena.

Palavras-Chaves: Projeto Político Pedagógico. Retomada do território escolarização. Legislação, Anciões.

PINTO, Gerson Alves. The role of Indigenous Polo School Terena Alexina Rosa Figueredo, Village Buriti, Mato Grosso do Sul, in the process of recovery in the territory of the Indigenous Land Buriti. Campo Grande .2016. 115f. Dissertation (Master)- Dom Bosco Catholic University.

ABSTRACT

This paper presents partial results of the dissertation linked to the Research Line “Cultural Diversity and Indigenous Education” Program of Graduate Studies in Education - Catholic University Dom Bosco, through the Group Education and Intercultural Research, part of the Research Project - Core Location, submitted to Notice 049/2012 / CAPES / INEP - Observatory of Indigenous Education, analyzing the role of Indigenous School Terena Alexina Rosa Figueredo, Village Buriti, Mato Grosso do Sul, in the process of recovery of the Earth's territory Indigenous Buriti, in the municipality of Two Brothers do Buriti. The methodology of this research is qualitative in nature and seeks articulation of various processes such as document review, interviews with elders, leaders, students and teachers as well as the participation of school planning your PPP where teachers incorporated the participation in the recovery process the originating land of the Terena Buriti region as a pedagogical process of school, so a militant approach with the Terena culture as a reference for research. The research so far carried out shows the importance of participation in the management, teachers, students, parents and elders of the community in the resumption of shares of the ancestral territories of the Terena in Buriti area, making this process the main instrument that guides the school PPP. Making the protagonist of a differentiated school education that strengthens the identity of students and vitalizes the Terena culture within the village Buriti. The faculty has been building even with difficulties an education with values held in traditional knowledge held by elders. A research has contributed to understanding how the role of school staff through the effective involvement of teachers and students in the territories enables recovery actions be made effective this school an indigenous school education really different and that meets the interests of the Terena community.

Keywords: Pedagogical Policy Project. Resumption planning. Legislation. Elders. School.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIAÇÕES

- AEC - Associação de Educação Católica de Mato Grosso do Sul.
- CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- FUNAI - Fundação Nacional do Índio
- FUNASA - Fundação Nacional de Saúde
- IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
- LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- MEC - Ministério da Educação
- MS - Mato Grosso do Sul
- PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais
- PPGE - Programa de Pós-Graduação em Educação
- RCNEI - Referencial Nacional Curricular para as Escolas Indígenas
- SEF - Secretaria de Educação Fundamental
- SEMED - Secretaria municipal de Educação
- SPI - Serviço de Proteção ao Índio
- TI - Terra Indígena
- UCDB - Universidade Católica Dom Bosco
- UEMS - Universidade do Estado de Mato Grosso do Sul
- UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de ocupação histórica dos Terena na Invernada Buriti	34
Figura 2 - Localização da Terra Indígena Buriti-MS	40
Figura 3 - Terra indígena Buriti.....	41
Figura 4 - Esboço da localização da Região do Buriti.....	43
Figura 5 - Livreto construído pelos professores da escola Alexina.....	55
Figura 6 - Representação da organização política da aldeia Buriti	62
Figura 7 - Demonstrativo da avaliação do Saeb	105
Figura 8 - Quadro demonstrativo do resultado da escola Alexina Rosa Figueredo	109
Figura 9 - Quadro demonstrativo da escola Alexina Rosa Figueredo serie/ano 9º	110

LISTA DE FOTOS

Foto1	- Crianças no espaço da retomada fortalecendo e encorajando os pais para continuar.....	22
Foto2	- Crianças recepcionando autoridade no espaço da retomada	23
Foto3	- Guerreiro atento para compreender os ensinamentos vindos do koixomoneti.....	24
Foto4	- Orientação sendo repassado para os guerreiros	25
Foto 5	- Oficina de libras com os professores indígenas na escola da retomada.....	58
Foto 6	- Professores e Diretor na oficina na escola da retomada.....	67
Foto 7	- Alunas Terena dançando <i>Siputrena</i> na área retomada em frente à escola	70
Foto 8	- Guerreiro Terena da Aldeia Buriti dançando na área retomada 2010.....	75
Foto 9	- Cozinha e sala de aula da Escola de extensão Altina Dias.....	80
Foto 10	- Escola de extensão Altina Dias aldeia Oliveira - Terra Indígena Buriti	81
Foto 11	- Escola Polo Municipal Indígena Alexina Rosa Figueiredo.....	82
Foto 12	- Reunião do Cacique e lideranças a área retomada.....	83
Foto 13	- Vista aérea da área retomada pelos Terena da aldeia Buriti 2010	87
Foto 14	- A mudança da escola para o território de retomada 2010	96

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Funcionários administrativos da Escola Municipal Indígena Alexina Rosa Figueiredo.....	77
Quadro 2 - Professores da Escola Municipal Indígena Alexina Rosa Figueiredo	78
Quadro 3 - Funcionários administrativos da escola extensão Altina Dias na aldeia Oliveira.....	79
Quadro 4 - Professores que atuam na escola extensão Altina Dias na aldeia Oliveira	80

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO - TRAJETÓRIA DE VIDA: DA INFÂNCIA AO MESTRADO NO PPGE/UCDB	13
CAPÍTULO 1 -OS TERENA E A OCUPAÇÃO DA ALDEIA BURITI	26
1.1 Da origem à perda do Território	26
1.2 A demarcação da Terra Indígena (TI) Buriti	32
CAPÍTULO 2 - O ENVOLVIMENTO DA ESCOLA NA RETOMADA DO TERRITÓRIO TRADICIONAL DA TERRA INDÍGENA BURITI	48
2.1 A educação escolar indígena e a cultura Terena.....	49
2.2 A Escola Alexina Rosa Figueredo e a retomada da Terra Indígena Buriti	57
2.3 A estruturação da Escola Polo Municipal Indígena Alexina Rosa Figueredo.....	75
2.4 A organização da retomada do território pelas lideranças tradicionais e professores indígena	83
2.5 O Projeto Político Pedagógico da Escola Alexina Rosa Figueredo e o planejamento para participação na retomada do território	89
CAPÍTULO 3 - A AVALIAÇÃO DO INEP/IDEB NA ESCOLA POLO MUNICIPAL INDÍGENA ALEXINA ROSA FIGUEREDO	99
CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
REFERÊNCIAS	114

INTRODUÇÃO

TRAJETÓRIA DE VIDA: DA INFÂNCIA AO MESTRADO NO PPGE/UCDB

Meu nome é Gerson Pinto Alves, sou da etnia Terena da aldeia Buriti. Nasci em 20 de setembro do ano 1971, na Terra Indígena Buriti, Município de Dois Irmãos do Buriti, Mato Grosso do Sul (MS). Vivi minha infância na Aldeia Buriti onde cursei o 1º e 2º ano do fundamental na escola XV de Novembro, mantida pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), as salas eram multisseriadas, e só ofereciam até a quarta - série. Para que eu concluísse o ensino fundamental foi necessário mudar da aldeia onde fomos morar na aldeinha Tereré em Sidrolândia, no ano de 1984 ficamos por um ano nesta comunidade e após este período mudamos para a cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul (MS). Morar na Capital foi ainda, mais difícil ficamos apenas quatro (04) meses por não conseguir-se adaptar. Os meus pais retornaram a aldeia e eu continuei morando com um parente na cidade de Campo Grande para dar sequência nos estudos.

Ouvia as histórias contadas pelo meu pai, sua passagem de vida em sua infância, onde aos onze anos de idade começou a trabalhar para garantir o seu sustento por isso insistiu para que todos os filhos fossem perseverantes no estudo acreditava que estudando seriam vencedores. O mesmo quando foi para a escola, aprendeu a ler mesmo antes de completar três meses de estudo. O primeiro livro foi Caminho Suave¹ contava este fato com muito orgulho, em uma roda de conversa para todos os filhos, lembrava que foi criado por seu avô paterno, pois sua mãe o havia abandonado, a mesma foi embora da Aldeia levando suas três irmãs, recordava com muita clareza sua infância e buscava fortalecimento para continuar sua vida junto de seus filhos.

Lembrava este fato como uma forma de incentivo, procurava usar este meio para mostrar que a vida é difícil, mas é possível sobreviver. Esta passagem de vida vivenciada por meu pai trouxe muita garra a ele, pois o mesmo dizia que o primeiro trabalho que conquistasse iria agarrar com unhas e dentes, procurou trazer este bom exemplo consigo.

¹ Caminho Suave: Alfabetização pela imagem, Editora “Caminho Suave”, Branca Alves de Lima.

Na aldeia Buriti a criança não pode participar de assunto que só diz respeito aos mais velhos, pois existe um momento específico para que os pais e avós façam um ritual para dar conselho aos mais jovens. Mesmo assim, participei de momentos importantes sem que somente pessoas mais velhas, poderiam estar desobedecendo esta parte da cultura Terena. Aprendi muito, mesmo sem poder opinar, mas procurando guardar os ensinamentos repassados pelos anciões e os meus tios que sempre proporcionaram e quiseram minha presença junto deles, ainda que sem permissão. Boa parte deste conhecimento que tenho trago de minha infância vivida ao lado do meu pai hoje *in memoriam* “Ramão Pinto Alves²”. Foi fundamental estar junto destas pessoas tão especiais.

Tracei meu objetivo de ser professor, me orgulhei em trabalhar ao lado de meu pai, pois o mesmo já exercia esta função de professor há quarenta anos, foi quem alfabetizou várias crianças graças a sua humilde formação de 4^a série do ensino fundamental, foi quem repassou os primeiros ensinamentos para muitas crianças, inclusive eu.

Segundo professor Ramão Pinto Alves em seu depoimento, em reunião na escola Alexina Rosa Figueiredo, em abril de 2009, o qual atuou nesta escola por um longo período, a orientação era apenas ensinar fazer o nome, não havia um propósito em ensinar, para a vida, se iriam apreender ou não, bastava escrever o nome e a criança já era considerada aprovada, podendo passar a mesma para frente, o professor pelo seu princípio indígena, buscou transformar este espaço educacional em algo prazeroso aos estudantes, não aceitando, a orientação que recebia de seu superior. Criou se então sua metodologia trazendo os pais para o âmbito da escola, mostrando que estes jovens tinham condições de ir além das fronteiras indígenas por meio do estudo.

A escola contava com anuência do cacique e também da comunidade, o que ainda não tinha era um domínio didático ou uma proposta, pois havia apenas um professor que, trabalhava todas as disciplinas, com isso não existia proposta de aperfeiçoamento uma preparação do professor, mas esta escola obteve seu mérito, pois vários jovens estudaram neste sistema de ensino com este professor e conquistaram sua independência, seja no estudo ou no trabalho.

O sistema da escola não era favorável para tornar aqueles estudantes em cidadão críticos, proporcionava apenas um simples fazer a escritura do nome e já poderia considerar os estudantes aptos, prontos para sair da escola. Graças à boa intenção do professor, foi possível

² Ramão Pinto Alves foi professor no ensino fundamental fazendo os jovens acreditarem que estudar é possível mesmo quando não se tem condições financeiras para manter os estudos.

os estudantes sonhar e acreditarem que poderiam dar sequência em seu estudo, algumas crianças obtiveram mérito em continuar seu estudo fora da aldeia.

Poucos jovens conseguiram continuar seu estudo, pois existia uma grande barreira para estudar, aldeia oferecia até a quarta-série do ensino fundamental, após concluírem esta etapa era necessário ir para cidade, mas próxima ou então tentar a sorte na capital de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, com isso tornava tudo muito difícil. Onde grande parte destes, jovens foi trabalhar nas fazendas ao entorno da aldeia ou ainda em Usina se tornando bóia fria.

Com toda dificuldade de continuar os estudos dos netos, o casal João Batista Figueiredo e Flaviana Alcântara, no ano de 1979 deslocou-se para Sidrolândia para fundarem juntamente com seus quatro (04), filhos, à Aldeinha Tereré, onde logo em seguida outros casais também deixaram a aldeia Buriti para juntar-se e fortalecer a nova aldeia. Com isso a hegemonia da Família Figueiredo em manter o legado do cacicado também transferiu para este novo espaço.

Deixando assim aldeia Buriti recomeçar uma nova era de organização social, onde novos líderes foram surgindo, buscando aos poucos se organizar por isso permaneceu por longas datas vivendo numa passividade até parecendo estar adormecida não conseguindo avançar em suas conquistas, a cultura estava, esquecida, pois a intenção do sistema era deixar o grupo isolado com sua inquietude ficou um longo período sem cultivar a cultura. Mas na década de 1980, houve um despertar da comunidade. E o que se nota é uma grande intenção de todos os indígenas da aldeia Buriti superar o fato de não dominar sua língua materna, com isso cultiva outra parte da cultura, como a pintura corporal a utilização de cocares, valorização do koixomoneti³ onde se busca respeitar este seguimento de grande importância para o povo Terena da aldeia Buriti.

A Escola XV de Novembro mantido pela FUNAI no ano de 1977 foi a minha primeira escola onde tudo começou com o primeiro professor Ramão Pinto Alves “*in memória*”, foi um período marcante, pois esta escola tinha os seus princípios voltados a branquear a cultura, o pensamento e os sentimentos Terena, vindo por meio da escola. Entretanto, o professor buscava proporcionar uma formação para estes alunos propondo estimular a todos para sentir motivado e continuar seu estudo.

Então o professor propôs sua forma de ensinar, sua prática o seu sistema próprio de ensino, em prol de uma formação que contribuísse para transformar o jeito Terena da aldeia Buriti, o trabalho do então professor teve êxito quando conseguiu realizar a primeira formação

³Koixomoneti: É o sábio e curador entre os Terena, é quem tem o poder de falar com o além ou o cosmo.

de um grupo de estudantes concluintes da 4^a série do ensino fundamental estes jovens tornaram os pioneiros a sair do espaço da aldeia para construir sua vida fora da mesma conquistando assim seu espaço fora da comunidade por meio do estudo, e tornaram exemplo para os mais jovens acreditando que para vencer na vida é preciso perseverar e lutar.

Depoimento de Terezinha Pinto Alves:

Os meus pais também tiveram que mudar para cidade de Sidrolândia, onde fomos fortalecer à Aldeinha Tereré contribuímos muito para este começo e formação da mesma, e em seguida foi preciso mudar para Campo Grande para continuar os meus estudos, mas os meus pais não se adaptaram e retornaram para aldeia, e tive que permanecer, morando com um parente para continuar os estudos, a intenção de meus pais era oferecer estudos a todos os filhos, pois na aldeia a escola oferecia apenas até a quarta série do ensino fundamental. Com esforço e um pouco de sorte conclui meu ensino fundamental, fora da aldeia (Terezinha Pinto Alves, Outubro de 2015).

Iniciei no ano de 1994 o curso de Magistério com a formação Específica para a pré-escola ao ensino de 1º Grau - 1^a a 4^a serie para Indígenas, curso oferecido pela entidade católica “Associação de Educação Católica de Mato Grosso do Sul” (AEC) ⁴em Campo Grande, MS. Graças ao incentivo da AEC, mas de sessenta (60) indígenas concluíram o Magistério.

A aldeia Buriti, por meio das lideranças, acompanhou e apoiou meu empenho em querer estudar para depois trazer esta ferramenta de extrema importância para a comunidade e isso se tornou um feito, onde muitos jovens também buscaram sua formação.

Fui o primeiro indígena da aldeia Buriti a se formar em um curso de magistério intercultural e específico para um contexto que atenda os anseios de uma escola diferenciada, também fui o primeiro a lecionar na escola Alexina com esta formação. Já no ano dois mil, (2000) comecei a Pedagogia na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul Campus de Aquidauana (UFMS) curso este oferecido para professores em sistema modular nos período de férias. Por meio desta formação e de mais quatro (04) professores que, por sua vez, também cursaram a mesma Universidade a escola Alexina Rosa Figueiredo começa um ciclo de conversação na construção do seu sistema próprio de educação, já com um pouco mais de propriedade em fazer sua sugestão de como ser o seu sistema de ensinar, com o crescimento constante da comunidade outros jovens ingressaram em outros cursos em outra Universidade

⁴ A associação de educação católica Estadual de Mato Grosso do Sul, AEC/MS, foi criada após a divisão do Estado de Mato Grosso do Sul e sua sede sempre foi em Campo Grande, tendo por presidente, em vigência o diretor Dom Bosco e em outra, a diretora do colégio Auxiliadora. Em meados do ano de 1980, a presidência, passou a ser exercida por leigos, tendo na diretoria representante religiosos. AEC/MS, quando assumido por leigos, teve uma atuação um pouco diferente.

como a (UCDB), onde obtiveram apoio do programa Rede de Saberes ⁵ dando um grande suporte para permanência destes jovens incentivando e motivando, uma vez que os pais, não tinham grandes possibilidades de manter os mesmos na cidade para conclusão de seus estudos.

Esta leva de estudantes somou muito para o desenvolvimento da aldeia Buriti, hoje temos um grupo de vinte e nove (29) professores entre estes dois (02) mestres, e ainda entre os vinte e nove quatro estão na graduação.

Com isso o espaço da escola Alexina se tornou um ambiente prazeroso para construir e pensar uma educação condizente com a realidade da aldeia Buriti.

A escola realizou inúmeras reuniões para colocar todo grupo de professores para compreender e propor seu sistema próprio de educação.

Não foi fácil propor este modelo, tivemos um grande diálogo junto à Secretaria Municipal de Educação de Dois Irmãos Buriti para que os mesmos compreendessem que a educação escolar indígena deve ser pensada pela própria comunidade e principalmente conduzida pelos professores indígenas oriundos de cada aldeia.

Ao mesmo tempo em que era feito enfrentamento junto à secretaria para que houvesse entendimento e aceitasse o jeito indígena de fazer educação, a equipe de docentes encontrava dificuldade para colocar no papel a proposta que atendesse os ideais da comunidade. Foi então que realizamos as oficinas de preparação para fazer o pareamento de cada professor desta unidade escolar, pois propor um sistema próprio era tão difícil quanto fazer o diálogo com a SEMED, havia um interesse de ter um modelo diferenciado para esta escola.

No período de 2009 a 2012 a escola propôs realizar seminário ao menos uma vez ao ano para melhor compreender como implantar algo novo que não fosse mera repetição. Este fato rendeu grandes discussões com a participação do cacique, lideranças tribais, anciões, professores e pesquisadores que já atuavam na comunidade.

Para chegar neste processo e implantar um jeito próprio de educação foi necessário estudar junto a pesquisadores e também aos sábios da comunidade, ate que foi feita a proposta de educação diferenciada para Escola Alexina Rosa Figueiredo.

⁵ Rede de Saberes: um projeto criado com apoio da Fundação Ford e parceria da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) E Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) E as Universidades Federais de Mato Grosso do Sul (UFMS) Campus de Aquidauana, e a Grande Dourados (UFGD) que por sua vez contribuiu com a permanência de acadêmicos indígenas na conclusão de seus estudos.

Passamos por situações difíceis, onde convocamos alunos pais para estarem junto propondo, muitas vezes os estudantes apenas acompanhavam observando tudo o que estava sendo proposto.

E estar diante de uma Escola indígena e ter que ser o protagonista requer uma filosofia para dirigir e propor um ensino onde sejam valorizados antes os conhecimentos tradicionais para que outros saberes sejam também incorporados. Neste período construímos uma equipe de professores pensante capaz de traduzir sua cultura dentro do espaço escolar. Lembro que o discurso do então diretor da escola Alexina Rosa era “todos devem estar em um mesmo nível de discussão para que possamos fazer nossas propostas para este Governo seja ele Municipal Estadual ou Federal é o que precisamos fazer para que nossas propostas sejam aceitas”.

Escola Alexina Rosa Figueiredo desde sua criação em 1999 teve quatro diretores, sendo a professora Ana Sueli Fermino, que atuou no inicio da constituição da escola atuando por um período curto, e logo em seguida ainda no mesmo ano o Professor Arildo Alves Alcantara é convidado a ser diretor da entidade este ficando por um ano e meio, com isso foi convidado o professor Noel Patrocínio para ser o então diretor atuando até o ano 2000, após este período professor Alberto França Dias assumi a direção com anuência da comunidade ficando até outubro de 2009.

Foi quando recebi o convite para ser o diretor da escola Alexina Rosa Figueiredo função esta que me proporcionou estes e outros ensinamentos, me fez entender que o professor indígena não atua somente em sala de aula, mas passa ser um líder respeitado diante do seu povo.

Por meio destas experiências pude construir minha proposta para propor meu projeto e enfrentar mais um desafio.

Fortaleceu minha proposta para investigar o protagonismo da escola Alexina Rosa Figueiredo, no processo da retomada, como foi se envolver, sair do seu espaço de conforto e estar vivendo um momento conflituoso na retomada. Estar participando sendo também um proposito, contribuindo no dia-dia, deu condições para escrever.

Fiz o curso Equidade⁶, oferecido em parceria da Universidade Católica do Bosco (UCDB) e Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UFMS) onde pude estar melhorando minha proposta para ingressar ao mestrado.

⁶ Equidade: Curso preparatório para futuros acadêmicos ingressarem no curso de mestrado, curso oferecido em parceria das Universidades UCDB e UEMS.

Com chegada no mestrado, vivenciei momentos fundamentais onde pude traçar um novo olhar ao meu jeito indígena de ser, que trago no meu bem viver, foi um caminho difícil, mas com uma certeza de que é necessário lutar para chegar. Hoje posso fazer uma análise com um olhar indígena mais apurado, compreendendo o processo histórico vivido pelo nosso grupo étnico. Fazer o mestrado me proporcionou estar entre lugares por meio de culturas múltiplas, com isso podendo entender como somos vistos e como somos aceitos entre outras culturas que, ao longo de nossa história, quiseram dominar e comandar o nosso jeito de ser.

Hoje é possível dialogar com a outra cultura, pois a academia nos colocou em igualdades reais de fazer a nossa defesa e poder mostrar aquilo que temos enquanto cultura.

Tomei contato comum mundo academizado onde foi possível passar a conhecer compreender o meu espaço, o que estou buscando ali, entre pessoas com outra cultura, mas sensíveis em compreender- me, mostrando o caminho a seguir. Foi fundamental, rico demais estar dividindo um espaço com outras culturas, fazendo acontecer de certa forma negociação, entre acultura indígena e os teóricos aqui estudados e apresentados.

A dissertação apresenta a seguinte estrutura: está dividida em três capítulos, sendo que o capítulo I aborda os Terena e a ocupação da aldeia Buriti e está organizado em dois momentos: da origem à perda do território dos Terena no processo de imigração dos Guanaxiané do Echiva para a parte oriental do rio Paraguai até a política de povoamento e desenvolvimento “Marcha para o Oeste”,⁷ onde os Terena perderam o seu território para os fazendeiros.

O segundo capítulo está organizado em cinco momentos e faz referência ao envolvimento da escola na retomada do território tradicional da Terra Indígena Buriti. Na seção 2.1, apresento a educação escolar indígena e a cultura Terena dentro do contexto da realidade da aldeia Buriti, onde os professores fazem uma profunda reflexão sobre que educação querem para a comunidade! Trazendo para dentro da escola a cultura através dos ancião/anciãs para os alunos melhor compreenderem a história dos seus ancestrais e reafirmar sua identidade e fortalecer o seu ser Terena. Na seção 2.2, apresento a estruturação da escola polo municipal indígena Alexina Rosa Figueiredo, o corpo docente da escola que é formado por vinte e oito professores da pré-escola ao nono ano do ensino fundamental, e ainda o espaço físico da escola com a quantidade de merendeiras, zeladores, secretária e auxiliares. Em 2.3 apresento a organização da retomada do território pelas lideranças, foi feita uma

⁷ Marcha par o Oeste: Foi um movimento criado pelo Governo Getúlio Vargas para incentivar o progresso e a ocupação do Centro-Oeste e com isso resultou na perca de território do povo indígena.

reunião onde todas as lideranças foram convocadas para discutir qual seria a forma mais rápida de retomar as áreas ocupadas pelos fazendeiros, e com isso foi marcada o dia em que, todos participariam do evento, inclusive as mulheres, alunos e acadêmicos. Na seção 2.4 apresento o Projeto Político Pedagógico (PPP) e o planejamento para a participação na retomada do território. A escola consegue apoiar o movimento da retomada por ter uma proposta que vem de encontro com a realidade da comunidade, uma escola indígena deve ser pensada e trabalhada conforme a necessidade do seu povo, a proposta elaborada pelo grupo deve assegurar que a escola vem de onde a comunidade está, para isso é preciso conhecer a legislação e fazer uso da mesma, pois os vários segmentos da comunidade onde quer que esteja à participação dos professores são indispensáveis, a escola deve estar junto com a comunidade, sem medo de qualquer punição, pois, a mesma está amparada no seu Projeto Político Pedagógico (PPP).

Por fim, no item 2.5 apresento a mudança da escola para o território de retomada, para a escola se deslocar para a área retomada houve uma reunião com o corpo docente mais as lideranças para que juntos decidessem que a escola iria para a retomada, todos concordaram com a proposta.

Houve uma grande aula dos conhecimentos tradicionais até mesmo para os professores mais jovens, pois, não sabiam mais construir uma casa tradicional Terena. Os alunos juntos com suas famílias construíram suas casas, suas camas de tarimba. Os alunos aprenderam, e o resultado das avaliações foi positivo, pois, os professores compreenderam que as aulas foram de quatro paredes tiveram um maior resultado na aprendizagem. Os estudantes sentiram muito bem ao ar livre ouvindo atentamente os ensinamentos dos mais velhos.

O terceiro capítulo está organizado em um só momento e faz referência à avaliação do INEP/ IDEB na escola polo Alexina Rosa Figueiredo. O corpo docente da escola Alexina compreendeu que não se pode mais aceitar as provinhas que vêm prontas e não contemplam a realidade e diferença dos povos indígenas, e com isso colocando as escolas das aldeias indígenas numa classificação inferior comprometendo a aprendizagem dos alunos e a competência dos professores, com o intuito sempre de colocar os povos indígenas na submissão e na obediência de aplicar as provinhas e de não se manifestar, porém a escola municipal indígena Alexina Rosa Figueiredo deu um basta!

A escola é um espaço redemocratizado, poroso, flexível de resistência e negociações, para transitar entre as fronteiras culturais, buscando conhecimento e com isso suprir a comunidade Buriti, fortalecendo a cultura e reafirmando a identidade.

O presente trabalho contribui para a reflexão dos processos educativos pelos quais os Terena da aldeia Buriti passaram e passam e, com isso, adquirem respaldo para a construção de uma educação escolar indígena diferenciada que a comunidade quer para seus filhos.

Tem como objetivo analisar o avanço e o protagonismo dos principais agentes no processo de retomada dos territórios onde e como cada um foi fundamental neste espaço conflituoso, pesquisarem junto às jovens mães a dificuldade de fazer o enfrentamento estando querendo se proteger e proteger seus filhos, o papel dos professores e de cada liderança. O papel e a importância do diretor neste processo educacional.

A metodologia desta pesquisa é de cunho qualitativo e busca articulação de diversos procedimentos, como análise documental, entrevistas com anciões, lideranças professores bem como da participação do planejamento da retomada com a participação de todos da comunidade.

A escola Polo Municipal Indígena Alexina Rosa Figueiredo ocupa um importante, espaço no processo de retomada fazendo assim seu papel dispondo colocando se a disposição levando todo seu aparato vivenciando os acontecimentos que passam diante dos olhos dos alunos. Com isso as crianças passam a testemunhar os fatos vividos na retomada sejam eles momentos bons ou ruins como, por exemplo, a morte do Terena Oziel Gabriel no dia trinta de outubro de 2010 uns de seus filhos estava junto do seu pai.

A realidade que a escola mostra aos estudantes não tem meia verdade. Neste espaço buscamos ser o mais real possível não escondendo os fatos e deixamos ser transmitidos como acontecem para que estes jovens respeitem sempre este processo indígena, Terena da aldeia Buriti.

Foto1- Crianças no espaço da retomada fortalecendo e encorajando os pais para continuar.



Fonte:Acervo do autor (2009).

Ter as crianças no processo de retomada do território foi extraordinário pois é pensando neles que fortalece o enfrentamento dos guerreiros, sem as crianças o embate para retomar teria outro sentido.

Foto2- Crianças recepcionando autoridade no espaço da retomada.



Fonte:Acervo do autor (2009).

As crianças Terena demonstrando como faz uma recepção no espaço da retomada,todos sentindo orgulhosos por estar participando, sendo envolvido para ter garantido o seu território no futuro. A aldeia Buriti por sua vez cria dentro deste espaço um grupo fortalecido para continuar em busca de sua terra. Estar vivendo todo este acontecimento trouxe ainda mais compreensão para continuar fazendo o enfretamento em prol destes pequenos que cremos serão eles que desfrutarão desta terra.

Foto3- Guerreiro atento para compreender os ensinamentos vindos do koixomoneti.



Fonte:Acervo do autor (2009).

A imagem acima mostra os guerreiros atento procurando compreender o ensinamento vindo do koixomoneti, para dar continuidade no processo da retomada.

Neste espaço onde ocorre a retomada toda atenção ainda é pouco por isso é necessário entender como prevenir, para não serem surpreendidos pelo inimigo, por este motivo todos os guerreiros seja ele criança jovem ou adulto devem ficar muito atento e passar a conhecer o espaço retomado.

A imagem mostra o tipo de arma usado para se defender o qual é chamado de burduna, um instrumento confeccionado pela madeira de aroeira, guatambu e roixinho uma espécie de madeira muito resistente.

Estar compartilhando com os irmãos indígenas os sentimentos, a mesma sede, a mesma fome me fez compreender o quanto devemos valorizar o espírito de irmão indígena em prol de um mesmo objetivo.

Foto4- Orientação sendo repassado para os guerreiros.



Fonte: Acervo do autor (2009).

Informações sendo repassado aos jovens guerreiros de um jeito Terena de ser ao ar livre com todos os jovens muito preocupado para entender todo este ensinamento que por sua vez deve ser guardado com muito carinho.

Aqui o ancião e professor Ramão Pinto Alves procura ser muito objetivo explicando o quanto ele conhece este território onde caçava com seu avô, pescava de forma livre sem ser incomodado.

Os jovens de hoje realiza esta atividade, mas com muito receio com medo de ser atacado por jagunço ou pistoleiro contratado por fazendeiro da região.

Todo ensinamento repassado pelos anciões ficarão vivo em cada memória destes jovens onde por sua vez deverá também ser repassado para os futuros guerreiros com intuito de torná-los grandes líderes e com conhecimento para continuar fazendo acontecer a resistência cultural e a devesa do território para resistir ao tempo até que consiga retomar todo espaço esbulhado por um governo intolerante.

Resistir é fundamental, lutar é preciso, e sempre em busca do direito de falar e discordar, em prol da igualdade para um povo que clama justiça para realizar os direitos garantidos na constituição.

CAPÍTULO 1

OS TERENA E A OCUPAÇÃO DA ALDEIA BURITI

1.1 Da origem à perda do território

Os nossos ancestrais viveram por um longo período no Chaco Paraguaios antes de ter deslocado via margem de rio até chegar ao seu destino, conforme relatam os anciões Estevão Reginaldo e Basílio Jorge os quais são conhecedores desta história. Os mesmos afirmam que os nossos ancestrais chegaram próximo da terra Buriti, permanecendo em fazendas tornando-se assim peões, tendo que deixar sua cultura de ser um bom lavoreiro⁸ e tornar capataz de fazendas, passando a cuidar de gado, este processo durou longo período (Professor Estevão Reginaldo e anciões da aldeia, depoimento em 2015).

Dentre os principais fatores que convergiam para a movimentação dos povos Aruák, estariam duas tidas como as principais. Primeiro, a busca de terras propícias ao plantio dado à característica agrícola desses povos e a pouca fertilidade de grande parte das terras chaquenhas e pantaneiras. Segundo, o intercambio de bens, sobretudo no que diz respeito às famosas lâminas de metal de proveniência incaica e que se tornaram conhecidas antes de os europeus falarem no Eldorado (CARVALHO, 1980, p.459).

Com isso, nossos ancestrais se deslocaram do Echiva em busca de encontrarem um lugar onde fosse seguro para produzir seu sustento e permanecer trabalhando. Os Terena que chegaram a terra Buriti viveram um longo período em fazendas antes de chegar a terra Buriti tendo que se sujeitar deixar de falar sua língua materna para falar o português de forma forçada.

Conforme afirma Olinda Mendes em seu depoimento:

Morei na fazenda e fui obrigada a falar português quando falava minha língua brigava comigo e tinha que falar igual o patrão, foi muito triste esta vida que tivemos neste local, papai e mamãe não sabia para onde levar os meus irmãos e fiquei com eles sofrendo para não passar fome. Eu não lembro como aconteceu para papai vir morar aqui na aldeia Buriti, mais foi bom e não deixei de falar minha língua, falava escondida com meu pai, e quando cheguei na aldeia encontrei meu parente falando a minha língua ai continuei falando, eu queria dançar minha dança falar minha língua porque

⁸ Lavoreiro: Pessoas que se dedica a cultivar a lavoura, agricultor.

sou índia, fazer minha comida do meu jeito. Na fazenda deixava fazer eu ficava triste, mais tinha que ficar lá por que papai trabalhava para pagar a comida.

Conforme afirma Eremites estes povos, mais antigos tinham domínio de suas crenças, culturas sabedoria milenar guardada em seu poder, onde os mesmos viviam de seu trabalho sobreviviam de cultivar e manejar a agricultura.

Todo esse tempo comprovado em pesquisas também é sustentado pelos guardiões de informações nossos anciões.

O Terena vem da família lingüística Aruak e descendem dos Tixané-Guaná, um grupo que, por sua vez, esta entre lugares sendo capaz de negociar, estar no lugar do outro para melhor compreender o seu espaço.

O povo Terena por ser um grupo de grande mobilidade espacial foi chegando primeiro pela região de Miranda, Aquidauana, Dois Irmãos do Buriti, Nioque e por fim Sidrolândia bem recentemente, no ano de 1979.

Com isso foram constituindo as aldeias, cada qual com seu jeito próprio de se organizar, é claro que ao contrário do que os Portugueses afirmavam que estes povos não tinham um Rei, uma religião, uma organização sempre esteve organizado conforme seus costumes. Cada povo indígena carrega consigo sua cultura por onde passa, consegue transcender mesmo quando é podado, proibido de vivenciar e manifestar o seu jeito de ser.

Com a constituição da aldeia Buriti, com a forma que foi recrutada algumas famílias que permaneciam por longas datas vivendo em fazendas sendo massacrado não podendo celebrar sua cultura fez com que ao chegarem neste espaço que hoje está povoado com aproximadamente 4500 pessoas. A primeira aldeia foi a Invernadinha, nome dado por ser um espaço pequeno acanhado, onde aos poucos foram conhecendo o território e passado os anos foram chegando outras famílias que foram morar e constituir assim outros lugares como o Babaçu morro da Corina, Cafetal, onde próximo a este local chamado Babaçu foi construído um local chamado Soalho⁹ local este onde aconteceu a primeira festa de São Sebastião ao qual foi feita uma promessa em virtude da aldeia estar passando por uma epidemia de febre amarela.

A aldeia Buriti, para chegar neste processo, passou então por estes lugares antes de receber este nome.

⁹ Soalho: É um sistema de piso elevado do chão, que foi construído pelos indígenas para não ficar no chão, este piso era feito de madeira.

A vida na aldeia não era nada favorável, pois era tão difícil o manejo para preparar o plantio, pois neste começo não havia ferramenta era preciso encontrar um jeito para preparar o espaço para plantar sua lavoura mesmo de forma acanhada. A lavoura era somente para sustentar sua família e nada mais.

A anciã Veriana Alves, 93 anos, afirma que:

Em minha lembrança as primeiras roças foram plantadas por, Cassiano Alcântara, ele fazia a derrubada, deixava secar, juntava os pedaços das árvores para colocar fogo, depois destocar para começar a plantar. A ferramenta utilizada chamava saraqua¹⁰ para furar o chão e colocar a semente de milho ou de arroz, ele furava o chão com cuidado para não deixar a semente para fora e o pássaro comer. Até a roça crescer e chegar o tempo de colher, vovô catava jatobá, caju do mato, gabiroba, para comer com mel de abelha ou de jati e outros. Mamãe cozinhava mandioca brava pra nós, cozinhava bastante para tirar a parte que não podia comer ai que nós ia comer. Papai caçava tatu, capivara, cateto para fazer a mistura dos seus filhos. Foi triste, não sei como que eu vivi. (Veriana Alves, entrevista 2015).

Com a afirmação da anciã Veriana reforça o sofrimento passado pelos primeiros indígenas que chegaram à terra indígena Buriti.

Deixa mais evidente o sofrimento que cada irmão Terena passou para conquistar o seu espaço neste território, o que foi preciso fazer para estar neste espaço.

Para conseguir criar os filhos os nossos avôs utilizaram de artimanha para não deixar as crianças sem alimentação uma das formas de sobrevivência que o Terena utilizava era fazer suas armadilhas dentro d'água ou fora d'água, dentro do córrego construía um cercado que por sua vez recebia o nome de chiqueiro, onde era armado para capturar peixes, quando o peixe adentrava para comer a alimentação desarmava e fechava a porta e manter o peixe preso até a chegada do dono da armadilha.

Também utilizava outro sistema para pegar animais como anta capivara e outros tipos de animais faziam o mundéu que era armado de forma bastante estratégica para atrair o animal para ser capturado.

Este primeiro momento na aldeia em seu início tudo foi muito complicado, foi preciso ser muito valente para sobreviver.

Após terem sido recrutados para a aldeia tiveram que retornar para as fazendas ser peão novamente, só que desta vez um pouco diferente, já não havia tanto o massacre como antes. Voltaram para ganhar seu sustento por meio do seu trabalho, desta vez as famílias permaneceram na aldeia com os filhos.

¹⁰Saraqua: Era uma ferramenta utilizada para perfurar o chão, onde seria plantada a semente de arroz ou milho.

Além da filiação para o reconhecimento étnico, os Terena possuem outro critério: o compartilhar da solidariedade étnica, isto quer dizer que, mesmo que uma pessoa filha de Terena resida há anos fora da aldeia, ela deve ser solidária com seu povo se quiser ser Terena. Conforme Azanha (2000, p. 21) “o haver nascido em uma aldeia Terena não é condição necessária para o reconhecimento da identidade étnica Terena”.

Para o Terena do Buriti, é necessário viver defender uma ideologia deste espaço com sua cultura seu jeito próprio de ser.

Segundo Azanha (2000), o Terena é recíproco e busca fazer acontecer, o ser irmão seja onde estiver e para ter aceitação entre o grupo o mesmo deve procurar manter os costumes trazendo consigo tudo o que o vive com quem está sempre na aldeia.

O ser recíproco para o Terena não significa entregar os seus conhecimentos seus valores, é preciso ter confiança do povo e defender o jeito indígena de ser.

A forma como o Terena cultivava sua lavoura com jeito simples e valente, mesmo sem condições no preparo da lavoura, em terra de toco, é exatamente este o nome dado pelos indígenas da aldeia Buriti, o pai levava os meninos para acompanhar os seus pais no cultivo da lavoura e as meninas cuidavam dos afazeres domésticos.

Com base em informações e depoimento dos anciões, a chegada dos Terena ocorreu pela serra de Maracaju e também vieram de outras regiões, e foram constituindo assim as primeiras aldeias neste território hoje habitados por Terena.

Criando um espaço, os Tixané-Guaná faziam suas negociações com outros povos e com isso adquiriam conhecimentos dessas culturas e os adequavam ao seu modo de ser ou sua realidade, trazendo para dentro da comunidade outros conhecimentos, que passavam a fazer parte da sua cultura (ALMEIDA, 2012, p. 22).

Com as qualidades de bom negociador, foi aos poucos se apropriando de outros conhecimentos e fazendo as devidas adaptações com o jeito de ser indígena.

Segundo a senhora Veriana Alves:

O Terena sempre foi bom de conversa entre o seu grupo e com outras etnias também com os não indígenas, isso foi favorável em alguns pontos e negativos em outros, por que o homem branco aproveitava disso (Veriana Alves, anciã aldeia Buriti, depoimento 2015).

Conforme afirma a anciã Veriana Alves, este grupo esteve hibridizado desta sua origem, pois conseguem estar, ou se colocar na posição do outro, tornando-se assim um ser

negociador para então fazer acontecer suas conquistas. O Terena então transita entre dois espaços, pois é capaz de compreender o seu mundo e do outro também.

O entre - lugar trata-se de uma estratégia de subjetivação que dá início a novos signos de identidade, ou seja, um espaço de articulação entre as diferenças culturais, articulação esta que causa estranhamento e negocia os poderes da diferença (BHABHA 2007, p. 43).

Desta forma torna possível compreender o valor da cultura e identidade de cada grupo e se respeitar cada qual com o seu valor, pois os grupos só passam a se entender e se aceitar quando passam a se conhecer, onde a identidade mostra a diferença.

É válido destacar que esta relação não é realizada com base na tolerância, mas sim numa interação, numa negociação, em que é possível o reconhecimento e aceitação da diferença (ALMEIDA, 2012, p.22).

Isso ocorre de forma harmoniosamente entre os Terena onde conseguem infiltrar entre outra cultura e não se tornam submissos, logo estão dialogando.

O Terena do Buriti por ter chegado a pequenos grupos, neste território, buscou entender como ocorreu o seu surgimento, de onde veio, onde em diálogo com anciões compreenderam que o Terena surgiu da terra nome dado pelo indígena de poké'e, que significa terra.

E com isso aos poucos foi entendendo compreendendo que na dança kipa'e, existe uma divisão denominada Sukirikeono e Xúmuno, onde são identificados pelas cores vermelho onde é utilizado pelo Sukirikeono e o azul pelo Xúmuno, a aldeia Buriti por sua vez foi aos poucos resignificando sua cultura.

A escola consegue nos anos setenta, motivar a comunidade para viver e querer sua cultura, pois compreendia que um povo deve e precisa trazer consigo onde quer que vá aquilo que é do seu povo. Então este grupo Terena conforme depoimentos de anciões ficaram por longas datas sem dançar a sua dança.

Esta divisão se expressa nos rituais da dança da ema, também conhecida como a dança do bate-pau, onde cada metade ornamenta suas vestimentas e seus objetos de dança com as cores correspondentes. [...] Além das metades endogamias estarem representadas na dança masculina, os Terena se identifica com a metade pertencente à sua personalidade. Os mais valentes são bravos guerreiros e estarão na metade *Xúmuno* e os mais passivos na metade *sukirikeono* (SEBASTIÃO, 2012, p. 41).

De acordo com Sebastião (2012), a representação da dança e sua divisão ficam muito claras para compreender as divisões existentes na dança do Bate pau. A aldeia Buriti

por estar afirmando sua identidade, compreendendo como deve ser realizado este ritual busca estes saberes em nossos anciões, provocando-os para colaborar na afirmação da cultura.

Ainda afirma Sebastião, que dentro da estratificação tradicional da sociedade Terena.

Terena, as camadas se dividem em três, sendo elas: *Nâti* de onde saem os chefes que ocupam a maior classe. *Nâti* também designa o cargo de Cacique, cargo de caráter hereditário, onde o pai transfere seu cargo de “*nâti*” para o filho mais velho. O Vâherexâne torna uma terceira classe entre os Terena, onde o indígena não se identifica como tal, mas está numa classe do Indígena mal aquele que contraria toda uma organização do povo indígena, e a classe xúmonó e o sukirieono sabem que tipo de indivíduo está nesta definição de Vâherexâne. Kaúti, uma camada formada pelos cativos que vinham dos saques nas guerras intertribais e tinham que sujeitar como um ser dominado. [...] Este sistema também é descrito por Baldus (1979, p. 36): ‘Geralmente, o filho primogênito do chefe é o sucessor do pai, se não há filhos mais velhos do irmão do pai’. O fato é que este sistema de chefia hereditário e de caráter tradicional transformou-se com o tempo. Atualmente, o sistema de nomeação do *nâti* (o líder) é o voto direto seguindo o modelo padrão democrático dos *purutuyes*. Porém, é interessante pontuar que alguns elementos da cultura permanecem, pois a maior parte da chefia entre os Terena está concentrada nos *nâti* (SEBASTIÃO, 2012, p. 41-42).

A forma de escolha de liderança varia de aldeia para aldeia, a comunidade Buriti tem uma forma de escolha de seu líder passa por outro princípio, onde o povo é convocado para alto avaliar o trabalho do cacique, e com isso define se o mesmo continua ou não o seu cacicado, conforme é feita a avaliação realiza a substituição ou permanece o mesmo, um exemplo é ter o cacique Rodrigues Alcântara há quinze anos (15) de cacique. Não havendo consentimento da maioria apresenta-se outro nome que tenha consentimento da maioria, assim a aldeia Buriti procura evitar realizar eleições, pois vem contra os seus princípios indígenas, comprehende a eleição como algo que destrói ainda mais sua cultura.

Com as famílias vindas de outras aldeias e também das fazendas onde elas trabalharam, e também de famílias extensas que trabalharam na estrada de ferro Noroeste do Brasil e desceram para a Invernada Buriti, cada família fragmentada de uma aldeia ou de uma região diferente uma da outra, trouxe suas experiências e realidades absorvidas com o contato com os brancos.

Essas diferenças tornaram-se divergências políticas que fizeram constituir várias aldeias. É neste sentido que, na contemporaneidade, o Terena da aldeia Buriti comprehendeu essa fragmentação e conheceram a forma de escolha do seu *nâti* (líder), que acontece de forma mais tranquila possível, não aceitando o sistema eleitoral e buscam comprehender e trazer o sistema indígena de escolha de seu líder, pois comprehendem que, ao realizar um

sistema de eleição semelhante ao dos não indígenas está-se fortalecendo a divisão do seu povo.

1.2 A demarcação da Terra Indígena (TI) Buriti

A aldeia Buriti historicamente foi aos poucos sendo constituída com as famílias, chegando aos poucos, neste território de maneira ainda isolada, foram ocupando este espaço denominado Terra Buriti, que por sua vez recebeu outros nomes anteriormente a este. Chegaram, então, algumas famílias, segundo consta em estudos reafirmados em pesquisas feitas por professores e membros da comunidade com os anciões da Terra Buriti, os senhores Armando Gabriel (Aldeia Córrego do Meio), Leonardo Reginaldo (Aldeia Água Azul), Jucelino Figueiredo Bernardo (Aldeia Buriti) e o Professor Ramão Pinto Alves (Aldeia Buriti)

Segundo eles, por volta de 1863, a região já era habitada por outras famílias, entre elas as chamadas: “Touros”, Teófilo e Pinto (PPP. Projeto Político Pedagógico Escola Polo Municipal Indígena Alexina Rosa Figueiredo, 2012).

Estas famílias passaram por um processo de fragmentação em sua cultura por permanecerem muito tempo em fazendas vizinhas, onde consta que as pessoas não tinham o direito de manifestar sua cultura, que, por este motivo, foi altamente oprimida pois viviam de forma subalterna e submissa. Neste espaço não havia negociação. Com isto, ao chegarem neste torrão de terra denominado Aldeia Buriti, existia um grande distanciamento das práticas culturais ou até mesmo as pessoas haviam deixado de lutar em prol de sua cultura.

A pesar desta triste história, a aldeia até os dias atuais demonstra força em resistir e viver sua cultura do seu jeito, com o seu entendimento e sua compreensão.

Ainda no século XX, com a criação em 1910 do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN), posteriormente, rebatizado de Serviço de Proteção aos Índios (SPI), deu-se início a uma política oficial que conjugava a desterritorialização de comunidades indígenas com a tentativa de assimilá-las à sociedade nacional. Na Serra de Maracaju, em particular, a desterritorialização dos Terena e sua transferência para os 2.090 hectares que originalmente constituíam a T.I. Buriti, criada na década de 1920, ocorreu como forma de acomodar, em um mesmo espaço, dezenas de famílias indígenas que viviam na região. Dessa maneira, foi feita a liberação de grande parte do território terena na região para dar espaço a fazendas de gado, o que os forçou a adaptarem seu modo de vida a uma realidade espacial que não correspondia ao seu território tradicional

original. Da primeira metade do século XX até o início do século XXI, foram reservadas oito áreas aos Terena e a outros grupos linguisticamente Aruak em Mato Grosso do Sul: Taunay/Ipegue (6.461 ha), Cachoeirinha (2.568 ha), Buriti (2.090 ha), Nioaque (3.029ha), Lalima (3.100 ha), Limão Verde (1.973 ha), Pilad Rebuá (208 ha) e Buritizinho ou Tereré (10 ha) (AZANHA, 2001). Essas reservas se transformaram em pequenos espaços descontínuos dentro de um grande e contínuo território indígena que existiu em um passado não muito distante. Como nessas áreas os Terena se constituíram no grupo demográfica e politicamente majoritário - e considerando as alianças matrimoniais ínter-étnicas contraídas ao longo de várias gerações -, atualmente, grande parte da população se identifica à exterioridade como Terena. No entanto, como pontuou Azanha (2004), ainda hoje os indígenas mais velhos reconhecem os termos Etelenoé, Echoaladi, Kinikinau e Laiana. Por isso, quando questionados, se distinguem em descendentes deste ou daquele grupo.

Os Terena da Terra Buriti buscavam desde sempre compreenderem como chegaram a ocupar este território, sabendo que a história contada em suporte didático não contava a real situação vivida pelo nosso povo. Por isto, a importância do ancião o qual esteve sempre como guardião dos saberes indígenas, estes primeiros Terena que aqui chegaram foram grandes desbravadores deste Território, ocupando com propriedade o mesmo.

A reserva de Buriti foi ocupada tradicionalmente desde os meados do século XIX, conforme depoimento do professor Ramão Pinto Alves, onde afirma que o então coronel Nicolau Horta Barbosa foi o grande carrasco do povo indígena principalmente da aldeia Buriti, deixando-os apenas com este pequeno território de 2090 há, uma vez que era de 32.700 hectares comprovado por estudos antropológicos e reafirmado em pesquisa com anciões.

A aldeia Buriti tornou um torrão de terra reduzido por acreditar e ser influenciado para crer que o espaço seria suficiente ao povo que aqui habitava, mas ao passar do tempo os anciões sendo conhecedores desta terra foram confirmado aos jovens caciques mostrando o tamanho da terra que havíamos perdido, e que era necessário buscar requer à terra que uma vez foi tirada do nosso povo Terena.

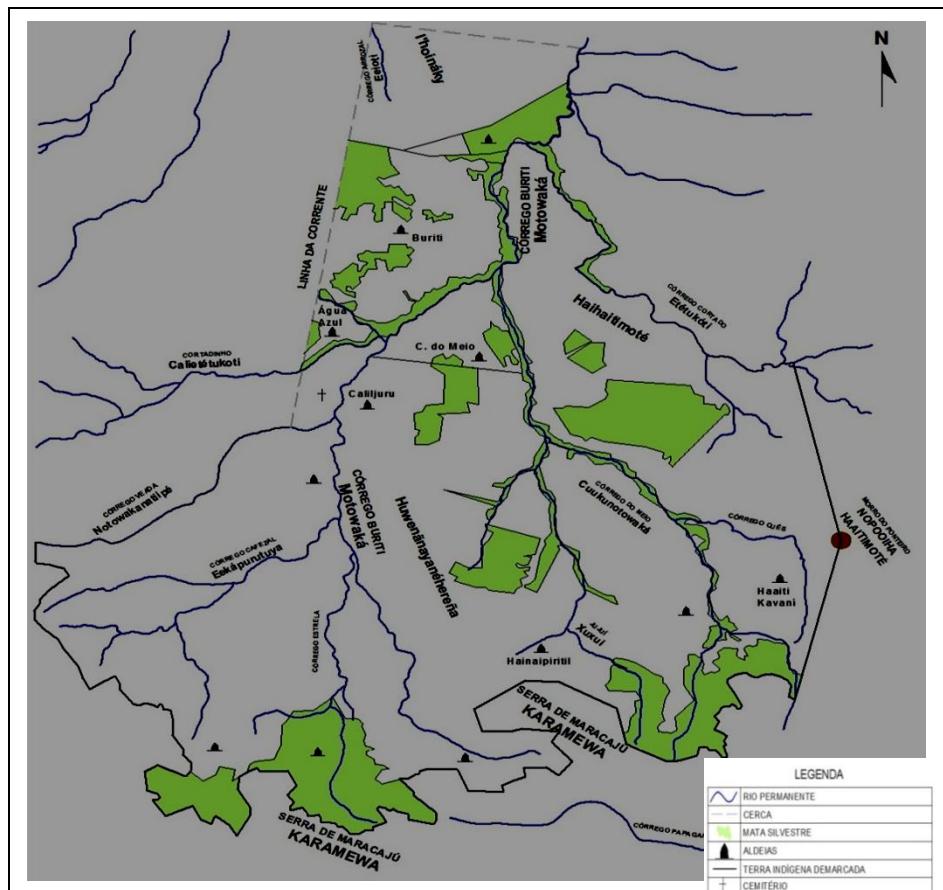
O que comprehende até então este pequeno espaço de terra foi destinado para os nossos avôs fazendo os mesmos acreditarem que seria suficiente para grupo que aqui estavam ocupando este humilde território de 2090 hectares.

Os anciões por sua vez buscavam fortalecer os jovens com o conhecimento relacionado a este pedaço de terra conforme expressão dos anciões. Desde sempre havia entendimento de que uma grande parte das terras indígenas do Buriti estava em domínio de particular e seria preciso ter uma iniciativa dos mais jovens para começar a demarcação, pois

os mais velhos tinham receio de ser dominado por jagunço. Desta forma, foi sendo compreendido pelos mais jovens que haveria necessidade de lutar por uma terra que ao longo do tempo estava em domínio de fazendeiros.

As informações que os anciões guardavam foram fundamentais no entendimento para conhecer todo território esbulhado que por sua vez estava fora de domínio indígena. Os mapas as histórias das antigas estradas e picadas percorridas por nossos avôs isso tudo colocou a juventude em pé de igualdade para compreender e começar a demarcar mesmo com as próprias mãos fazendo o enfrentamento.

Figura 1-Mapa de ocupação histórica dos Terena na Invernada Buriti.



Fonte: Patrick Schist Leite (2011).

O mapa acima mostra a região da invernada Buriti, que os Terena ocuparam após a guerra do Brasil com o Paraguai (1864-1870). Era uma região de vasta mata densa e campos de cerrado rico em recursos hídricos, medindo aproximadamente 32.700 hectares. Mostra o local onde as famílias extensas Terena foram se instalando (ALMEIDA, 2012, p.37).

Segundo Almeida (2012), este território habitado pelos Terena somavam 32.700 hectares e que hoje ocupamos apenas 2.090 hectares, onde tornou pequeno para que os Terena pudessem continuar produzindo e cultivar sua lavoura.

Hoje, ao percorrer este espaço territorial, o que se vê são campos limpos com poucas árvores, somente pastos ocupando lugar onde eram um local de mata densa, muitos pássaros e pequenos animais. Nos dias atuais não se vê esta maravilha e sim um espaço totalmente modificado, não pela força da natureza e sim pela força do agronegócio. É evidente a destruição deixada pelos fazendeiros, os indígenas vêem isso tudo com muito sentimento, pois para o Terena cuidar e manter viva as matas são motivo de satisfação. Nosso povo sempre procurou conviver de forma a respeitar o espaço verde.

Quando deparamos com tudo destruído, causa revolta porque o indígena sempre procurou extrair da mata somente o necessário para uma vida sustentável, preocupado em deixar aos seus filhos e netos algo importante como esta mata densa, e ao se deparar com tudo destruído, fica a angústia e preocupação, o que ensinar e deixar para a próxima geração que deverão ocupar este mesmo local para dar continuidade às próximas gerações Terena que virão.

Os grupos domésticos oriundos da serra, no mesmo período, estabeleceram-se ao sul, na região conhecida como “Invernada” ou “Paratudal” ou ainda “Furna”, na mesopotâmia¹¹ formada pelos córregos Cafezal e Veeda. Os grupos domésticos principais eram das famílias Bernardo, Santos, Pereira e Lopes (AZANHA, 2000).

Dessa forma, durante o final da segunda metade do século XIX, instalaram-se as famílias indígenas Terena na região leste da linha das Correntes. Contudo, apenas vinte anos depois aquelas terras passariam a ser requeridas por diversos particulares, a quem o estado do então Mato Grosso foi concedendo títulos provisórios de posse ou propriedade (ALMEIDA, 2012, p. 37-38).

Almeida (2012) afirma que o Estado concedeu título deste território indígena onde hoje ocorreu processo de retomada.

É perceptível notar como cada área tem a mesma medida e afirmando assim que foi realizada uma divisão exata a cada proprietário.

Conforme a fala do Cacique Basílio Jorge da etnia Terena:

Aqui neste local vive a etnia Terena por mais de 160 anos aproximadamente. Viviam de caça, pesca coleta de frutos e raízes sem problema com a natureza. O meu povo sempre caminhou por esta mata densa com muitas

¹¹ Mesopotâmia - Região entre rios (AURÉLIO, 2010).

farturas, entre os pássaros e pequenos animais, era sempre muito bom estar neste espaço de mata verde. Hoje o que encontramos neste lugar não passa perto daquilo que meu pai mostrou para mim quando eu era jovem (Basílio Jorge, cacique. Entrevista, maio, 2014).

O cacique faz sua análise e deixa claro sua indignação ao ver o seu pedaço de terra que esta em litígio, o quanto está destruída e devastada, pois quando criança caminhava por este território onde a mata era densa com animais, muita fartura, e o que hoje se vê deixa triste por estar nesta situação.

Outra ocorrência que certamente deve ter desempenhado um papel importante na migração dos grupos domésticos das aldeias dos córregos Cafezal e Veada, foi a epidemia de febre amarela que atingiu a região nos anos de 1923-24, conforme consta do relatório da Inspetoria do SPI no Mato Grosso para o Diretor Geral:

Este aldeamento (do Buriti) foi o que mais sofreu com as epidemias de gripe e impaludismo durante o corrente anno (1923), pois nelle foram tratados por mim em Março 225 doentes, em Junho pelo auxiliar José Severino Chagas 61 doentes e em Novembro pelo auxiliar Orlando Barboza, 57 doentes. Falleceram 29 durante o anno de 1924. Foram, portanto tratados durante o corrente anno 363 doentes, Achavam-se muitos destes índios em grande estado de fraqueza devido às moléstias que sofreram.

Certamente por conta disso, o Relatório dirigido pelo inspetor interino no Estado de Mato Grosso, Antonio Martins Vianna Estigarribia, ao diretor interino do SPI, José Bezerra Cavalcanti, datado de 1923, traz uma referência sobre a “Invernada do Burity”, que encabeça a parte relativa às indicações sobre terras necessárias aos índios desta Inspetoria:

ÍNDIOS TERENOS: Invernada do Burity, Município de Aquidauana. São 400 indivíduos e necessitam de 3 léguas de terras pastaes com pequena proporção de lavradas. A situação dos que habitam a litigiosa, parecendo que única solução será a compra, se não prevalecerem os protestos e accordos em que a Inspetoria está empenhada. O valor da légua nessa região já é de 50 contos e as despezas de medição, por légua, regulam 2:160\$000 ou seja 600 reis por hectares, por predominarem terras pastaes.

A interferência do Estado e do SPI está clara no relatório acima citado, pois em nenhum momento o órgão responsável pelos indígenas reivindicou a Invernada Burity para os Terena, já que estavam ali antes da concessão de títulos para os fazendeiros. O Departamento de Terras do então Mato Grosso só estava preocupado em vender as áreas aos requerentes. Outro relatório da mesma época dizia que: “a questão de terras ali é bem difícil de ser

resolvida, por estarem cedidas pelo Estado, com títulos provisórios, a outras pessoas”. Já no Relatório de 1925 diz que:

Essas terras devolutas resultão de sobras da medição da Fazenda de Correntes e são ocupadas pelos índios desde muitíssimos annos, com outras contiguas que lhes foram sendo tomada pelos Srs. Porfírio Britto, Agostinho Rondon e mais recentemente pelo Sr, José Ananias, senhores esses que se tem limitado a pôr-lhes marcos, expulsando os índios que as cultivavam e deixando-as incultas (ALMEIDA, 2012, p. 38).

Depois da instalação do posto Indígena do SPI, na área provavelmente em 1927, os grupos domésticos que se localizavam nos contrafortes da Serra de Maracaju, (Lagoinha, Paratudal, Furna e Invernada), paulatinamente começaram a migrar para a área que seria delimitada mais tarde. Esse processo, segundo os índios, duraria até meados da década de 1930, quando ocorreu a expulsão dos índios ali estabelecidos por forças policiais da cidade de Aquidauana, provavelmente em 1937. Os troncos familiares Terena que constituíram a aldeia do Barreirinho foram os de Jaime Mamede, Joaquim Figueiredo, Ramon da Silva, Antônio Pedro, Julião Gomes e Emídio Honorato (ALMEIDA, 2012, p. 39).

Graças a estas famílias constituíram as aldeias onde hoje estamos e a família Figueiredo deslocou para aldeia Tereré em Sidrolândia para constituir outra aldeia, mas continuou vinculada na terra Buriti. Foi fundamental este início com estas famílias que por sua vez, foram as protagonistas da TI Buriti foi povoando a Terra Buriti tornando-se assim aos poucos uma grande aldeia com suas dificuldades para criarem seus filhos, pois para cultivar sua lavoura era preciso ter força, motivação e isso não faltavam aos indígenas primeiros desta aldeia, conseguiram ser grandes o bastante.

No contexto histórico da criação da Reserva Buriti, o primeiro documento oficial do SPI solicitando ao Estado de Mato Grosso a concessão de terras para os índios Terena de Buriti é datado de 22 de outubro de 1926. Em 04 de junho de 1927 o inspetor Interino do SPI em Mato Grosso, Antonio Martins Vianna Estigarribia, enviou ao Diretor da Repartição de Terras o ofício n. 229, onde manifestava que as terras requeridas para compra por Reginaldo Lemes “[...] (estão) ocupadas pelos índios Terenos, desde muitíssimos anos e dependentes dos despachos do Governo do Estado à requisição desta Inspetoria em officio n. 284 de 22 de setembro do ano passado, reiterado em officio n. 164 de 25 de abril último” (ALMEIDA, 2012, p. 39).

O órgão tutelar que estaria consagrando a desterritorialização¹² caso efetivado tal requerimento levou à reconsideração desse pedido, sendo mencionada no Relatório Anual da Inspetoria do então Mato Grosso, de 1927, a solicitação feita ao governo do Estado para proceder a uma reserva de terras, com área de 4000 hectares em benefício da aldeia “Invernada do Buriti” (ALMEIDA, 2012, p. 39).

No cumprimento do meu dever de Inspetor do Serviço de Proteção aos Índios, neste Estado, e para atender aos insistentes pedidos de alguns índios aldeados no lugar denominado Invernada do Buriti limites da Fazenda de Correntes, Município de Aquidauana, cujo aldeamento ao que informam aí existe há mais de trinta e cinco anos, em terras que afirmam, são de propriedade do Estado, peço-vos de acordo com o disposto nos artigos 90 e 95, Cap. VI da consolidação de Terras, Minas e Colonização, Decreto n. 130, de 4 de junho de 1902, vos digneis mandar reservar para os referidos índios uma área de 4.000 hectares, ou quanto for possível, cotejando-se a situação dessas terras, com o mínimo necessário para que tenham algum terreno onde possam viver e trabalhar. Afirma-se que há uma faixa de terras devolutas nos limites da Fazenda Correntes que por ser habitados pelos índios Xavantes, antecessores dos atuais, deixou de ser incluída na medição procedida nessa Fazenda em 1896 (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1968, p. 93).

Porém, não houve atitude decisiva a respeito do território solicitado, permanecendo assim os indígenas espoliados em suas terras à margem direita do córrego Cortado, onde existia a aldeia Invernada. Por outro lado, talvez em razão mesmo dessa impunidade, nos anos que seguiram, a comunidade indígena seria igualmente esbulhada das terras existentes à margem esquerda do córrego Barreirinho, onde existiam a aldeia e o Cemitério. O processo de apropriação ilícita das terras indígenas pelos fazendeiros confrontantes seguiu sem a interferência ou reivindicação do órgão responsável pelos índios, o SPI.

Não conformados com a delimitação proposta pelo SPI, uma delegação composta por três lideranças Terena do Buriti, Ernesto de Sousa Filho, Sebastião Delgado e André Patrocínio, se dirigiram ao Rio de Janeiro em 1935, na esperança de levar seu protesto ao Coronel Horta Barbosa, então Diretor Geral do SPI.

¹² Desterritorialização como perda de referenciais espaciais concretos, sob o domínio das relações imateriais. O território aqui é visto, sobretudo, como o fundamento material, espacial da sociedade, confundindo assim com a idéia de espaço geográfico. Alude-se principalmente à perda de importância das bases materiais na configuração dos processos sociais dentro do chamado “ciberespaço” (LÉVY, 1996). Ignora-se que mesmo o espaço “virtual” do ciberespaço não pode prescindir de bases materiais e contatos face-a-face, assim como a territorialidade pode-se manter mesmo sem a sua base material, como é o caso dos migrantes em diáspora que, em sua mobilidade, carregam “geografias imaginárias”, virtuais fomentadoras de novas construções sócias espaciais (RAFFESTIN, 1993).

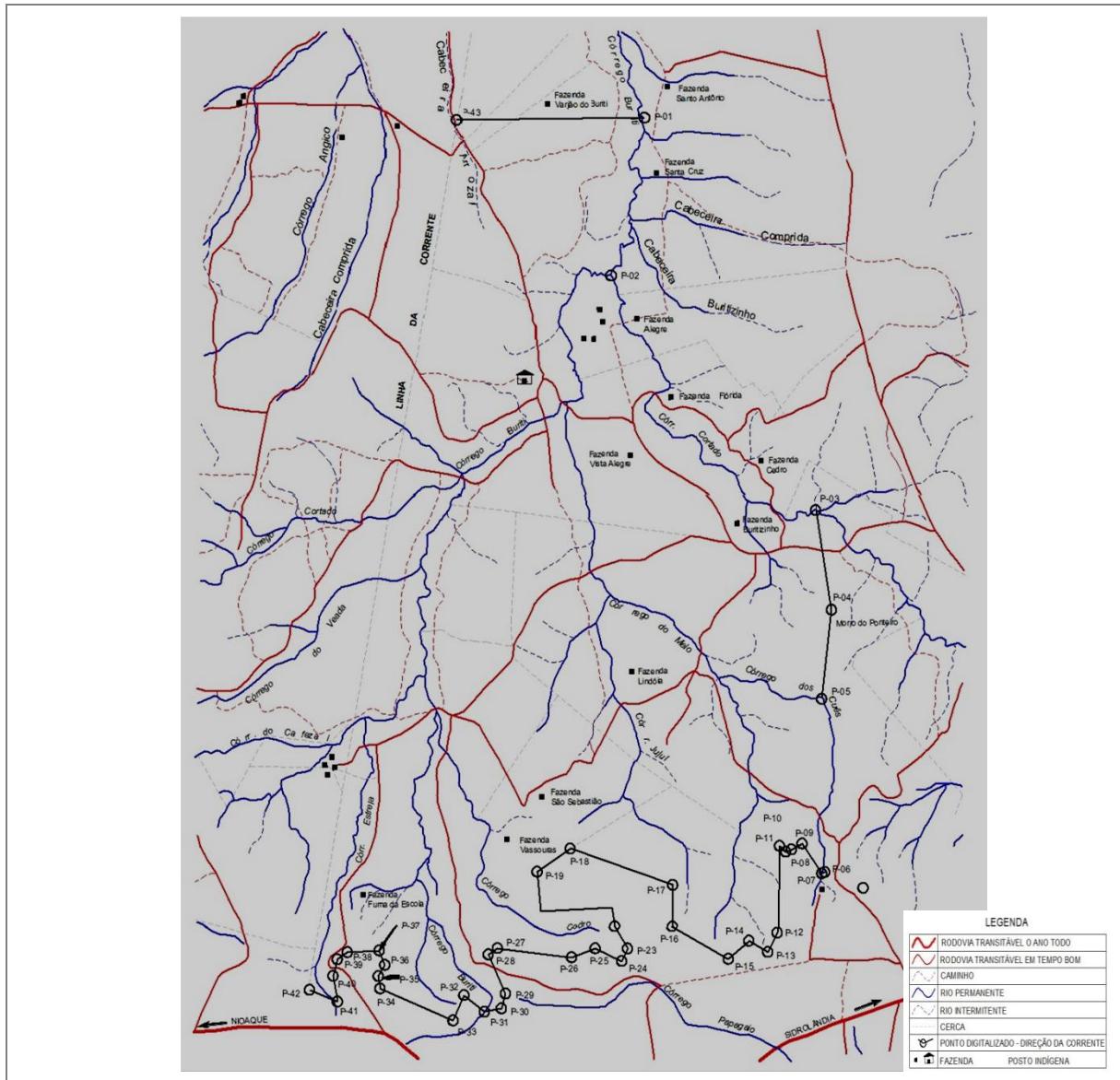
Esta delegação na época já tinha preocupação com o pequeno espaço de terra para o povo que vinha demonstrando crescimento de forma assustadora com isso era necessário reivindicar uma quantia que fosse suficiente para atender a demanda do povo Terena.

A reivindicação territorial que esta comissão levava ao Governo Central era na forma rústica de um mapa elaborado em um pedaço de papelão, estavam assinalados os limites da terra que ocupavam: a oeste, a linha da fazenda Corrente; ao sul a serra de Maracaju até defronte o morro chamado Ponteiro; a leste deste morro, em linha reta até encontrar o córrego Américo (Cortado), seguindo este até sua foz no Buriti de onde segue por este rio até quando se encontra a linda das Correntes, ao norte.

Os indígenas das aldeias localizadas na mesopotâmia formadas pelos córregos da Veeda e Cafetal foram expulsos dali, em 1937, pelo cidadão Agostinho Rondon, residente em Aquidauana. Este contou com uma força policial do Estado para tanto, sob o comando do ex-delegado de polícia daquela cidade, Alexandre Honorato, cidadão este que mais tarde foi nomeado com o cargo de encarregado do Posto Indígena de Nacionalização Buriti (ALMEIDA, 2012, p. 40).

Em diálogo com anciões confirma-se esta passagem vivida pelos Terena desta terra, onde o senhor Alexandre Honorato não deixou boas recordações, foi o responsável, em conversar com os irmãos indígenas que ainda resistiam em ficar nas fazendas. O fruto do seu trabalho foi sendo colhido aos poucos, pois houve entendimento dos irmãos em vir formar um grupo morando em pedaço de chão onde pudesse cultivar sua cultura.

Figura 2- Localização da Terra Indígena Buriti-MS.



Fonte: Patrick Schist Leite (2011).

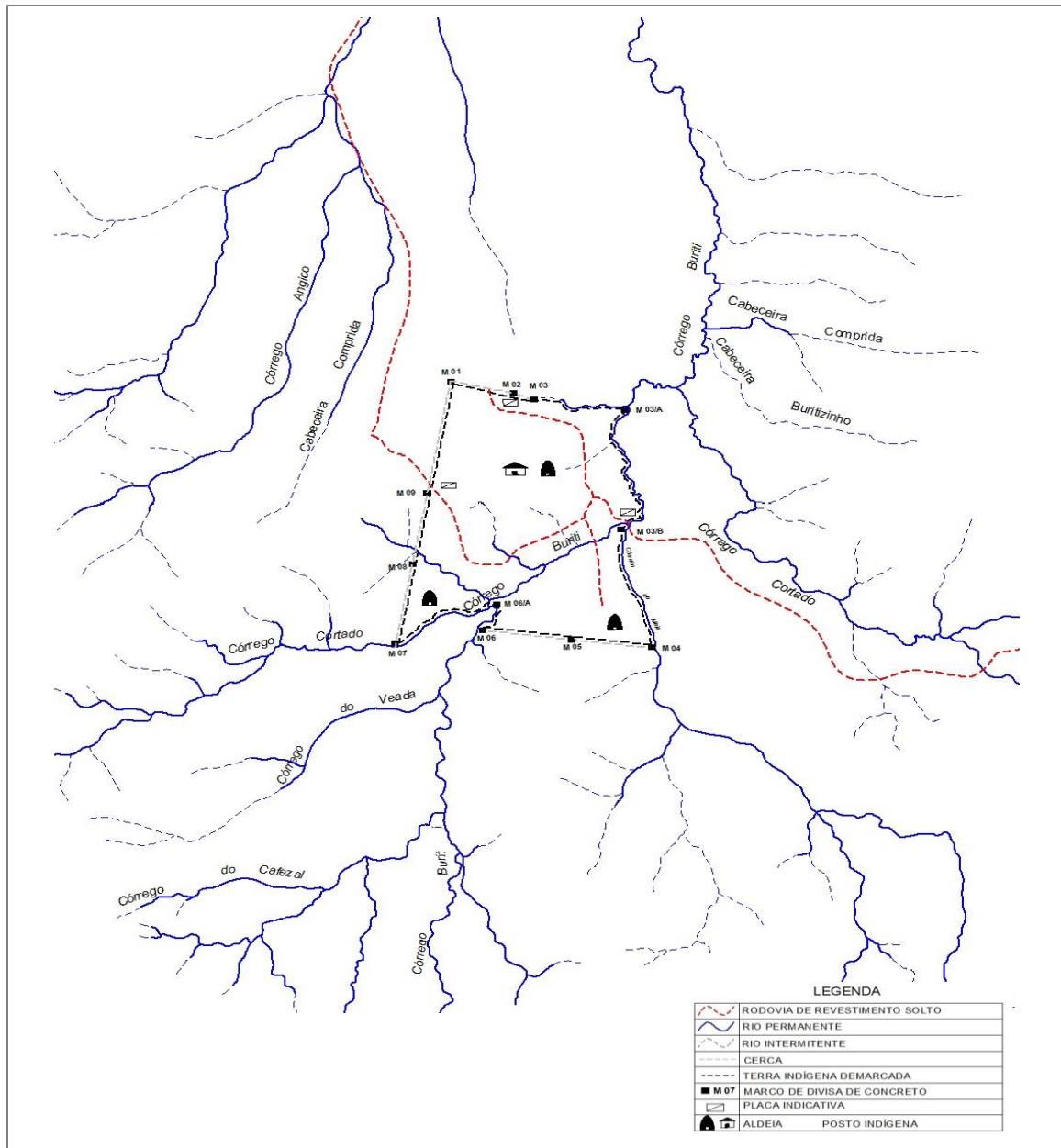
O mapa a cima, Retrata o esbulho sofrido pela terra Indígena Buriti, onde os quadros em pretos são áreas compradas adquiridos por títulos pelos fazendeiros. (Almeida 2012 p, 41)

Na parte superior do mapa a casa pintada em preto, refere-se à moradia tradicional indígena. A linha em cor preta refere-se à demarcação em GPS, diminuindo o território da Invernada Buriti em favor dos fazendeiros.

Após este processo o território ficou reduzido onde hoje está localizada a aldeia Buriti.

Segundo Almeida (2012) o mapa traz um conceito significativo para compreender o deslocamento e o esbulho sofrido por este grupo, esclarece o processo de desterritorialização ocorrido pela aldeia Buriti.

Figura 3- Terra indígena Buriti.



Fonte: Patrick Schist Leite (2011)

O mapa acima mostra o deslocamento dos Terena para uma área menor ainda do que o mapa anterior. O recurso hídrico ficou para os fazendeiros, uma parte do córrego Buriti passa pela área demarcada, e ainda uma estrada passa no meio da aldeia para chegar às fazendas e a outras localidades. Foi demarcada uma área de 2.090 hectares de terras para os

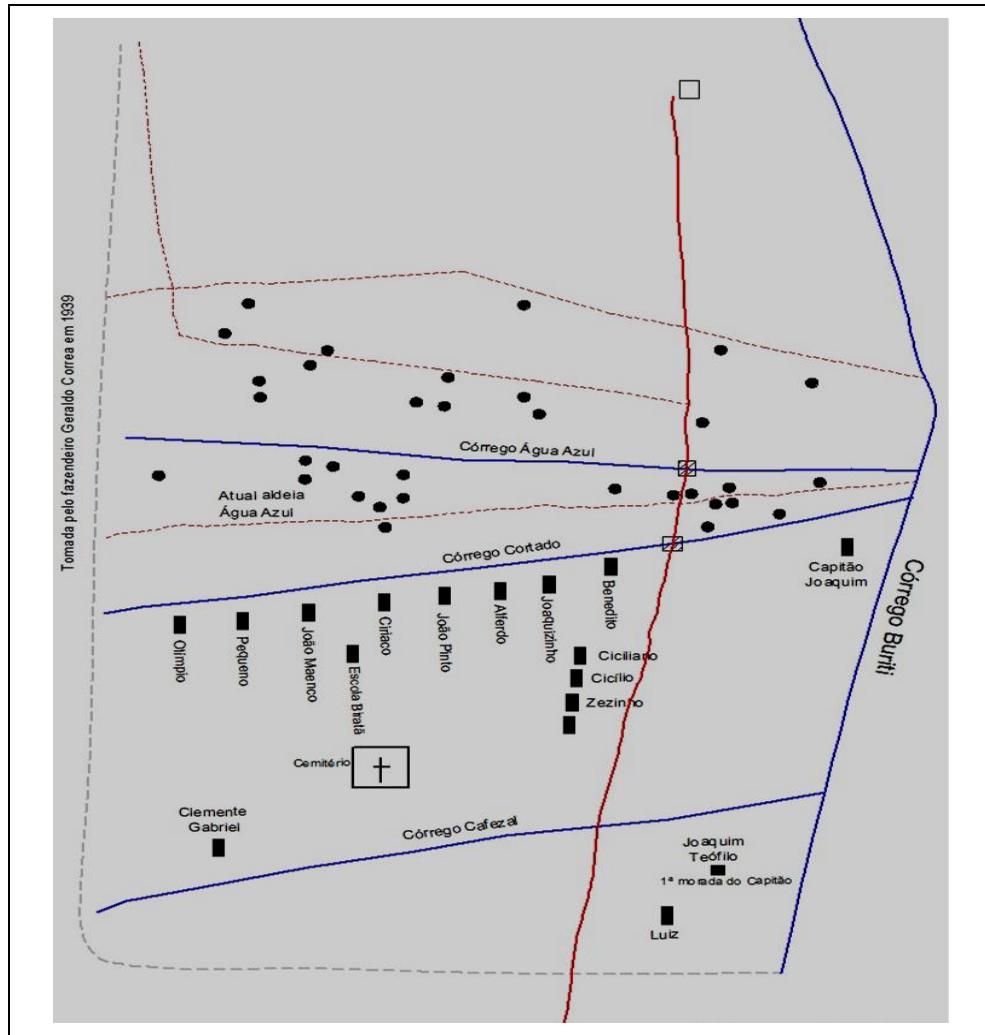
Terena e, por meio do Decreto Estadual n. 834 de 14 de novembro de 1928, foi criado o Posto Indígena de Nacionalização Buriti.

O Posto localizava-se no sul do Estado do então Mato Grosso e, atualmente, situa-se parte no município de Dois Irmãos do Buriti-MS e parte no município de Sidrolândia-MS. O nome Posto Indígena de Nacionalização Buriti foi dado pela quantidade de árvores de buriti que existiam na região demarcada.

A aldeia Buriti por sua vez é a unidade territorial administrativa da FUNAI onde se localizam 11 aldeias sendo Buriti, Água Azul, Recanto, Barreirinho, Oliveira, Olho D'água, pertencente ao Município de Dois Irmãos do Buriti, Córrego do Meio, Lagoinha, pertencem ao Município de Sidrolândia. No ano dois mil e dez, em virtude da retomada constituiu-se então a aldeia Dez de Maio, uma na área urbana, Aldeinha Tereré. Mesmo estando em Dois Municípios todas são administradas por um polo da FUNAI. E ainda no ano de dois mil e doze surge também outra comunidade sendo então denominada nova Buriti passando então ter onze (11) aldeias que, por sua vez, continuam vinculadas à mesma administração.

Cada aldeia continua vinculada a FUNAI, mas com sua administração própria com sua liderança tribal cada qual respeitando sua forma de organizar, compreendendo a cultura o jeito de pensar e definir o princípio indígena.

Figura 4- Esboço da localização da Região do Buriti.



Fonte: Almeida (2012).

Figura 5 é um esboço da aldeia Invernada, o primeiro nome dado pelos Terena a essa área, depois passou a ser denominada Paratudal e hoje esta área faz parte da aldeia Água Azul. Este esboço foi feito pelo Terena Armando Gabriel, para ser anexado ao processo de reintegração de posse da aldeia Barreirinho que estava sob o domínio da Fazenda Arrozal em 1985.

Destaca-se a linha de cor vermelha que representa as estradas dentro da área acima citada, a linha pontilhada representa os caminhos (picadas) feitos pelos próprios Terena para transitarem por toda a área. A linha de cor azul representa os córregos e rio que cortam a região, a linha chuleada representa as cercas colocadas pelos fazendeiros delimitando as suas propriedades. O retângulo de cor preta representa as famílias Terena que têm força política na comunidade e são respeitadas por ela, o círculo de cor preta representa as outras famílias Terena que fazem parte da comunidade (ALMEIDA, 2012, p. 49).

Entre os córregos Água Azul e Cafezal, está localizada a escola construída pelos Terena para que o professor da etnia Guarani Kaiowá, José Ubiratan, pudesse alfabetizar os seus filhos. Observando o esboço acima, nota-se que o cemitério fica próximo à escola indicando que os Terena habitam este local há muito tempo (ALMEIDA, 2012, p.50).

A mesma situação se repetiria mais tarde, com a aldeia Barreirinho, esbulhada aos índios pelo já mencionado Reginaldo Lemes, com apoio do encarregado local do Posto do Buriti, Polidoro de Arruda, que havia imposto o capitão Figueiredo como chefe da aldeia do Buriti, e conseguiu convencer os índios a abandonarem a aldeia para residirem junto ao Posto do SPI, recém-implantado.

Em depoimento com os anciões Armando Gabriel, Leonardo Reginaldo e Juscelino Bernardo ambos da terra Buriti afirmam:

Traz uma importante informação para a história da comunidade, reafirmando assim estudos realizados e escritos no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola Alexina Figueiredo, onde foi relatada pelos anciões da aldeia Buriti a luta do povo Terena em querer permanecer construindo uma escola cultivar sua lavoura, e tudo isso por meio de suas forças e vontade de crescer e povoar este local (Depoimento de anciões na escola Alexina, 2013).

Os Terena que aqui chegaram fez um grande enfrentamento tanto para fazer sua moradia quanto para ter sua alimentação, tudo era novo não existia ferramenta, foi preciso ser criativo para sobreviver diante de tanta dificuldade que encontraram neste local. As crianças tinham que dividir que compartilhar tudo, sua vestimenta, sua alimentação, mas isso foi fundamental neste início, todos se valorizaram e cuidavam um do outro protegendo, pois a mata era densa e era necessário estar próximo um do outro.

Observa-se que, ao final da demarcação, apurou-se uma superfície de 2.140,3343 hectares, e que o SPI não deu importância para tal informação, com isso esta área de 140 hectares foi esbulhada por fazendeiros lindeiros da área indígena Terena demarcada.

A história foi maciçamente suprimida, sistematicamente desonrada e incessantemente negada e, apesar de tudo que ocorreu, as etnias sempre se recusaram a ser perfeitamente encravadas dentro das fronteiras. Existem as forças dominantes que ameaçam subjugar todas as culturas que aparecem, impondo uma mesmice cultural homogeneizante (HALL, 2003).

Segundo Azanha (2000), a Aldeia Buriti é uma unidade social aberta a qualquer Terena, inclusive de outra reserva, diferentemente do que se passam nas outras unidades

sociais (aldeia). As residências, por sua vez, se estabelecem em determinado setor tendo como foco aglutinador as parentelas: unidade social de maior densidade.

Essa parentela é constituída por grupos domésticos ligados por laços familiares (esposas, filhos e netos) e seus agregados eventuais (filhos adotivos, primos ou tios), centrado e organizado pela figura de um chefe, o pai ou com a morte deste, o irmão mais velho (AZANHA, 2000, p. 145).

As casas dos grupos familiares da Aldeia Buriti, em geral, localizam-se próximas umas das outras. Seus lotes de roças não são contíguos, havendo cooperação econômica e partilha de alimentos entre as casas, constituindo, portanto, uma unidade de produção real que se sobrepõe aos grupos domésticos que o compõem.

O apoio mútuo, inclusive político, é a regra, o que não quer dizer que não ocorra problemas nas decisões. Aparentemente, o que garante a unidade, o crescimento e o peso político das famílias extensas é a capacidade de liderança e aglutinação do seu chefe, ou seja, sua capacidade em ampliar e manter solidário o grupo de irmãos (AZANHA, 2000).

Conforme Azanha (2000), o peso político acontece por ter uma equipe que busca entendimento, realiza reuniões onde cada membro se posiciona com sua opinião ou às vezes apenas ouvindo o que esta sendo construído neste processo coletivo. Nos dias atuais é possível afirmar que esta aldeia propõe uma política de valorização do próximo, o que a pesquisa aponta que tudo isto vem sendo construído ao longo da constituição desta Terra.

Na Aldeia Buriti, a residência abriga o grupo doméstico, composto por cinco gerações (avô, pai, filhos, netos e bisnetos), ou ainda por famílias nucleares (pais e filhos). Por não haver mais espaço para construção de casas, hoje é comum uma família nuclear pertencente a uma família extensa morando em outro local distante de sua família de origem.

A regra geral na sociedade Terena da Aldeia Buriti, para a residência pós-matrimônio é a patrilocalidade, ou seja, a esposa indo morar na casa do sogro, quando tem lugar para tal. Senão acontece ao contrário, o esposo vai morar na casa do sogro, mas não por muito tempo, logo este dá um jeito de construir sua casa; há muitos casos de o genro construir sua casa perto do sogro, por não ter espaço nas proximidades da família deste (AZANHA, 2000).

Depoimento da senhora Edite Alcantara:

A mulher Terena após o casamento a mesma deve seguir os passos do esposo, sendo uma identidade do povo Terena desta aldeia, é um sentimento prazeroso ver a filha respeitando esta cultura que trazemos como ensinamento de nossos pais e fazemos questão de fazer o repasse para nossas filhas netas como deve- se comportar uma boa Terena nos dias atuais este

ensinamento nos dá orgulho para continuar, devo orgulhar de minha cultura. Fico feliz quando os jovens ainda querem ouvir e continuar a frente com este respeito. E quando ocorre ao contrário onde o homem vai morar na casa do sogro torna um desrespeito contra nossos costumes, e não é aceito esta atitude pelos pais (Edite Alcantara, 2015).

É visível notar o descontentamento entre os anciões quando um jovem não corresponde com as regras que a cultura traz consigo.

Hoje, na aldeia Buriti-MS, não tem espaço para construir casa perto do pai ou do sogro, a densidade demográfica na aldeia é alta e, com isso, os Terena se casam e constroem suas casas onde ainda tem espaço para tal. O terreno escolhido pelo casal é comercializado pelo chefe da vila, que o casal escolheu (ALMEIDA, 2012, p. 43).

No texto do Almeida (2012), o mesmo traz dado que já estão ultrapassados neste quesito, pois, as distribuições das residências na Aldeia Buriti são as seguintes: são 260 residências distribuídas em doze vilas nas quais moram as famílias extensas, são elas: Vila Varjão reside à família Bernardo; Vila São Sebastião Tarumã, residem às famílias Alcântara e Pinto; Vila Isabel, residem às famílias Fermino, Bernardo e Alcântara; Vila Gabriel, residem às famílias Gabriel e Pinto; Vila Sete de Setembro, onde reside a família Rodrigues; Vila Nova residem às famílias Mamede e Alcântara; Vila Ouro Verde, reside à família Fermino; Vila Cruzeirinho, onde residem as famílias Alcântara e Bernardo; Vila Cará residem as famílias Alves, Alcântara e França; Vila Cerradinho, reside a família Bernardo; Vila André, reside a família André; e Vila Nascente do Buritizinho, residem as famílias Reginaldo e Silva.

Mesmo que as famílias comprem os terrenos em outros setores (vilas) para a construção da sua casa, ainda impera a supremacia da família extensa que mora nestes setores.

Na Aldeia Buriti, por haver uma densidade demográfica significativa, 74 famílias Terena migraram para o Mato Grosso, onde hoje conquistaram, com muita luta uma área no município de Peixoto de Azevedo MT.

Os Terena do Buriti passaram por um processo de esbulho no nosso território por duas vezes, no pós-guerra entre o Paraguai e o Brasil nos meados do século XIX, e depois, no século XX, com a “¹³Marcha para Oeste”. O nosso território que era de aproximadamente 32.000 hectares foi reduzido para 2.090 hectares. Conseguimos por meio de estratégias,

¹³ Marcha para o Oeste: criado pelo governo Getúlio Vargas para incentivar o progresso e a ocupação do Centro-Oeste, um plano para as pessoas migrarem para o centro do Brasil, este movimento ficou conhecido como Marcha para o Oeste.

negociações e resistência ressignifica nossa cultura e identidade e reestruturar nossa organização social política num espaço fixo e homogeneizado.

Os Terena sobreviveram a todas as tentativas de implantação de políticas públicas que impunham a eles má conversão para brasileiros sem identidade, para que os territórios, fossem transformados em fazendas de agronegócios para, assim, extinguir de vez a população à qual era negada a existência, acultura e a identidade, para não criar problemas no futuro.

A arma pela sobrevivência foi a estratégia de negociação com outros povos nativos e com os não índios para que pudessem permanecer na cultura e garantir o espaço territorial para a organização social.

Apesar das transformações sociais espaciais após a guerra entre Paraguai e Brasil, o grupo reconstruiu uma nova organização social, onde não existe mais as dualidades (*Xumonó* e *Sukirikeonó*), mas sim famílias extensas que passaram a utilizar o sobrenome como força política interna.

Na aldeia Buriti, pouco se cultivou o entendimento destas duas vertentes *Xumonó* e *Sukirikeonó*. Por outro lado, outras comunidades convivem muito bem, com elas e conhecem seus valores.

A partir do meados dos anos oitenta começa um trabalho de fortalecimento cultural por meio da escola, e teve início com a dança do *Kipa'e* (Bate-pau), onde ainda dançavam homens e mulheres, pois não havia um entendimento de como deveria ser esta dança. Por este motivo, buscam a cada ano viver melhor proporcionando uma aproximação cada vez maior na originalidade desta cultura Terena que, por sua vez, é muito rica.

CAPÍTULO 2

O ENVOLVIMENTO DA ESCOLA ALEXINA ROSA FIGUEREDO NA RETOMADA DO TERRITÓRIO TRADICIONAL DA TERRA INDÍGENA BURITI

A educação escolar indígena no Brasil vem obtendo, desde os anos de 1970, avanços significativos no que diz respeito à legislação que a regula. Se existem hoje leis bastante favoráveis quanto ao reconhecimento da necessidade de uma educação específica, diferenciada e de qualidade para as populações indígenas, na prática, entretanto, há enormes conflitos e contradições a serem superados. O Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI) foi escrito na expectativa de que pudesse contribuir para diminuir a distância entre o discurso legal e as ações efetivamente postas em prática nas salas de aula das escolas indígenas.

Nos últimos anos, os professores indígenas, a exemplo do que ocorre em muitas outras escolas do país, vêm insistente mente afirmando a necessidade de contarem com currículos mais próximos de suas realidades e mais condizentes com as novas demandas de seus povos.

Esses professores reivindicam a construção de novas propostas curriculares para suas escolas, em substituição àqueles modelos de educação que, ao longo da história, lhes vêm sendo impostos, já que tais modelos nunca corresponderam aos seus interesses políticos e às pedagogias de suas culturas. A princípio, não há entraves legais para que tais currículos sejam construídos: a Constituição de 1988 e a nova LDB garantem aos povos indígenas o direito de estabelecerem formas particulares de organização escolar - como, por exemplo, um calendário próprio e seu modo de aprendizagem no modelo indígena de ser.

Historicamente, a educação vem sendo uma forma de subjugação dos povos indígenas latinos americanos e, com isso, observamos a sua resistência quanto a uma escola que silencia a cultura e a identidade do outro, assim não foi diferente com os povos indígenas brasileiros.

A educação escolar indígena nas comunidades indígenas brasileiras em 1956, quando o Summer Instituto Linguistics (SIL)¹⁴ inicia seu programa de estudo aqui no Brasil, em convênio com o Museu nacional (1959), posteriormente com a Universidade de Brasília (1963) e com a Fundação Nacional do Índio (1967). Segundo Leitão (1997), esse Instituto, desde então, realiza trabalhos de análise e comparação das línguas indígenas brasileiras.

Antes do SIL houve o trabalho das missões religiosas, que tinham como objetivo catequizar e integrar os indígenas, de acordo com o projeto colonial. Na verdade, o convênio do SIL com o governo brasileiro é entendido como uma segunda fase na história da educação escolar indígena no Brasil.

Os estudos do SIL objetivavam criar para as línguas indígenas um sistema de escrita e traduzir materiais escritos de “educação moral e cívica e de caráter religioso”. Pretendia, ainda, desenvolver “programas de educação e assistência social”, a fim de proporcionar aos indígenas melhores condições de vida.

Neste caso quem sabe o que é melhor para si é o próprio indígena com isso toda esta boa intenção do não Índio não contribuiu em nada com a cultura do povo Terena da aldeia Buriti, o que o Terena fez foi apreender a negociar com esta outra cultura.

De acordo com Cunha (1990), a partir da década de 1970, o governo brasileiro, preocupado em estabelecer uma prática escolar indígena dentro das diretrizes das instituições e internacionais, buscando melhorar sua imagem mediante a opinião pública mundial, incluiu a prática escolar indígena e o uso das línguas maternas no seu projeto de integração. Portanto, a partir dos anos 1970, a FUNAI adota oficialmente a metodologia do ensino bilíngüe, além de iniciar uma reavaliação dos programas de educação escolares indígenas existentes até então. Leitão (1997) afirma que, até aquele momento, a educação escolar indígena brasileira baseava-se nas tentativas de alfabetização das crianças indígenas na língua portuguesa.

2.1 A educação escolar indígena e a cultura Terena

No tocante à educação escolar indígena entre os Terena da aldeia Buriti, a metodologia do SIL não foi introduzida por resistência religiosa, pois, a aldeia Buriti sempre ou em sua grande maioria são 90% católica. Naquela época, as políticas educacionais, voltadas para os Terena da aldeia Buriti não eram diferentes daquelas oferecidas aos demais

¹⁴ SUMMER Instituto linguistics e o Indígena latino-americano: história de uma aliança (década de 1930 a 1970).

grupos indígenas, que eram compatíveis às práticas pedagógicas desenvolvidas pelas escolas das comunidades rurais brasileiras e, geralmente, as professoras eram esposas dos encarregados dos postos.

Segundo Almeida (2012), a situação escolar Terena, ao longo dos anos de contato com a sociedade ocidental, vinha acontecendo de modo contrário aos anseios e interesses da comunidade. Os Terena do Buriti têm vivido um processo de resistência em busca da valorização dos costumes, trazendo e usando a escola como ferramenta para construção de seus valores culturais subjugados pela sociedade majoritária. A escola passa ser um espaço de construção da cultura Terena no tange a aldeia Buriti.

A escola Alexina ensinava o conhecimento ocidental de uma sociedade dominante, no qual se percebe um processo de hibridização que segundo Bhabha (2007, p. 76).

Trata-se de um modo de conhecimento, um processo para entender ou perceber o movimento de trânsito ou de transição ambíguo e tenso que necessariamente acompanha qualquer tipo de transformação social sem a promessa de clausura celebratória sem a transcendência das condições complexas, conflitantes, que acompanham o ato de tradução cultural.

Os Terena se deslocaram para um espaço intersticial, onde o usuário da linguagem, por sua vez, está situado no contexto sócio ideológico da historicidade e da enunciação, a sociedade não indígena, aí que surge a visibilidade do hibridismo.

Participar da sociedade envolvente, participar do mundo gestado e mantido hoje pela escrita e pela tecnologia reconstrói e ressignifica o ser Terena, que não quer e não pode estar alheio e marginalizado neste novo movimento. Como outras populações isoladas e minoritárias que tomam contato com a cultura ocidentalizada, os Terena também querem estar inseridos nesta dinâmica de sociedade global.

Não há como estar inserido em um contexto sem conhecê-lo, assim como não há como participar de uma dinâmica social sem conhecer os códigos que a regem. Participar e estar incluído em uma dada realidade significa utilizar-se de toda a instrumentação necessária para negociar esta inserção.

No contexto mundial do período em que a escola como a conhece, mas foi implantado (1918-1982), o letramento constituía e constitui importante elemento de valorização, reconhecimento social e acesso a uma multiplicidade de bens simbólicos, expressando uma garantia de estabilidade econômica, intelectual e profissional, ser ágrafo

pode representar a exclusão deste processo. A escola passou por diversas formas ao longo da história. As atividades de ensino e aprendizagem existem desde a antiga Grécia.

A escola foi se constituindo historicamente como instrumento essencial organizado e estruturado para desempenhar tal função. É a escola que traz didaticamente organizado o processo de ensino da leitura e escrita, como instituição legitimada a transmitir os códigos escritos da língua nacional com o qual se estruturam todos os códigos de normas morais, religiosas, jurídicas, econômicas, etc. Não que a apreensão destes códigos não possa se realizar, em certa medida, informalmente, mas há uma construção social da valorização da formação escolar.

Assim, os Terena da aldeia Buriti são capturados pela concepção de escola necessária para ascensão social e profissional, como espaço de negociação.

A escola indígena Alexina por meio de estudo com o grupo de professores e lideranças e com base na formação dos docentes observou que aquilo que se ensinava neste ambiente escolar não era condizente para um modelo de educação que atendesse os interesses da comunidade, e com isso uma escola indígena deve e precisa propor o seu jeito de ensinar ao povo.

Após as discussões aqui empreendidas, há que se concluir que a escola Alexina da aldeia Buriti assume significados e representações diferenciadas em relação aos valores e significados construídos na cultura ocidentalizada. Considerando o propósito da criação da escola, para os Terena, ela se representa um instrumento de defesa da comunidade e, sobretudo, de resistência frente à sociedade ocidentalizada, marcando sua forma diferente de viver nesta sociedade multicultural, mas ainda se revela homogeneizante em vários aspectos.

Dominar os códigos que regem a sociedade não Indígena não significa simplesmente render-se a eles, mas acima de tudo, poder negociar a partir destes mesmos códigos. É incluindo-se, fazendo-se presentes na história da sociedade nacional, porém sem abandonar seus costumes tradicionais, ou ao menos alguns, que os Terena desejam se fazer respeitar pela diferença, utilizando os mesmos instrumentos característicos da sociedade ocidentalizada: a palavra escrita, o poder do conhecimento universalmente reconhecido, entre outros aspectos.

Necessário se faz pontuar que o desejo e aceitação da escola na aldeia, no qual o corpo docente ensinou os saberes ocidentalizados, com todos os seus rituais, não se configuram em mera submissão à homogeneização cultural, ou mesmos poderíamos ousar dizer, a uma “ocidentalização” de sua cultura tradicional. Para adentrarem, circularem e participarem das dinâmicas da sociedade nacional, as minorias se reestruturaram e se

ressignificaram, com instrumentos próprios e adquiridos, negociando sua posição rotineiramente nas relações sociais.

Atualmente, os Terena da aldeia Buriti têm possibilidade de estudar em escolas da própria aldeia, uma vez que possuem duas escolas, uma com Ensino Fundamental Escola Municipal Indígena Alexina Rosa Figueiredo e a de Ensino Médio, Escola Estadual Indígena Natividade Alcântara Marques funcionando. A partir da reformulação do Projeto Político Pedagógico (PPP) para o contexto da educação indígena diferenciada e bilíngüe, passaram a questionar sobre o material didático distribuído pelo MEC e preparado para outros contextos culturais.

Quando falamos em educação escolar indígena diferenciada pensamos muito como deve ser esta Escola, como trazer os saberes tradicionais para dentro desta escola, uma vez que os saberes indígenas são repassados em casa pelos avôs e pelos pais aos seus netos e filhos. Na Aldeia Indígena Buriti, os saberes são altamente valorizados e através desta ótica o corpo docente sempre pautou seu olhar na busca destes conhecimentos, mas com muita dificuldade de trazer átona para ser transmitido no âmbito da escola. Este processo educacional que a Escola Alexina Rosa Figueredo da Aldeia Buriti procura implantar, está sendo elaborado minuciosamente com um novo método e uma nova pedagogia Terena de ser, para transmitir estes saberes que se encontram ancorados em nossos anciões.

Foram realizadas inúmeras reuniões, oficinas e cursos em busca de socializar com os professores o contexto proposto, ou seja, com este modelo de educação que queremos para nossa escola e para nossas crianças. O que é exigido pela Secretaria Municipal de Educação de Dois Irmãos do Buriti-MS não serve e não concordamos com este modelo para esta escola que queremos para nossos filhos, pois vem com a intenção de impor, de integrar e moldar o jeito Terena de ser, querendo propor uma nova identidade ao povo Terena da Aldeia Buriti.

Os problemas encontrados pelo corpo docente foram inúmeros, mas foi importante, pois tudo o que gostaríamos naquele período era fazer uma boa proposta que estivesse de acordo com que pensamos como educação indígena, e uma educação para o nosso povo, onde pudesse fortalecer a identidade dos Terenas do Buriti.

Não queríamos um modelo integracionista onde ficaríamos retidos num modelo já reproduzido por uma escola para não indígena, pois entendíamos que esta educação que buscamos precisa do educador atuante, tornando-se um agente pesquisador, construindo seu material pedagógico.

Nos últimos anos, porém verificaram-se significativas mudanças no tratamento da temática educacional indígena. Os próprios indígenas entraram em cena para debater a

política de escolarização e para uma educação escolar voltada ao atendimento dos seus interesses.

No processo de construção do Projeto Político Pedagógico (PPP) desde o ano de dois mil e seis a dois mil e sete (2006 e 2007) até os dias atuais, o corpo docente vem trabalhando na relaboração do projeto, e claro que neste período o grupo teve muitas dificuldades, pois não tinha a devida informação de como seria este projeto que atenderia nossos interesses, o que a equipe sabia é que estava tentando construir algo que viria a ser útil ao seu trabalho no dia a dia. Nesta caminhada contamos com ajuda de professores que já tinham elaborado um projeto, mas não condizente com o que estávamos buscando construir. A equipe acreditava que devíamos elaborar o PPP com os nossos próprios conhecimentos, mas tínhamos dificuldades, sempre que reuníamos para elaborar existia um desconforto e o grupo entrava em conflito de idéias.

O sistema tinha um parâmetro de educação que por sua vez não corresponde o que a escola busca construir, este período foi conflitante para cada professor, pois o grupo tinha uma leitura de uma educação onde valorizava os seguimentos da comunidade e não como era proposto por um currículo hegemônico, e isso causava desencontro na proposta que a escola vinha propondo construir.

Pela influência de outro saber, outra vertente de educação busca enquadrar os professores em um modelo onde coloca às vezes em estado conflitante o papel de cada professor pela legislação vigente deste país, às vezes não aceitando a Lei que por sua vez rege a educação escolar indígena neste país.

Nesse sentido, o grupo de professores Terena, que foi formado em outro modelo de escola, assumiu uma identificação nova ao se comprometerem em construir um projeto pedagógico fundamentado nos saberes do povo.

Com isso, o grupo busca fortalecimento e afirmação cultural dentro da conquista do território procurando ser e viver dentro do seu contexto, sendo você mesmo com sua identidade cultural procurando valorizar o grupo através da aceitação do outro, como cada um se apresenta dentro de sua realidade.

Após ter elaborado o PPP a equipe de professores sentiu-se fortalecido para continuar fortalecendo a cultura, e com apoio da FUNDECT-MS elaborou uma primeira cartilha para contando os saberes indígenas do Terena do Buriti.

Com este o projeto aprovado pela Fundação de Desenvolvimento de Ciências e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (FUNDECT-MS), com a finalidade de construir um

livreto didático bilíngüe com textos escritos por nós, professores indígenas da Escola Alexina da Aldeia Buriti, começaram as etapas de execução do mesmo, em 2009.

Iniciaram-se as reuniões mensais com o corpo docente da escola, para a execução do projeto. O primeiro passo foi o esboço da cartilha, quais os conteúdos que seriam inseridos? A cartilha seria dividida em quantos capítulos? Pois, o recurso ganho era para um livreto de 50 páginas, contando com a capa.

Nós, professores indígenas da Alexina, na segunda reunião, propusemos que os textos seriam elaborados por nós e em dupla, passaríamos os textos para a comissão organizadora do livreto para as devidas correções, na outra reunião seria discutido o texto e alguns conceitos com as nossas duplas de professores.

Foram realizadas, no total, quinze reuniões, para que o livreto ficasse pronto para a publicação. A coletânea destina-se aos alunos do ensino fundamental da Escola Municipal Indígena Alexina Rosa Figueiredo e teve por objetivo principal subsidiar o ensino e a aprendizagem na escola, contribuindo assim para a construção da proposta de uma educação escolar indígena diferenciada.

Os textos inseridos no livreto foram produzidos coletivamente pelos professores e as ilustrações pelos alunos da escola. Para tanto, foram realizadas pesquisas para levantamento de memória histórica da comunidade sobre os saberes e fazeres Terena da Aldeia Buriti pelas duplas de professores responsáveis pelos seus respectivos textos.

Figura5- Livreto construído pelos professores da Escola Alexina.



Fonte: Acervo da Escola Alexina Rosa Figueiredo.

A coletânea está organizada em quatro capítulos, sendo que o primeiro apresenta dados sobre o povo Terena, suas histórias, onde e como vivem em Mato Grosso do Sul. O segundo capítulo aborda os Terena da Aldeia Buriti, cosmo visão e organização social. O terceiro capítulo em foca saberes dos Terena da Aldeia Buriti, destacando os rituais religiosos tradicionais e as festas católicas. Por fim, o quarto capítulo se dedica aos fazeres dos Terena da Aldeia Buriti, ressaltando as manifestações artísticas culturais, as práticas esportivas e o uso das plantas medicinais.

Trago aqui em resumo um texto que se encontra no capítulo 04 Fazeres dos Terena da aldeia Buriti.

As parteiras da Aldeia Buriti:

Há algum tempo atrás quando o acesso às cidades era muito difícil, as mulheres grávidas tinham seus filhos em casa. A responsabilidade durante a gestação até a hora do parto não era de algum de médico, mas de outras mulheres tidas como sábias, corajosas, as chamadas parteiras. Eram responsáveis pelo acompanhamento da gestação, “arrumavam” os bebês que estavam mal posicionados no ventre, providenciavam banhos medicinais, remédios e simpatias para que a mulher gestante tivesse um bom parto e fosse muito feliz.

As parteiras eram muito respeitadas na comunidade por terem trazido muitas vidas para o mundo. Depois do parto elas cortavam o umbigo, cuidavam da mulher durante a sua dieta, para a família de quem ajudou a partejar era uma gratidão e respeito por toda vida. [...] Dentre as parteiras mais importantes da aldeia Buriti, resta a nossa anciã Olinda Mendes. Para ela trazer uma vida ao mundo é algo inexplicável, simplesmente fantástico (Livro Os Terena da aldeia Buriti, 2011, p. 49).

Em cada capítulo construímos propostas de atividades para serem desenvolvidas pelos alunos, com o objetivo de dar sequência à pesquisa sobre os Terena, promovendo a auto reflexão sobre a identidade e cultura Terena.

A partir da experiência através das oficinas e a publicação do livreto, a escola passa ter uma nova visão trazendo de fato os saberes para dentro do contexto escolar, com isso passamos a viver uma escola comprometida com sua cultura, tivemos a possibilidade de mudar esta situação e experimentar uma escola sintonizada com a nossa luta, com nossos projetos.

Em qualquer uma das situações é possível perceber o caráter político da escola, desmitificando a idéia de que é uma instituição neutra. Ou seja, a suposta neutralidade escolar sempre serviu para ocultar processos discriminatórios a grupos menos favorecidos.

Professores indígenas Terena da Aldeia Buriti, ao assumi a dimensão política da escola, passam a ver esta instituição como espaço público onde todos da comunidade podem e devem participar.

Bhabha (1998, p. 51) ao refletir o espaço público como um desafio, sustenta que:

O desafio reside na concepção do tempo da ação e da compreensão política como descortinador de um espaço que pode aceitar e regular a estrutura diferencial do momento da intervenção sem apressar-se em produzir uma unidade do antagonismo ou contradição social. Este é um sinal de que a história está acontecendo, o interior das páginas da teoria, no interior dos sistemas e estruturas que construímos para figurar a passagem do histórico.

Descortinando o espaço e construindo um terceiro espaço mediador, para que, politicamente, se possa estruturar e fortalecer esse terceiro espaço através do diálogo é que se dará a possibilidade de transitar entre os dois mundos, indígena e não indígena.

Os professores da escola Alexina Rosa Figueiredo estão caminhando em direção a uma educação escolar indígena diferenciada e bilíngüe, por meio de oficinas e grupos de estudo reunidos mensalmente, discutindo as diretrizes, reformulando o Projeto Político Pedagógico da Escola, refletindo sobre os planejamentos de aula dentro do contexto indígena. São ações que vão nos ajudar, e também aos alunos junto com a comunidade, a compreender

uma nova pedagogia para construir um material didático, um currículo adequado e condizente à realidade da Escola Alexina.

Estamos fundamentados na Deliberação CEE/MS nº 10.647, de 28 de abril de 2015, que garante a oferta da educação escolar indígena na educação básica, pautada pelos princípios da igualdade social, diferença étnico-racial e da especificidade do bilingüismo/multilinguismo e da interculturalidade, propondo uma pedagogia de forma orgânica e articulada, garantindo as especificidades e o modo de ser de cada povo e ainda a realidade de cada comunidade (MATO GROSSO DO SUL, 2015).

Nesse sentido, estamos amparados legalmente para construirmos uma educação diferenciada que garanta aos Terena da aldeia Buriti trabalhar os saberes e a ciência Terena local e também os saberes tradicionais de outros povos colocando a nossa cultura em primeiro lugar e evidenciando o nosso modo de ser, sem medo de transgredir um plano de educação estadualizada e municipalizada que por sua vez quer moldar uma cultura específica em um único parâmetro.

2.2 A Escola Alexina Rosa Figueiredo e a retomada da Terra Indígena Buriti

Dentro desse mesmo contexto e tensão fomos, junto com a comunidade, buscar uma forma de retomar o nosso território, então esbulhado por fazendeiros. Pois, por meio da justiça tudo foi feito para que legalmente a área da antiga invernada Buriti fosse devolvida para os seus verdadeiros donos, porém, a lentidão e a má vontade do Governo Federal em homologar as terras que pertencem aos Terena da Buriti é visível, ficam fazendo um jogo de empurra e nada decidem! Com isso, junto com os líderes e o Conselho Tribal, resolvemos entrar na fazenda Três R em 10 de maio de 2010 e juntos resolvemos no coletivo levar a escola para a retomada para que o corpo docente e os alunos se somassem ao grupo para tal empreitada.

Ao levar nossa escola e toda sua estrutura para a retomada do território foi uma experiência jamais vivida pelo corpo docente e o aprendizado que cada um dos professores pôde retomar, pois este fato colaborou para um aprendizado que jamais teríamos se a escola não fosse participar e ser um a gente transformador.

Neste contexto foi possível apreender a construir as casas de taquara batida saber que lua é melhor para retirar a madeira. Nesta construção não se usa metro ou trena, toda construção é calculado usando às vezes um pedaço de madeira como metragem, este

momento quem era o professor era um mestre tradicional por sua vez, todos os alunos e docentes passavam a serem aprendizes.

Outro momento importante de aprendizado era quando uma autoridade como ancião tinha o seu momento de manhã cedo onde fazia sua explicação mostrando que “o território onde estamos sempre foi de nosso povo e não estamos na terra alheia isso tudo é nosso” (Ancião Reinaldo Pereira, maio de 2010).

Este momento vivido na retomada ouvindo os anciões e tornando isso processo de conhecimento fortalecendo ainda mais as teorias que cada professor traz consigo, o ambiente e a riqueza adquirida foi fundamental.

A escola estava bem amparada pela comunidade, que os cursos as oficinas foram realizados dentro da retomada, como mostra a imagem abaixo curso de Libras, para aperfeiçoamento de nossos professores.

O curso de Libras e outros que realizamos na retomada fez com que a equipe de docente buscassem com mais intensidade o fortalecimento da cultura acreditando que a mesma deve estar sempre em suas atitudes.

Foto 5-Oficina de libras com os professores indígenas na escola da retomada.



Fonte: Acervo de Fernando Augusto Azambuja de Almeida (2010).

Com isso, a aldeia Buriti, por meio do seu líder maior, propõe e busca sustentar toda a comunidade dentro do espaço da retomada, proporcionando fortalecer o movimento com participação de todos os líderes tanto tribal e liderança da retomada, para discutir e

direcionar o grupo, fazendo articulação para manter o equilíbrio de todos. Ele entendia que o grupo estava consolidado em uma mesma proposta para defender a comunidade na retomada, e também em relação ao restante que permaneceu na Aldeia, o Cacique procurou ser presente nestes dois espaços. Havia uma rotina para cuidar do povo que estava na retomada e também daqueles que ficaram na Aldeia. Todos os guerreiros na retomada trabalharam em harmonia dividindo os afazeres enquanto os líderes cuidavam das articulações.

Este período era entendido como um momento harmonioso onde a comunidade se defendia e fazia a defesa dos seus líderes, era um espaço sem conflito, todos estavam em uma mesma proposta de conquistar a terra. O momento do Cacique Rodrigues na retomada era de crescimento entre os indígenas, havia um respeito entre as partes e tudo parecia estar em paz.

A escola fazia seu trabalho de rotina quando foi surpreendida com a notícia que o Cacique Rodrigues havia deixado o seu cargo de por que estava abandonando a comunidade e deveriam escolher outro e para ocupar o seu lugar. Como a escola neste processo de retomada é um espaço de discussão, foi neste local que ocorreu o anúncio que estávamos sem um comando, isso causou uma grande preocupação entre todos os professores e também na comunidade, pois não entendíamos o que estava acontecendo e ficar sem um líder no meio da retomada ou fazer a troca seria um retrocesso, por que demonstrava ser um verdadeiro líder sabia comandar, não era autoritário e defendia todos de forma igual.

Fomos surpreendidos com o anúncio de que o nosso líder não pretendia receber nenhum guerreiro e muito menos professor em seu barraco e o mesmo estava decidido em deixar o cacicado neste momento.

Os professores analisaram profundamente esta situação, pois não havia feito uma conversa com os mesmos para comunicar o seu afastamento, passou-se o dia como se fosse um mês, com uma tensão entre os guerreiros, o ambiente ficou crítico todos querendo compreender o que estava acontecendo.

Os docentes reuniram-se e procuraram interpretar o fato que vinha causando desconforto entre todos naquele momento, foi então que um grupo de professores foi até o barraco do mesmo para tentar ouvir do mesmo se, de fato, tinha decidido se afastar e deixar a comunidade sem o seu líder maior.

Ao chegarem ao barraco do mesmo foram mais uma vez surpreendido com situação que estava o nosso líder, estava sendo consolado por seu irmão mais velho que, por sua vez, estava também querendo compreender o momento, pois a notícia espalhara muito rapidamente, e toda aldeia queria entender.

Na ocasião, fomos ouvidos pelo senhor Rodrigues Alcântara, onde procurou esclarecer a todos que o fato que deixar ao povo apreensivo era devido a um grupo de liderança que acusava descontentamento com a forma que vinha conduzindo seu trabalho, onde este grupo por sua vez exigia o afastamento do mesmo e ainda exigiam que fizesse isto de forma silenciosa para não assustar os guerreiros e destruir o andamento da retomada.

A equipe de professores liderados pelo diretor faz uma pergunta ao Cacique: _ O senhor está realmente decidido em deixar o cacicado? Pois os professores entendem que este não é o momento de pertermos ninguém principalmente num momento crucial que todos vivem nesta retomada. O mesmo respondeu muito tranquilamente a estas questões, dizendo que não pretendia se afastar, o que estava ocorrendo era uma parte das lideranças pedindo seu afastamento, e afirmou: “mas pretendo continuar porque acredito que posso contribuir muito com minha comunidade”. Os professores, ouvindo isso, sentiram fortalecidos e então disseram ao mesmo: “estar vivendo neste local requer um grupo forte e unido para sermos vencedores, com isso queremos sua permanência como nosso Cacique”.

Continua o Cacique explicando que haveria uma eleição no dia seguinte para decidir quem seria o novo Cacique da aldeia, mas, como sempre, a aldeia Buriti discorda com a eleição, pois este sistema de escolha só divide o povo, temos que continuar com a forma que nossos avós nos ensinaram para escolher os nossos líderes de forma tranquila, pensando sempre em manter a aldeia em harmonia (Cacique Rodrigues. Entrevista, junho, 2010).

No dia seguinte aconteceria, então, a eleição, contrariando o princípio cultural de nosso povo, mas o povo é tão sábio que, ao invés de participar da eleição, seguiram todos em direção ao barraco do Cacique Rodrigues Alcântara, manifestando apoio ao mesmo, entoando um grito de guerra em favor da permanência do mesmo. Foi espetacular o que ocorreu com a comunidade Buriti, a partir deste processo vivido tornou-se ainda mais resistente este povo guerreiro.

Com isso, não houve eleição neste dia, pois o mesmo foi reconduzido novamente ao cargo por esta manifestação do povo e do grupo de professores. O grupo de líderes que pleiteava assumir o cargo de Cacique não ficou satisfeito e propôs uma eleição, que aconteceria já na aldeia Buriti, alguns dias depois. O Rodrigues Alcântara concorreu tendo como concorrente o professor Jurandir Gabriel.

Esta eleição ocorreu na aldeia Buriti em 2011, pois no território em retomada não poderia acontecer eleição, e com isso foi preciso retornar a aldeia para realizar a devida

decisão onde o cacique Rodrigues Alcântara teve à maioria dos votos e continuou seu cacicado.

Após a eleição e permanência do Cacique, o mesmo começou a pensar um novo sistema de liderar o povo com apoio real dos profissionais da educação, passando a ser uma nova linha de liderança fortalecendo as lideranças tribais que, por sua vez, tinham um distanciamento uma da outra. Aqui, neste momento, ocorreu o fortalecimento do Cacique.

Aqueles que não concordaram com este sistema foram se afastando, criando-se uma nova aldeia já com outro comando. A aldeia Buriti fixa-se nos seus ideais, compreendendo o quanto o professor representa e contribui para o andamento de seus propósitos em continuar em frente.

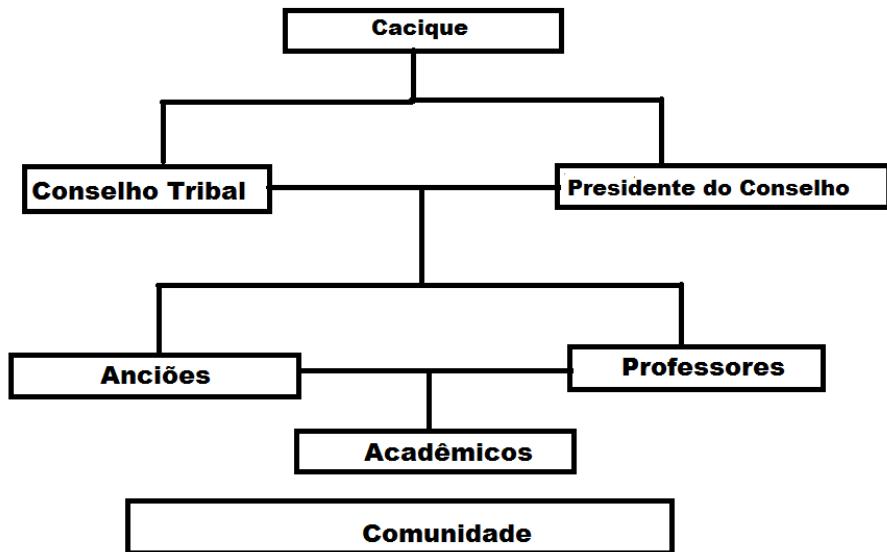
O Rodrigues renova sua liderança para fortalecimento da identidade cultural desta Aldeia. Para isso, modificou sua estrutura e seu sistema de organização social.

A organização social da Aldeia Buriti, mais precisamente na retomada de 2010 (dois e mil e dez), com a proposta do então diretor da Escola Alexina Rosa Figueiredo, Professor Gerson, que propôs que os professores fizessem parte como liderança, sendo uma segunda linha de liderança, aos poucos foi sendo entendido pelas lideranças tradicionais, pois os professores não tomariam decisão antes dos líderes. A proposta foi pensada para fortalecimento de ambas as partes com isso observam-se um grupo bem mais articulado, preocupado em manter toda equipe informada.

A presença dos professores participando efetivamente colocou a comunidade Buriti como referência para outras comunidades indígenas do Estado de Mato Grosso do Sul. A aldeia Buriti continua propondo o fortalecimento da cultura e sempre respeitando esta linha onde a decisão acontece em conjunto.

A figura 6 destaca a representação da organização social e política da aldeia Buriti, a partir da reafirmação do Cacique Rodrigues na aldeia em 2011.

Figura6- Representação da organização política da aldeia Buriti.



Fonte: Pesquisa de campo (2015).

A linha hierárquica representa o Cacique, autoridade maior da aldeia Buriti; o Conselho Tribal que é constituído pelos líderes de cada vila; o presidente do Conselho é indicado pelo Cacique com anuência dos mesmos. Os Anciões que são detentores do saberes tradicionais. Os professores indígenas também fazem parte da liderança, pois o Cacique se reúne com eles para discutir e refletir algumas decisões que vão sempre somar e melhorar para a comunidade. Os acadêmicos e a comunidade são uma nova linha de apoio que vem dando certo na aldeia, pois, eles também estão ajudando com o futuro dos Terena da aldeia Buriti, com isso, eles se fortaleceram, nas últimas retomadas, fazendo que sua identidade e sua cultura se tornassem fortes.

Os anciões são os detentores dos saberes tradicionais e científicos dos Terena, onde eles hoje são consultados pelos mais jovens que querem compreender a história dos Terena da aldeia Buriti e também os conhecimentos para desenvolverem os processos culturais e estratégicos das retomadas do território tradicional que foram esbulhados. Assim, a comunidade fica mais tranquila quando vê que todos estão juntos no mesmo pensamento, planejando em fazer o melhor para que a comunidade viva bem, com uma perspectiva de melhora a cada dia.

Foi muito tempo para que este entendimento viesse a se concretizar e deve-se este fato principalmente ao líder desta comunidade, Cacique Rodrigues Alcântara, que aceitou este desafio e tratou de negociar com todas as lideranças de forma muito tranquila.

É fundamental estar contribuindo com novas propostas que valorizem os segmentos do nosso povo do qual fazemos parte, pois o tempo passa e é necessário acompanhar este movimento propondo novos caminhos de fortalecimento para não ser submisso a este sistema de imposição o qual pretende dizimar a população indígena, buscando suprimir sua cultura seu saber, seu costume.

Para isso, o povo indígena Terena da Aldeia Buriti se fortalece não só em sua liderança tribal, mas também traz um braço forte na política municipal para somar com as lideranças da aldeia Buriti.

O professor e Vereador Eder Alcântara Oliveira¹⁵foi eleito pelos Terena da Terra Indígena Buriti, para que pudessem ter alguém que falasse por eles e buscasse programas políticos que pudessem beneficiar, através de projetos, a comunidade.

Uma aldeia precisa juntar suas forças como anciões, lideranças tribais, professores, acadêmicos, para avanço em suas conquistas. A aldeia Buriti valorizou todas estas forças para se tornar forte em suas conquistas.

O Cacique Rodrigues Alcântara afirma que:

Quando ouvi pela primeira vez a proposta de trazer os professores, os acadêmicos, anciões e a comunidade para fazer parte da liderança fiquei preocupado, ainda não entendia como isso ia acontecer, qual seria a forma de conduzir esta situação, mas aceitei porque minha Aldeia passava por momentos difíceis, agente tava na retomada com toda comunidade e era muita gente, e cuidar de um povo não é fácil, mas Deus conduz nossa vida, nossa caminhada, fui ouvir o *koixomonéty* para saber se esta decisão era correta,após esta consulta e aval do *koixomonéty*, fiquei mais confiante sabendo que estava fazendo a coisa certa. Depois coloquei na mão de Deus para ele resolver, creio que agente acertou, estamos bem assim, apoiando os jovens, os professores, os anciões, estamos avançando, graças a esta organização, agente tem a presença de todos e todos se cobram, para não faltar nas reuniões e ficar sem informação, aqui na Aldeia Buriti agente pede para repassar informação para aqueles que não estiveram na reunião, pois não pode faltar nas reuniões sem justificar para liderança de sua vila, e também todos que participam da reunião devem usar colar, cocar e ainda a fazer a pintura corporal, pois na entrada do espaço onde a reunião acontece, seja no espaço da escola ou na casa do Cacique, sempre tem um indígena preparado para fazer a pintura em quem for participar da reunião, criamos este sistema para fortalecer o nosso grupo. Em nossa Aldeia pensamos muito no fortalecimento da cultura porque na minha comunidade tem poucas pessoas que falam a nossa língua, por isso buscamos outros meios, conversamos como todos para viver a cultura, pensar na comida que nosso pai comia no começo da Aldeia, agente não pode deixar pra trás a nossa história, nosso costume, é preciso conhecer como era antes, como foi difícil no começo, da nossa Aldeia (Rodrigues Alcântara. Entrevista, 2015).

¹⁵ Vereador Eder Alcantara Oliveira, uma referência para comunidade um jovem de grande importância para a aldeia Buriti e também para outras comunidades.

O relato do Cacique Rodrigues fortalece ainda mais a proposta de valorização da cultura, principalmente quando comprehende e aceita a participação de todos para a valorização da cultura, com isso observamos os avanços acontecendo. A aldeia Buriti, por ser uma comunidade de poucos falantes da língua materna, procura se sustentar de outra forma, apoiando e valorizando os *koixomonéty*, com isso se tornam um grupo forte no que tange à religiosidade indígena Terena da Aldeia Buriti.

A comunidade se fortalece e deixa transparecer a confiança, pois antes de levar um indígena ao médico deve passar pelo *koixomonéty* que cuida da parte espiritual do mesmo para então dizer aos familiares para prosseguir para o médico ou ser tratado pelo *koixomonéty*, caso necessite ser tratado pela medicina científica logo é feito este procedimento. Na comunidade, este ensinamento é repassado de geração em geração e continua forte até os dias atuais entre a população da aldeia Buriti.

Neste processo civilizatório e homogeneizados em que vivem as populações indígenas, o grupo Terena do Buriti mantém firme suas propostas e não deixam serem afetados neste quesito. Ao contrário, cultivam as raízes milenares de seus antepassados, não aceitando as imposições deste sistema que busca unificar todas as pessoas, branqueando os ideais de um povo milenar.

Com a participação efetiva dos professores, dos acadêmicos, anciões e comunidade todos ganharam e hoje este grupo tem um direcionamento amparado em todos os segmentos desta aldeia. Observa-se que são firmes e defendem este princípio de forma coletiva.

O trabalho coletivo que se desenvolve nesta aldeia e também dentro do âmbito escolar torna o grupo fortalecido no tange a valorização da cultura. Como não somos falantes assíduos é preciso fortalecer em outros pontos para se manter firme defendendo nossa cultura.

No ano dois mil e dez (2010), as lideranças da Aldeia Buriti foram intimadas a prestar depoimento na superintendência da Polícia Federal crendo que seria um momento de diálogo. Ao chegarem, foram surpreendidos com voz de prisão e permaneceu algemados o dia todo e sem comunicação com a comunidade que ficara desprotegida no espaço de retomada. Apenas uma ligação foi concedida ao grupo, foi onde o Cacique Rodrigues Alcântara comunicou com o então Professor Eder Alcântara, pedindo ao mesmo que cuidasse da comunidade com os outros professores e as lideranças tribais que ficaram na retomada, “pois estamos presos e tenho preocupação com o nosso povo, como eles vão reagir por isso quero que vocês cuidem disso com muito carinho e logo estaremos de volta”.

A partir deste momento, os professores se tornaram ainda mais importantes, mostraram como é fundamental ter um grupo forte unido, em defesa de seu povo. Os mesmos conduziram a comunidade com tranquilidade e souberam controlar a ansiedade de todos que estavam aflitos.

Essas prisões foram uma tentativa de desarticular o grupo da aldeia Buriti. Já na prisão, os líderes foram divididos em dois grupos, ficando três na Superintendência da Polícia Federal e três na Segurança Máxima Estadual de Campo Grande. Pelo que observamos, foram três dias de muita humilhação, sem comunicação com os familiares, as esposas, as mães os filhos não tinham informação a respeito dos líderes, o que estava de fato acontecendo com os mesmos.

Enquanto o povo sofria na retomada sem informação, os presos sofriam isolados sentindo como um pássaro que foi capturado e deixado em uma gaiola, foi o que sentiram estes homens que tiveram que enfrentar uma prisão em nome do seu povo, conforme o relato do líder Agostinho Alcântara:

Estive na retomada desde o ano 2000 acompanhando e sendo um dos que sempre defendeu o coletivo, assustei muito com esta intimidação, não esperava nunca passar por uma prisão, foram três dias de muito sofrimento, não desejo a nenhum irmão esta situação. Se a tentativa foi nos calar, não conseguiram porque saímos com mais força e vamos continuar defendendo o nosso povo. Ao retornar para a retomada fomos fortalecidos, abraçados pelos nossos irmãos e que ali ficaram sofrendo com a nossa prisão, e sentir o calor das pessoas me fez compreender que tudo o que faço é para ajudar a comunidade e sempre pensei assim fazer um trabalho para todos. A partir deste período senti que meu povo precisa muito da minha ajuda e vou continuar fazendo tudo o que faço para ajudar e sair vencedor desta batalha. Sei que não será fácil, mas vou junto do meu povo defendendo, estando à frente porque acredito que Deus colocou esta missão em minha vida, e tenho que estar junto enquanto estiver força de andar, correr, quero contribuir, e ainda ver nossa vitória. Quando começamos em 2000 esta luta agente já sabia que todos estariam contra agente e deveríamos ter fé e coragem. Então, é isso que procuro repassar aos jovens da aldeia Buriti. A luta é nossa e somos nós que temos que ir à frente, é preciso continuar, não é a prisão que vai fazer agente parar (Agostinho Alcântara. Entrevista, 2015).

Percebe-se na fala do senhor Agostinho a indignação por ser levado preso como se fosse um criminoso e na realidade, ele, como os Terena da aldeia Buriti, estavam buscando o seu direito de pertença no território tradicional que foi esbulhado pelo agronegócio. Isso mostra o descaso da Justiça Federal em realmente resolver a questão.

O acontecido com o senhor Agostinho Alcântara não enfraqueceu a causa, ao contrário, fortaleceu a empreitada e os Terena continuaram na área retomada, e a escola

dentro do contexto reafirmando uma pedagogia Terena e uma metodologia inovadora para os alunos Terena como fala a professora da etnia Terena Sueli Firmino, dizendo que:

Ao participar da retomada foi fundamental e cada pessoa que esteve presente naquele momento que foi sim angustiante, mas um espaço de reflexão e aprendizado, principalmente para os professores e alunos, tudo aquilo que ouvíamos apenas em história contado em casa por nossos avôs foi vivenciado no espaço de retomada, estar junto com o nosso povo vendo ser construída a nossa casa de taquara batida, as tarimba (cama), jirau, um lugar para lavar seus utensílios da cozinha, coisas que as crianças já não conheciam este processo em nossa Aldeia. O professor assume então um novo papel neste momento na retomada tendo que se habituar em tão pouco tempo em outra realidade, uma vez que deixou aquela sala toda quadrada para estar em uma área conflitante, e um local exposto, mas isso não causou problema para os alunos. Os mesmos sentiam como um pássaro livre para andar, nadar no rio, pescar, pois a proposta da escola esteve pautada em usar este ambiente natural e levar a escola para apoiar a comunidade onde for necessário, estar neste espaço proporcionou a cada indígena que esteve junto, fortalecendo o movimento rumo ao novo horizonte, pois a sala de aula sempre incomodou este professor indígena, estar atuando, vivendo todo este momento fez os professores refletirem e saber o quanto a comunidade precisa do seu apoio (Ana Sueli Firmino. Entrevista, 2015).

A escola, por meio dos professores, acompanhava com certo distanciamento o processo da retomada não participando ativamente, neste primeiro momento já havia a participação de professores de forma ainda fragmentada. Passaram-se dez anos para que a escola compreendesse seu papel neste processo.

Uma escola na retomada causaria estranhamento aos pais, aos alunos e a SEMED, foi preciso negociar com estes segmentos e ouvir atentamente cada opinião.

Levar as crianças para sentir, ver e viver neste espaço foi difícil, mas fundamental, pois cada indígena que esteve apoiando pode sentir o quanto sua presença é importante para fortalecimento de todos na retomada.

Na fala do professor da etnia Terena Alberto França ele reitera que:

Envolver a escola na retomada foi extraordinário, uma proposta de afirmação onde os pais puderam acompanhar o desenvolvimento e o envolvimento de seus filhos, vivendo momentos que no espaço escolar que temos na área demarcada, já não estava sendo trabalhado, e é notável a aceitação dos estudantes estarem estudando neste local. Fluiu de forma natural o processo ensino aprendizagem, a troca de informação foi fundamental, e estar atuando como professor neste período foi um feito e jamais esquecerei os momentos vividos com os estudantes (Alberto França Dias. Entrevista, 2015).

O professor Alberto França com sua vasta experiência esteve sempre ao lado contribuindo com aquilo que podia com sua opinião sua força, para colocar a comunidade sempre no caminho certo para acertar e continuar vencendo conquistando seu espaço.

Outra professora da etnia Terena Cledeir Pinto Alves complementa que:

O que aconteceu neste período de retomada foi algo que eu não esperava viver, e quando fomos comunicado pela Direção da escola que estaríamos indo fazer parte da retomada, confesso que senti um frio, pois estávamos indo para um território em conflitos, mas compreendi que seria o momento de contribuir com o meu povo, podendo atuar em defesa da retomada do território e estar mais próxima do nosso povo (Cledeir Pinto Alves. Entrevista, 2015).

Foi notado por ambos os professores que a escola na área retomada fez com que os pais e alunos juntos construíssem suas próprias casas tradicionais e o modo de fazer ensinando os filhos como eram feitas as casas antigamente na aldeia Buriti. Tudo isso trouxe para os alunos e professores um aprendizado para que dentro salas de aula pudessem trabalhar as disciplinas no contexto da retomada. Os conteúdos trabalhados neste período eram retirados na sabedoria de cada ancião que estava junto na luta.

As aulas aconteciam em ar livre debaixo das árvores aproveitando toda natureza daquele local, e com isso reafirmava cada dia que a decisão tomada em estar com a escola foi acertada.

Foto 6-Professores e Diretor na oficina na escola da retomada.



Fonte: Acervo de Fernando Augusto Azambuja de Almeida (2010).

Foi uma decisão difícil, mas importante levar toda a estrutura da escola para a retomada, pois sair do espaço de conforto, para estar em uma área conflitante, não seria nada comum, mas o momento pedia esta atitude, e os pais estavam todos envolvidos para retomar o território em questão. A escola não poderia estar ausente de um acontecimento onde a família Terena da Aldeia Buriti estava vivendo um processo litigioso.

Era então necessário fazer parte deste movimento, pois o Projeto Político Pedagógico da escola assegura que devemos apoiar e estar lado-a-lado com o nosso povo negociando e sendo o protagonista, pois o professor desta escola é um líder e o líder também é um professor.

Este período na retomada que vai de Maio a Novembro de 2010 a escola esteve foi possível compreender o quanto a escola é uma ferramenta útil que temos ao nosso lado.

No ensino aprendizagem aproveitamos os professores tradicionais, para transmitir seu conhecimento em um ambiente saudável, mostrando aos jovens como se constrói uma casa utilizando as técnicas tradicionais.

Os nossos anciões compartilharam nas aulas ministradas nesta escola, mostrou o quanto a escola estava certa em apoiar sua comunidade em um momento crucial, estar junto passando pelo mesmo sofrimento, mesma dor, repartindo seu alimento sendo mais um a somar para que os alunos pudessem compreender este momento e ser um Terena conhecedor e participativo em sua história, sendo protagonista diante do seu povo.

A Escola Alexina Rosa Figueiredo da Aldeia Buriti tornou-se um instrumento de altíssimo valor propondo a transgressão, indo junto à comunidade retomar o território, pois é compreendido pelos professores que todos, sem exceção, deveriam estar participando sendo mais um agente a defender a retomada do território.

Ao contrário, no início da retomada em dois mil e dois, onde a participação foi fragmentada, agora no último território em que a comunidade foi retomar teve a participação de 100% dos professores e 85% da participação dos pais. Estes 15% dos pais permaneceram morando na Aldeia, estrategicamente para não deixar a Aldeia totalmente descoberta e ser atacada de surpresa.

Os indígenas da Aldeia Buriti neste período de retomada adotaram uma postura onde todos deve ser um verdadeiro guerreiro pronto para a luta em defesa do território em questão.

A retomada trouxe um espírito de luta, e isto foi decisivo, pois o coração e a cabeça dos indígenas fixaram ainda mais a necessidade de defender a comunidade, e a escola neste espaço fazendo parte da retomada, contribuindo ativamente. Trago em minha lembrança

a fala do Cacique Rodrigues¹⁶ onde afirma que “ todos os professores que eram seus advogados,”, pois cada professor fazia papel de orientador de toda comunidade, sempre com o objetivo de esclarecer os direitos da comunidade. Não estávamos neste local apenas como guerreiros era um indígena com uma função a mais procurando compreender o porquê este território não estava em nosso poder.

Em reunião com as lideranças da aldeia Buriti, reunião esta que teve duração de aproximadamente dez horas para que tomassem a decisão para ir retomar o território, e com a decisão acordada por todos em ir com a escola para este espaço em conflito, foi preciso ouvir todos os servidores de nossa escola como zeladora, merendeira, secretaria da escola para entender como seria estar trabalhando neste espaço, onde seria preciso levar todo aparato de nossa escola para a retomada, como utensílios da cozinha, pasta de arquivo da secretaria e foi tudo minuciosamente cuidado para que não cometêssemos erros em perder documentos da escola, pois sabemos da importância de todos os documentos da escola, que é algo burocrático e precisa ser devidamente cuidado.

Na ocasião, os pais que, por sua vez, participavam como sempre das decisões, também estavam nesta reunião onde concordaram e apoiaram a decisão do grupo em levar a escola para área em retomada.

A presença da escola na retomada foi um fato real onde todos os segmentos apoiaram e quiseram estar junto com seus filhos ensinando os saberes tradicionais.

¹⁶ Cacique Rodrigues Alcantara, torna-se uma grande referência sendo um grande líder em todos os momentos, contribui na escola na saúde na política e ainda, mas presente no que tange a retomada de nossos territórios.

Foto 7-Alunas Terena dançando *Siputrena* na área de retomada em frente à escola.



Fonte: Acervo do autor (2010).

A imagem acima (foto 7) mostra os alunos dançando a *Siputrena* na área retomada perto da escola, trazendo a dança tradicional das mulheres Terena para fortalecer a cultura e os alunos possam compreender melhor o seu modo de ser.

As crianças estiveram sempre presentes com o intuito de manter as mesmas informadas que tudo o que hoje as novas lideranças dizem, está amparado na afirmação dos nossos anciões, conforme a fala do senhor Trindade:

Segundo o senhor Trindade Alves,

Tinha família que morava lá no Soalho, morro da Curina, Cafetal, espalhada nesse pedaço de chão. Depois que chegou o chefe do posto [*Posto Indígena*], que começaram vir pra cá perto do posto, abandonaram seu lugar. Aí ficou pro fazendeiro (Trindade Alves. Entrevista, Maio de2015).

Dessa forma, a presença do posto indígena favoreceu a ocupação do território pelos não indígenas, pois as levas de migrantes começaram a chegar e, com isso, as fazendas se multiplicaram sobre territórios indígenas.

Neste contexto, o governo de Mato Grosso distribuía títulos de terras em grande quantidade. No entanto, em nenhum momento procurou saber se as mesmas faziam ou não parte de territórios indígenas.

A situação se torna mais complexa e traumática pelo seguinte motivo: quando isso foi feito para os territórios dos Terena, o governo desconsiderou que nossos antepassados lutaram na guerra para garantir essas terras a eles e ao Brasil.

No entanto, o governo do então Mato Grosso teve uma espécie de colapso de amnésia e se esqueceu que os Terena estavam nessas áreas tituladas para não indígenas (ALMEIDA, 2012).

Por isso, em 2003, o Cacique Armando Gabriel, quando foi inquirido sobre o assunto, disse que, após a guerra, os Terena receberam do governo imperial três botinas: “duas no pé e uma na bunda” (OLIVEIRA; PEREIRA, 2012).

Observa-se a indignação do Cacique Armando Gabriel por ter participado da guerra e não receber nada em troca, apenas as três botinas como relata o Cacique.

Os Terena viram-se, pois, cada vez mais cercados pelas fazendas de gado, cujos rebanhos destruíam suas roças. Soma-se a isso a expulsão que muitas centenas de famílias tiveram de seus territórios tradicionais, por vezes feita de forma violenta e com ajuda de homens armados a serviço dos fazendeiros. Com isso, a vida nas aldeias ficou muito difícil e, consequentemente, parte dos Terena foi obrigada a se empregar como trabalhadores nessas fazendas, geralmente forçados ao trabalho escravo. Por outro lado, muitas famílias foram para regiões mais remotas da província, fugindo assim momentaneamente desse tipo de situação (AZANHA, 2000).

A partir de então os conflitos entre os Terena e fazendeiros tornaram-se constantes, inclusive pelas tentativas de dominação para subordiná-los ao trabalho escravo. Os Terena mais velhos da Terra Indígena Buriti ainda se lembram das conversas com seus pais em volta do fogo, quando tomavam mate, sobre o tempo da *servidão*. De acordo com os relatos de Armando Gabriel e do professor Ramão Pinto Alves, registrados em 2007:

Dessa forma, explicam Alcântara e Brostolin (2011), que os Terena eram forçados ao trabalho escravo por endividamento, pois não recebiam salários e pagavam tudo que consumiam no armazém ou *barracão* das fazendas. Logo, sempre ficavam devendo os patrões, sem tampouco poderem questionar a situação.

Ainda, conforme explicou o Cacique Armando Gabriel em 2007:

Os patrícios apanhavam até porque se atrasavam para tomar chá de manhã: o castigo era arrancar guaxuma com a mão numa distância comprida, quando o índio levantava as costas doía muito: e ainda o meu avô me contava que as tarefas eram distribuídas em forma de quinze braças medidas, se o patrício não dava conta no dia, no outro dia eram medidas novamente outras quinze braças e com isso ia acumulando, e o Terena iam trabalhando mais, mais e mais como escravo mesmo(ALMEIDA 2012, p. 33).

No que se refere às terras de ocupação tradicional, os Terena da reserva de Buriti, onde está localizada a aldeia homônima, sempre souberam que a área destinada pelo SPI em 1928, de aproximadamente 2.090 hectares, era uma demarcação errônea. Isso porque, como explicado antes, o tamanho da área era superior a 30.000 hectares, onde viviam tranquilos até antes da guerra contra o Paraguai. Depois começaram a sofrer esbulhos do seu território, o que foi feito por fazendeiros que tinham nas mãos títulos de terras adquiridos do então governo de Mato Grosso.

Desde a década de 1920 houve muitas reclamações dos Terena reivindicando seu território tradicional, mas a justiça nada fazia em defesa de seus direitos, pelo contrário. Depois de muitas décadas, no começo da década de 2000, a FUNAI constituiu um GT e procedeu ao primeiro estudo para a ampliação dos limites da Terra Indígena Buriti, sob coordenação do antropólogo Gilberto Azanha (2001). Por meio desse estudo, foi proposta a ampliação da área de 2.090 para 17.200 hectares.

Depois de alguns anos, os fazendeiros solicitaram na Justiça Federal a realização de uma perícia de natureza antropológica, arqueológica e histórica para saber se aquela área era realmente terra indígena. Foi então que o Judiciário nomeou os professores Jorge Eremites de Oliveira e Levi Marques ambos da UFGD, para realizarem o trabalho pericial. O resultado do laudo por eles produzido corrobora a conclusão do estudo coordenado por Azanha (2001) e ainda aponta que a área de ampliação ficou menor em relação aos mais de 30.000 hectares que os Terena de Buriti reivindicava desde a década de 1920 (OLIVEIRA; PEREIRA, 2012).

O interessante desse estudo é o fato de ter sido produzido a partir da concatenação de procedimentos científicos comuns e complementares, usados nos campos da antropologia social, arqueologia e história. Nele também constam provas materiais da presença Terena na região indicada pela FUNAI. É o que consta na parte do trabalho onde os autores falam sobre a organização sócio espacial dos Terena na região, valendo-se do conceito de *padrão de assentamento*, comum na arqueologia.

No caso dessa perícia, por padrão de assentamento deve-se entender um modelo etnoarqueológico de estabelecimentos centrais ou permanentes, quer dizer, de um sistema de assentamentos diretamente associado ao padrão de

povoamento dos Terena na área investigada pelos peritos do juízo. Este modelo pode ser caracterizado da seguinte forma: 1. Implantação de assentamentos às margens dos principais córregos da região, geralmente a menos de 100 m de distância dos cursos d'água permanentes formadores de microbacias hidrográficas (córragos Buriti, Cedro, da Veada, do Meio etc.). 2. Ocupação de locais de solo fértil, via de regra de latos solos profundos, bem drenados e bastante favoráveis à agricultura. 3. Exploração de diversos recursos naturais por meio de atividades de subsistência como caça, pesca, coleta, agricultura e manejo agroflorestal, seja em matas ciliares, seja em cerradões e matas da encosta da Serra de Maracaju, às vezes, com uma grande mobilidade espacial, superior a uma légua de distância de suas habitações. 4. Estabelecimento de residências diretamente relacionadas a uma organização sócio espacial que remete a um sistema de predominância da patrilocalidade associada a troncos familiares fundadores de unidades de ocupação, cada qual enterrando seus mortos em cemitérios existentes nas proximidades. 5. Rede de relações sociais entre os troncos, elemento importante para a manutenção da unidade étnica, da prática da reciprocidade e como estratégia de territorialidade ou territorialização, também evidenciada por pinguelas e antigos caminhos. Por tudo o quanto foi exposto, portanto, conclui-se que, do ponto de vista da arqueologia, a área objeto da perícia apresenta elementos que possibilitam afirmar se tratar, pois, de uma área de ocupação tradicional indígena (OLIVEIRA; PEREIRA, 2012, p. 120-121).

Desde o ano 2000 houve aproximadamente 11 retomadas no território periciado pelos autores, sendo que a comunidade da Aldeia Buriti retomou áreas situadas nas fazendas Arrozal, 3R (Aldeia 10 de Maio) e Querência, entre outras.

Na sequência, discorro sobre a retomada da fazenda 3R, ocorrida em 2011. Aos dias 10 de maio de 2011, reuniram-se as oito lideranças das aldeias existentes na Terra Indígena Buriti para discutir os problemas relacionados ao território onde foram instaladas as fazendas.

Na ocasião, foi explicado que estudos feitos para a FUNAI e para a Justiça Federal comprovam que as áreas ocupadas por fazendeiros são terras indígenas.

Também foi discutido que todo este processo de regularização da área de ampliação já está correndo por um longo período na mão da Justiça, o que o torna mais lento que era esperado.

Por conta disso, decidiu-se em comum retomar a fazenda 3R. A partir daí, cada comunidade foi para sua aldeia e se preparou para retomada. No dia 11 de maio, por volta das 14 horas, várias pessoas se encontraram na estrada que liga a Aldeia Buriti à cidade de Sidrolândia, no caminho que dá acesso à fazenda 3R.

A escola esteve sempre ao lado da liderança junto como a comunidade não importava o horário fosse de madrugada ou durante o dia estavam prontos para defender os interesses da comunidade.

Na ocasião, mais de 1.500 guerreiros foram mobilizados e se dirigiram para retomar a fazenda 3R. Ao se aproximarem da propriedade, o funcionário conhecido por João Branco, ao avistar aquele grande grupo de guerreiros, ficou assustado com o que imaginou que poderia ser feito com ele.

O receio dele era sofrer alguma violência, mas esta não era a estratégia do grupo, pelo contrário. As lideranças foram até a sede onde ele se encontrava e pediram para que retirasse todos os seus pertences dali.

O grupo estava decidido a ocupar as terras da fazenda por serem indígenas, mas não havia a intenção de se apropriar dos pertences e bens materiais que ali estavam.

Na ocasião, a fazenda se encontrava totalmente abandonada e as casas ali existentes não tinham móveis, exceto a residência onde morava o referido funcionário, que dali se retirou com todos seus móveis e demais pertences.

No final da tarde daquele dia, os Terena começaram a ficar mais atentos, pois a qualquer momento poderia surgir alguém (imprensa, polícia, FUNAI etc.) para manter contato com eles.

A todo o momento, as lideranças e guerreiros discutiam como fariam se houvesse alguma intervenção de fazendeiros vizinhos para retirá-los da área.

Aquela tarde foi tranquila. Ao anoitecer, grupos de guerreiros se espalham pelas terras da fazenda ocupando principalmente a entrada. Por ali várias fogueiras foram feitas e ao seu redor havia grupos de 15 a 20 pessoas.

Alguns ficaram deitados em volta da fogueira, outros sentados e outros ainda permaneceram de pé, mas sempre atentos para uma eventual reação da fazenda vizinha, cujo proprietário é o fazendeiro Ricardo Bacha (OLIVEIRA; PEREIRA, 2012).

Passamos por mais de dois meses em vigia constante, cuidando das mulheres das crianças e dos anciões era uma tensão constante principalmente quando vinha à noite onde era necessário resguardar todos os nossos irmãos, pois no outro dia começava de tudo de novo.

Foto 8-Guerreiros Terena da Aldeia Buriti dançando na área retomada 2010.



Fonte: Acervo do autor (2010).

A foto 8 mostra os guerreiros Terena reunidos na dança do Kipa'e¹⁷ fortalecendo todo o grupo que se encontrava na área retomada, trazendo a força dos ancestrais para continuar na luta pelo território, vigilantes contra as empreitadas dos fazendeiros e seus capangas. A dança kipa'e fortalece transmite energia positiva toca profundamente o sentimento do Terena seu espírito renova para continuar a luta e estar na retomada. Todos devem estar muito atentos para não serem pegos de surpresa e correr o risco de perder toda uma luta.

2.3 A estruturação da Escola Polo Municipal Indígena Alexina Rosa Figueiredo

A Escola Municipal Indígena Alexina Rosa Figueiredo está localizada a 29 km do município de Dois Irmãos do Buriti na Aldeia Buriti, Mato Grosso do Sul.

No ano de 1999 a escola Alexina Rosa Figueiredo por meio da organização social da aldeia Buriti a mesma passa ser escola com corpo administrativo tendo diretor coordenador secretário, com isso foi escolhido por aclamação entre os pais lideranças e anciões a professora Ana Sueli Fermino para ocupar o cargo de diretora, onde a mesma atuou por um período aproximado de oito meses, deixando o cargo para dar aula nas séries iniciais onde a

¹⁷ Kipa'e: também conhecida como a dança do bate-pau, dança esta realizada apenas pelos homens.

mesma tem domínio, após este afastamento a liderança fez convite ao professor Noel Patrocínio para ser o diretor, atuando também por um período curto de um ano e meio. E no ano de (2003) afastou-se o professor Noel, assumindo a direção o professor Arildo Alves Alcantara, até o final de (2003).

Para o ano seguinte em (2004) foi convidado o professor Alberto França Dias para ser o novo diretor onde desempenhou o seu trabalho até outubro de 2009.

A escola desde sua criação tem como entidade mantenedora a Prefeitura Municipal de Dois Irmãos do Buriti e conta com o CNPJ 24616187/0001-10. Está situada na Avenida Reginaldo Lemes da Silva s/nº tendo como, gestora a Secretaria Municipal de Educação de Dois Irmãos do Buriti, MS, tendo o professor Gerson Pinto Alves como diretor desde 2009 até o presente ano de 2016. O Professor Gilmar Veron Alcântara como coordenador Pedagógico também iniciou no ano dois mil e nove, Sandra José Pinto sendo secretaria desde o ano dois mil e sete, atuando até Fevereiro de 2016.

A escola oferece Educação Infantil e o Ensino Fundamental.

No ano de 2016 a escola tem duzentos e trinta e sete alunos da pré-escola ao 9º ano e também atende mais duas aldeias ao entorno.

A presença dos alunos que reside um pouco, mas distante é garantida pelo transporte escolar.

Temos dois prédios, um foi construído no ano de 1999 com oito salas e o segundo foi construído em 2013 com 04 salas e 04 banheiros sendo dois para atender alunos e dois para professores, uma copa e cozinha, com aumento de salas foi cedido o prédio antigo para o funcionamento da Escola Estadual Indígena Natividade Alcântara Marques, onde funciona o Ensino Médio e o programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA): No período noturno.

O quadro administrativo da Escola Polo Alexina Rosa Figueredo, conta com um diretor e um coordenador pedagógico, e uma secretária (Quadro 1).

A entidade Tem dois zeladores onde, um é efetivo há 12 anos e outro convocado, ainda são (04) zeladeiras todas convocadas.

A escola é contemplada com três merendeiras a qual todas são efetivas e uma é efetiva há 24 anos e conhece muito o espaço escolar.

Quadro 1 - Funcionários administrativos da Escola Municipal Indígena Alexina Rosa Figueiredo

Nome	Habilitação	Área de atuação	Situação funcional
Sandra José Pinto	Ensino Médio	Secretária	Convocada
Carlos Anízio Rodrigues Pinto	Ensino Fundamental	Zelador	Convocado
Dilma Gabriel	Ensino Fundamental	Zeladora	Concursada
Leonice Mamedes Rodrigues	Ensino Fundamental	Zeladora	Concursada
Viviane Parecida A. Alcântara	Ensino Fundamental	Zeladora	Concursada
Dhioni Alcântara Batista	Ensino Médio	Zelador	Concursado
Terezinha Pinto Alves	Ensino Médio	Merendeira	Concursada
Adelir Aparecida P. Pereira	Ensino Médio	Merendeira	Concursada
Vanda Alcântara Gabriel	Ensino Médio	Merendeira	Concursada

Fonte: Projeto Político Pedagógico Alexina Rosa Figueiredo pesquisa de campo (2015)

O quadro 2, a seguir, traz a relação de todos os professores que atuam na Escola Polo Alexina Rosa Figueiredo, onde neste quadro temos a professora Ana Sueli Fermino, a qual realiza um excelente trabalho nas séries iniciais efetivamente na alfabetização onde demonstra domínio, criando e propondo construir seu material aproveitando toda riqueza que se encontra ao redor da comunidade. A professora Eva Fernandes também além de uma excelente professora faz parte e demonstra ser uma grande liderança apoiando as decisões advindas das lideranças. Alberto França Dias professor, um mobilizador em defesa da implantação da educação escolar indígena diferenciada. Professora Cledeir Pinto Alves habilitada em Geografia pela escola desenvolve seu trabalho trazendo os anciões para contribuir em sua aula. Professor Arildo Alves Alcântara que desde o ano (2008) afastou-se da escola para assumir uma secretaria de assunto indígena no Município de Dois Irmãos do Buriti MS, e se tornou um elo entre a comunidade e o poder legislativo.

Professor, Eder Alcântara Oliveira, uma referência aos demais professores, pois hoje já tem o título de mestre em História e quando em sala de aula transforma sua aula o mais real possível. Por uma necessidade da comunidade, precisou se afastar da escola para concorrer ao pleito de vereador pelo Município de Dois Irmãos do Buriti MS o qual foi eleito e exerce esta função com muita propriedade seu mandato (2016).

Os demais professores exercem sua função com propriedade procurando propor uma pedagogia indígena apoiado na proposta da escola onde se busca valorizar a cultura para

fortalecer a identidade Terena desta terra. Este espaço educacional torna um ambiente saudável onde propõe construir um sistema específico para esta localidade.

É fundamental ressaltar que a equipe de professores da escola 85% é graduada e 15% por cento possuem uma pós-graduação, com isso a escola se torna um espaço ainda mais propício a uma construção e aproveitamento dos saberes indígenas.

Os professores mencionados acima recebem uma atenção especial, pois foram os primeiros professores a atuar na escola Alexina Rosa Figueiredo e fazem desde o ano de 1999 os mesmos colaboraram muito para o crescimento e desenvolvimento desta entidade educacional, após este período o grupo de docente aumentou em virtude do aumento de estudantes.

Quadro 2- Professores da Escola Municipal Indígena Alexina Rosa Figueiredo.

Nome	Habilitação	Área de atuação	Situação funcional
Gerson Pinto Aves	Pedagogia	Diretor	Concursado
Antonio Fernandes Bernardo	Geografia	Geografia/Produções Interativas	Convocado
Cecília Rodrigues	Pedagogia	Regente/Ensino Religioso	Convocada
Cledeir Pinto Alves	Geografia	Geografia/ Raciocínio Lógico	Concursada
Darli R. Rodrigues	Ensino Médio	Pré Escola/Líng. Materna Terena	
Edineide Bernardo Farias	Letras/Mestre em educação	Líng.Port./L.Estr. Inglês/P. Interativas	Convocada
Fulvia da Silva A.Fernandes	Ensino Médio	Arte/Pré-Escola	Convocada
Genildo Alcântara	Letras	Língua Portuguesa	Convocado
Jocimar Alves Gabriel	Normal Médio	Produções Interativas	Convocado
José Claudir Pinto Alves	Educação Física	Educação Física	Convocado
Luciano G.Fermino	Ensino Médio	Raciocínio Lógico/Matemática	Convocado
Oenison Gabriel André	Ensino Médio	Língua Materna Terena	Convocado
Valdinez Gabriel	Pedagogia	Matemática/Arte	Convocado
Reinalda Valente França	Pedagogia	Pré Escola/A/Regente	Concursada
Alessandra Gabriel	Pedagogia	Pré Escola/B/Regente	Convocada
Eva Bernardo Farias	Pedagogia	Pré Escola/C/Regente	Concursada
Ana Sueli Fermino	Pedagogia	Regente	Concursada
José Liandro Figueiredo	Pedagogia	Regente	Convocado
Ademir S. B. M	Pedagogia	Regente	convocado

Nome	Habilitação	Área de atuação	Situação funcional
Jurandir Pinto Gabriel	Pedagogia	Regente	Convocado
Amélia Fermino Fernandes	Pedagogia	Regente	Convocada
Jonivaldo Alcântara Pinto	História	História	Convocado
Jocimar Alves Gabriel	Normal Médio	Ciências da Natureza	Convocado

Fonte:Projeto Político Pedagógico Pesquisa de Campo (2015).

A escola em 2015 recebeu mais oito professores habilitados em áreas específicas, mas ainda não temos um professor formado em Biologia.

O quadro 3 a seguir apresenta a relação dos funcionários administrativo da Escola Extensão Altina Dias na aldeia Oliveira. São responsáveis pela alimentação dos alunos e o zelador pela limpeza da escola.

Quadro 3 - Funcionários administrativos da escola extensão Altina Dias na aldeia Oliveira.

Nome	Habilitação	Área de atuação	Situação funcional
Eliane Dias Cordeiro	Ensino Fundamental	Merendeira	Convocada
Abrão Dias	Ensino Médio	Zelador	Convocado

Fonte: Projeto Político Pedagógico pesquisa de Campo (2015)

O quadro 4 mostra a relação dos professores que atuam na escola extensão Altina Dias que funciona da pré-escola ao terceiro ano do ensino fundamental, o ensino é multisseriado. Os professores estão cursando uma graduação em busca de seu aperfeiçoamento educacional. O espaço não é propício para se obter um bom ensinamento aos estudantes, um segundo fator negativo é a formação dos professores, quando ainda não estão formado para ocupar determinada função, isso causa fragilidades no que tange ao ensino aprendizagem do aluno.

Quadro 4 - Professores que atuam na escola extensão Altina Dias na aldeia Oliveira.

Nome	Habilidade	Área de atuação	Situação funcional
Ana Carolina P. Gonçalves de Oliveira	Ensino Médio	Regente/Multisseriado	Convocada
Rute Dias Cordeiro da Silva	Ensino Médio	Pré-Escola/D/Regente	Convocada
Davi Dias Cordeiro	Ensino Médio	Arte/Ed.Fís./L.Materna Terena/ Produções Interativas e Raciocínio Lógico	Convocado

Fonte: Projeto Político Pedagógico pesquisa de Campo (2015).

A Foto 9 mostra uma parte da escola de extensão Altina Dias na aldeia Oliveira, Terra Indígena Buriti, município de Dois Irmãos do Buriti-MS, o prédio construído de taquarussu batido, o telhado de amianto, o piso feito de cimento, a sala de aula dividido com a cozinha. Um cenário precário tanto para os alunos como para os professores ficarem.

Foto 9- Cozinha e sala de aula da Escola de extensão Altina Dias.



Fonte: Acervo do autor (2015).

A sala extensão teve autorização de funcionamento no ano de 2012, por meio da solicitação da comunidade Oliveira, com anuênciia do cacique Ilson Dias Oliveira, onde foi possível começar com duas professoras atuando nas séries do primeiro e segundo ano do ensino fundamental, aumentando a demanda nos anos subseqüentes.

Foto 10-Escola de extensão Altina Dias Aldeia Oliveira - Terra Indígena Buriti.



Fonte: Acervo do autor (2015).

A Foto 10 mostra a escola Altina Dias, onde esta comunidade busca querer seus filhos estudando próxima a sua casa para estarem diante dos olhos dos pais, com muito esforço do cacique procurando motivar as mães os pais para estar fortalecendo esta escola. Mesmo ainda o espaço sendo acanhado tem uma intencionalidade para transformar as crianças em cidadão capaz de sobressair onde quer que esteja. Tem uma sala de alvenaria onde funcionam as aulas da pré-escola e primeiro ano, e sala de taquara batida funciona o 2º e 3º ano do ensino fundamental, que por sua vez também é o espaço utilizado para fazer merenda para os alunos.

Conforme depoimento de pais, da comunidade Oliveira, esta sala de aula traz satisfação para os alunos estudarem próximo de sua casa aos olhos de seus pais, e por esta razão busca fortalecimento deste espaço, para que este prédio que hoje está em situação precária possa receber atenção especial do Governo Municipal, o qual é mantenedor veja o quanto à comunidade busca garantir esta sala aberta com todo aparato que possa ter e os estudantes receba um ensinamento de qualidade com professores habilitados estudando em sala adequada.

Foto 11- Escola Polo Municipal Indígena Alexina Rosa Figueiredo.



Fonte: Acervo do autor (2015).

A estrutura física da escola Alexina não é condizente com o que se pensa para uma escola indígena, o seu modelo não atende os padrões para um contexto diferenciado e específico, pois ainda traz os padrões eurocêntricos e não se tem uma consulta prévia conforme está assegurado na convenção 169, onde fica claro que a comunidade deve ser consultada previamente em tudo o que for atingir sua cultura, até mesmo esta construção física que vem romper com os princípios indígenas. Uma vez que esta construção é padronizada para todas as escolas seja indígena ou não.

A legislação que diz respeito à educação escolar indígena diferenciada nos dá direito de escolher e elaborar o prédio da escola conforme a nossa realidade cultural. Porém, como sempre, vem tudo pronto lá de fora e temos que aceitar os programas governamentais, nem mesmo podemos negociar e adequar a planta da escola à nossa realidade. Até quando seremos tratados como incapazes, até quando irá esse total desrespeito ao nosso modo de ser Terena, a nossa cultura?

2.4 A organização da retomada do território pelas lideranças tradicionais e professores indígenas

A Aldeia Buriti, após ser linha de frente na retomada do território, percebeu ser necessário e importante pensar um novo modelo de liderança para fortalecimento da identidade cultural desta Aldeia. Para isso foi preciso mexer na estrutura e em seu sistema de organização social.

Em relação social da Aldeia Buriti, mais precisamente na retomada de 2010 (dois mil e dez), enquanto diretor da Escola Alexina Rosa Figueredo, propôs que os professores fizessem parte como liderança, sendo uma segunda linha de liderança, aos poucos foi sendo entendido pelas lideranças tradicionais, pois os professores não tomariam nenhuma decisão antes dos líderes. A proposta foi pensada para fortalecimento de ambas as partes com isso observam-se um grupo bem mais articulado preocupado em manter toda equipe informada.

Foto 12-Reunião do Cacique e lideranças na área retomada.



Fonte: Acervo do autor (2010).

A foto 12 destaca uma reunião com o líder maior da Aldeia Buriti junto com suas lideranças para organizar as estratégias que irão fazer durante a retomada, pois é sabido que

estar numa retomada com o povo é necessário pensar minuciosamente em todos os aspectos para não deixar o grupo sofrer nem um tipo de consequência, e isso o grupo cuidou com muito carinho para permanecerem na área retomada. A aldeia Buriti continua propondo o fortalecimento da cultura, sempre respeitando esta linha onde a decisão acontece em conjunto.

Passou-se o tempo e veio o entendimento graças a Deus, e deve-se este fato principalmente ao líder maior desta comunidade, o líder Rodrigues Alcântara, que aceitou este desafio e tratou de negociar com todas as lideranças de forma muito tranquila.

É fundamental estar contribuindo com novas propostas que valorizem os segmentos deste povo do qual fazemos parte, pois o tempo passa e é necessário acompanhar este movimento propondo novos caminhos de fortalecimento para não ser submisso a este sistema de imposição o qual pretende dizimar a população indígena, buscando suprimir sua cultura, seu saber, seu costume.

O povo indígena Terena da Aldeia Buriti se fortalece não só em sua liderança tribal, mas também traz os jovens acadêmicos para formar uma terceira linha a contribuir com a comunidade, pois a juventude Terena do Buriti sempre foi valorizada, sendo lembrada para estar presente nas conversas no que tange à organização indígena, é realmente uma grande mudança cultural, o que não se distancia é a valorização dos anciões, e para chegar a esta definição, os anciões foram fundamentais na tomada de decisão.

Uma aldeia precisa juntar suas forças como anciões, lideranças tribais, professores, acadêmicos, para o avanço em suas conquistas. A aldeia Buriti valorizou todas estas forças para tornar forte suas conquistas.

A aldeia Buriti desde a sua constituição foi protagonista tomando a frente e sendo ouvida pelas outras aldeias, no processo de retomada foi quem organizou as várias reuniões para que fossem sendo construídos entendimentos entre as lideranças, propondo a participação e o consenso entre a comunidade para que pudesse ir de forma coletiva retomar o território.

As lideranças da aldeia Buriti passaram dias reunidos conversando, procurando compreender como seria a melhor estratégia por onde começar, quem participaria desta retomada.

As lideranças propuseram que deixariam todos muito à vontade para tomarem sua decisão, pois era uma decisão que deveria ser muito bem pensada, conforme afirmavam os líderes, todos que se colocaram à disposição receberiam o nome de guerreiro, faria parte da linha de frente no processo de retomada. Uma vez colocando-se à disposição, a pessoa passa a ser um guardião em tempo integral, ficando no local em retomada para qualquer

eventualidade que possa ocorrer. Os líderes procuraram sensibilizar a comunidade Buriti para depois socializar com as outras, um tipo de estratégia usado entre os Terena da Terra Buriti, na qual se prepara primeiro com sua base, fortalecendo-se, para depois buscar os aliados. Este processo ocorreu de forma brilhante.

De acordo com o vice Cacique da Aldeia Buriti, o Terena, Sebastião Alcântara Batista:

Participei desde a primeira retomada no ano (2000) onde começamos falar como agente ia começar e por onde começar definiu qual fazenda nós íamos começar a retomar, neste período tinha 96 guerreiros, chegamos de madrugada no local, sem saber muito que fazer. Agente tinha medo de ser atacado pelo fazendeiro, ficamos uma distância de mil metros longe da fazenda. Quando amanheceu e foi possível visualizar melhor onde estávamos, os nossos líderes escolheram dez guerreiros entre os 96 que ali estavam, para ir até a casa do fazendeiro fazer o comunicado que estávamos ali para retomar o nosso território que estava no poder do mesmo, que ele poderia retirar os seus pertences, o seu gado, porque nós estamos aqui para requerer aquilo que sempre foi nosso e está com você há tanto tempo. A reação foi instantânea, pois reconheceu um guerreiro que havia trabalhado nesta fazenda por um longo período, dizendo: _ É você? Como pode fazer isso? Agente se conhece há bastante tempo! Você trabalha há bastante tempo na minha fazenda! E você sabe que esta terra aqui sempre foi da minha família? Vocês não podem fazer isso. O guerreiro por sua vez ouviu o desabafo e em seguida respondeu: _Não sei como você conseguiu, o que eu sei é que vamos retomar porque esta terra sempre foi do meu povo e estamos decididos em permanecer aqui e vamos continuar! O guerreiro fez esta fala e saiu. No retorno dos guerreiros fizeram a explicação ao restante do grupo que ficou em vigia, foi uma satisfação imensa ouvir este relato, daquele momento para cá notamos que ali tinha acontecido um fortalecimento do grupo, e começamos a armar os nossos barracos, com um pouco mais de tranquilidade, ficamos o dia inteiro em alerta e nada aconteceu, foi passando os dias e fomos organizando, preparando a terra para começar o nosso plantio. Os líderes da retomada organizaram um grupo para definir o espaço para plantar, passaram os meses e aquela terra em que só existia pasto, aos poucos foi sendo preparada para o plantio, ficamos por seis meses neste território aguardando a definição da justiça com relação a nossa permanência, sua definição se agente teria que sair ou permanecer no local, quando a justiça observou que já estávamos plantando, fortaleceu a nossa permanência neste espaço, e até hoje estamos plantando nossas lavouras, colhendo vários tipos de alimentação que sustenta as famílias da Aldeia Buriti (Sebastião Alcântara Batista. Entrevista, 2015).

Observa-se na fala do vice Cacique que, por meio da organização e estratégias combinadas com os guerreiros, teve êxito na retomada onde estão até hoje plantando e da terra tirando o seu sustento. É a desconstrução dos estereótipos que a sociedade não indígena criou sobre “índios preguiçosos”, que “não trabalham”. Mas a realidade é que, as terras que antes eram pastagens, hoje estão basicamente plantadas com alimentos que sustentam as famílias Terena e ainda produzem um excedente que é comercializado.

Conforme o senhor Egídio Mamedes, líder da Aldeia Buriti explicou:

O meu pai dizia que para retomar este pedaço de chão os líderes deveriam organizar para depois repassar para o povo, preparar os nossos irmãos porque não seria fácil retomar este pedaço de chão, já estava muito tempo na mão do fazendeiro, é preciso coragem e pensamento firme, acreditar em todos os nossos patrícios, afirmava: _Quando vocês conseguiram organizar aí vai ter força para pegar de volta a nossa terra, nós passamos todo este tempo e faltou esclarecimento, ficamos esperando e o tempo passou, agora é a vez de vocês. Ouvi este conselho do meu pai e repassei nas reuniões que agente fazia quase todos os dias, para dar coragem na nossa liderança. Foi uma ajuda ter guardado este conselho do meu pai, tiveram outras informações que ajudou agente tomar decisão, mas o que marcou para mim como líder foi esta passagem agradece muito, por que esta fala deu força para nós levantar e ir pra luta (Egídio Mamedes. Entrevista, 2015).

Passaram-se 70 (setenta) anos, os nossos avôs aguardando o Governo ser gentil e devolver o território, um pensamento ingênuo, pois o Governo se aproveitou da passividade do povo Terena e da sua esperança em receber o território sem luta. Sabemos que não existe conquista sem luta e nem esperança sem batalha, é preciso ir buscar, correr atrás.

As lideranças da terra Buriti organizaram o processo da retomada, foram líderes propositores que pensaram, analisaram todas as situações; bem como a alimentação, os barracos, o meio de transporte. As propostas foram negociadas nas reuniões tribais, existia uma preocupação nas reuniões, tinham muito cuidado com as estratégias que eram tratadas minuciosamente entre os líderes. Estas reuniões construíram uma liderança bastante sólida em todos os aspectos, fez a Aldeia Buriti ainda mais consolidada em suas articulações.

Por meio destes fatos, foi possível pensar que não poderiam ficar isolados, aguardando a FUNAI fazer repasse de recurso para ajudar na retomada. Então, organizaram e propuseram investir na política, acreditando que este seria um espaço de fortalecimento para contribuir com a comunidade. Foi então que no ano dois mil (2000), a comunidade Buriti acreditou que era possível fazer uma investida na política partidária, foi ai então que se iniciou a era do Vereador Percedino Rodrigues, que por sua vez, havia sido Cacique por doze anos frente à comunidade Buriti, e foi então escolhido pelo grupo de lideranças e com anuência da comunidade para ser o candidato do grupo. Com isso realizou seu trabalho de vereança por três (03) de mandato até que em dois mil e doze por uma decisão em conjunto a aldeia Buriti optou por realizar a troca indicando o então jovem professor Eder Alcântara Oliveira.

A comunidade optou em fazer a mudança trazendo o nome do professor Eder Alcântara Oliveira, que foi eleito e representa a Aldeia Buriti no Legislativo de Dois Irmãos do Buriti, mandato 2012 a 2016.

Os Indígenas da Aldeia Buriti buscam compreender como foi possível este fato ocorrer no sentido de conquistar o território e permanecer dentro dele até hoje! Após este acontecimento foi preciso continuar o grupo unido e a escola, que, por meio do Diretor, propôs outra linha de liderança, onde os professores passaram a ser esta outra linha com o intuito de fortalecer ainda mais a comunidade, continua a atuar assim. Nos dias atuais, cada professor da Aldeia Buriti é uma liderança, a figura do professor torna-se ainda mais importante neste contexto indígena, onde o espaço escolar é um local onde se constrói e se tomam as decisões da comunidade.

E para retomar este território foi necessário passar por muitas transformações, o que se conseguiu com muito esforço. A saída de nossas casas, ao deixar a família, a certeza deque íamos enfrentar uma luta jamais vivida por nós indígenas da terra Buriti. As mulheres que ficaram na Aldeia se tornaram guardiãs dos filhos de nossas casas, porque fomos e não sabíamos quando retornar e se iríamos retornar.

Foto 13- Vista aérea da área retomada pelos Indígenas da aldeia Buriti.



Fonte: Acervo do autor (2010).

A Foto 13 mostra a vista área do território retomado, evidenciando as casas tradicionais que os Terena construiu, comprovando a retomada por completo daquele território.

Este fato é fundamentado pelo senhor Agostinho Alcântara, liderança Terena da Aldeia Buriti quando diz:

Foram meses procurando entender como seria retomar o nosso território que estava em poder do fazendeiro há tanto tempo, nós tínhamos medo de dar errado e não conseguir retomar, as reuniões que fizemos fortaleceram o grupo que no ano 2000 (dois mil) eram apenas 96 guerreiros mais era uma equipe determinada, sabia o que estava fazendo, isso que me dava coragem para fazer o enfrentamento, em defesa do meu filho, meu sobrinho, era neles que sempre pensei quando fomos retomar. O que agente tinha era muita fé em *koixomoneti* (DEUS), agente sabia que não seria fácil, mas tínhamos que começar a retomada, já não dava para esperar, nós tínhamos prova, o estudo comprovava para nós que este território sempre foi nosso, por isso começamos no dia 17 de Abril do ano 2000 (Agostinho Alcântara. Entrevista, 2015).

Percebe-se, então, que as falas dos mais velhos que são lideranças de relevância na aldeia Buriti, são uníssonas em dizer como foi a estratégia da retomada, colocando sempre o agente surpresa para não dar tempo de reações, o fortalecimento e a união dos Terena da aldeia Buriti, tudo isso foi de suma importância para que o evento tivesse êxito, como afirma o Rodrigues Alcântara Cacique da Aldeia Buriti:

Procurei conhecer a história do meu povo para poder ajudar na retomada para ser alguém que realmente estivesse à frente e compreendesse como seria retomar este território que, por longas datas, esteve nas mãos dos fazendeiros. Era preciso organizar todos os nossos irmãos e procurei entender o meu povo, para não cometer falhas e não colocar tudo a perder, uma certeza eu tinha, era preciso ter muita coragem e graças a Deus recebemos este dom para conduzir o grupo, sempre fui respeitado por todos. Apesar da idade, consegui apoio de todos, e isso trouxe fortalecimento para estar à frente, por longas datas em defesa do grupo Terena do Buriti. Na retomada eu consegui estar junto vivendo a mesma dor, o mesmo sofrimento e eu acredito que um líder deve ser alguém que vai à frente abrir caminhos para o seu povo passar, isso tudo aconteceu por termos uma Aldeia que vive a fé, não nega os saberes tradicionais, trouxe consigo este saber e vive isso com muito respeito. Para mim, como Cacique desta aldeia, me orgulha em fazer parte deste grupo que construímos neste longo período que estou à frente como Cacique (Rodrigues Alcântara. Entrevista, 2015).

Dentro do contexto, o líder Rodrigues Alcântara mostra a responsabilidade junto com o seu povo, uma vez que o enfrentamento é certo, porém, a esperteza tem que prevalecer, para que o resultado da empreitada seja positivo. Como fortalecimento de todo o grupo e a convicção que daria tudo certo, pois, tinham certeza que o território esbulhado pelo agronegócio seria retomado, para que o Governo Federal tomasse alguma posição sobre o caos que se espalhou no estado de Mato Grosso do Sul. Os indígenas viraram os vilões e os detentores das áreas retomadas pelos Terena tornaram-se as vítimas. Esse é o pensamento que os ruralistas e a mídia divulgam o nosso respeito.

2.5 O Projeto Político Pedagógico da escola Municipal Indígena Alexina Rosa Figueiredo e o planejamento para participação na retomada do território

Os processos educativos próprios das sociedades indígenas vieram somar-se à experiência escolar, com as várias formas e modalidades assumidas ao longo da história do contato entre índios e não índios no Brasil. Necessidade formada “pós-contato”, a escola tem sido assumida progressivamente pelos índios em seu movimento pela autodeterminação. É um dos lugares onde a relação entre os conhecimentos próprios e os conhecimentos das demais culturas deve se articular, constituindo uma possibilidade de informação e divulgação para a sociedade nacional de saberes e valores importantes até então desconhecidos desta.

Permite que se projetem, mesmo que como utopia democrática, relações igualitárias entre os povos indígenas, a sociedade civil e o Estado. Chama-se a atenção para as contribuições que a educação escolar específica e diferenciada pode dar ao exercício da cidadania indígena. Parte do sistema nacional de educação, a escola indígena é um direito que deve estar assegurado por uma nova política pública a ser construída, atenta e respeitosa frente ao patrimônio lingüístico, cultural e intelectual dos povos indígenas. Esse esforço de projetar uma nova educação escolar indígena só será realmente concretizado com a participação direta dos principais interessados, os povos indígenas, através de suas comunidades educativas. Essa participação efetiva, em todos os momentos do processo, não deve ser um detalhe técnico ou formal, mas, sim, a garantia de sua realização.

A aldeia Buriti, por meio de relato e opinião de professores da Escola Alexina Rosa Figueiredo, demonstra querer uma escola diferenciada na qual se valorize a cultura, pois propõem trabalhar uma pedagogia Terena pensada pela equipe de docentes, valorizando os saberes tradicionais ancorados nos anciões e na força da juventude.

A Escola Municipal Indígena Alexina Rosa Figueiredo, ao longo de sua vida, procura trazer uma ideologia onde a cultura indígena esteja presente, mesmo sendo uma aldeia a qual foi constituída já com alguns fragmentos culturais. A aldeia foi constituída aos poucos e isso causou fragmento histórico, cada tronco familiar que aqui chegou veio de uma localidade, alguns vindos de fazendas vizinhas onde a cultura foi hibridizada, ainda mais que os indígenas que ali moravam eram impedidos de falar e viver sua cultura e quando chegaram neste espaço, trouxeram consigo este sistema híbrido, mesmo sendo Terena. Hoje recorremos aos saberes dos anciões em busca do seu conhecimento em prol da revitalização cultural, pois o grupo é forte na luta para fortalecer de novo nossa história. Por meio da escola, acreditamos ser possível

reconstruir nossa história Terena da Aldeia Buriti, com incentivo dos professores, pais, lideranças e anciões.

A proposta pedagógica da escola dialoga entre dois saberes, o indígena e saberes universais, pois se comprehende que esta categoria de escola indígena capaz de estar trazendo estas discussões sem conflito e não deve e não pode trabalhar apenas com os seus conhecimentos *in-loco*, somos um povo em ascensão construindo uma proposta pedagógica por meio da escola com apoio de todos e com o conhecimento que se articula entre o saber indígena e o saber universal. Os saberes indígenas fazem parte do que a humanidade acumulou como conhecimento e o que se observa até então são trocas, é um empréstimo de conhecimento.

O Professor Indígena Terena Rafael Antonio Pinto relata que:

Quando comecei trabalhar as minhas primeiras aulas nos primeiros anos nesta escola acreditei na potencialidade da equipe dos professores, pois tinha uma discussão bastante pertinente para que todos os professores que estavam chegando com formação recente pudesses compreender o perfil da escola. Eram realizadas inúmeras reuniões para que cada docente fosse incorporado aos princípios da escola para vir somar o seu conhecimento com o grupo que ali já estava há mais tempo. Logo me coloquei à disposição para ser também um agente transformador deste espaço, pois vim para esta escola para ministrar aulas em língua Terena, um grande desafio para mim que estava chegando, pois tínhamos perdido o nosso mestre em língua Terena (*in memória* Professor Ramão Pinto Alves), tive que assumir este lugar e não decepcionar os meus companheiros e os alunos que acreditaram em meu trabalho. Percebi o quanto a equipe tinha interesse na cultura, isso me fascinou já trazia em mim uma ideologia voltada para nossa cultura, ainda que muito jovem sempre quis valorizar aquilo que é do meu povo, asseguro com muita força, foi onde comecei uma grande investida para melhorar o pouco da língua que captei nas aulas do Professor Ramão, também aproveitei os meus dois avós Trindade Alves e Alzímiro Pinto, foram duas figuras extraordinárias na minha vida, depois do professor Ramão. Levei para dentro desta escola um espírito lutador, não só o falar a língua, mas foi junto também outra parte da cultura como a dança, passei a ser o grande incentivador, colaborei incentivando os alunos a confeccionar os cocares que usamos na dança, enfim quis contribuir com uma escola diferenciada e específica onde valorize a cultura local (Rafael Antonio Pinto. Entrevista, 2015).

Buscávamos compreender que tipo de escola queria para as nossas crianças, o objetivo era construir uma educação com jeito Terena que atendesse o nosso jeito. Era preciso compreender e fazer-se compreender para que fosse implantado um sistema educacional com tudo aquilo que a legislação nos assegura.

Para isto foi preciso idealizar uma formação continuada onde todos os professores voltaram às cadeiras escolares para estudar o perfil desta escola, e colocar em prática um

conceito Terena, porque os recém-formados não tinham uma formação voltada a atender os princípios de uma escola indígena.

A participação da comunidade no processo pedagógico da escola, fundamentalmente na definição dos objetivos, dos conteúdos curriculares e no exercício das práticas metodológicas, assume papel necessário para a efetividade de uma educação específica e diferenciada.

O Brasil é uma nação constituída por grande variedade de grupos étnicos, com histórias, saberes, culturas e, na maioria das situações, línguas próprias. Tal diversidade sociocultural é riqueza que deve ser preservada. Se numericamente, somam aproximadamente as sociedades indígenas, cultural e linguisticamente, representam uma magnífica soma de experiências históricas e sociais diversificadas, de elaborados saberes e criações, de arte, de música, de conhecimento, de filosofias originais, construídos ao longo de milênios pela pesquisa, reflexão, criatividade, inteligência e sensibilidade de seus membros.

Cada povo indígena que vive hoje no Brasil é dono de universos culturais próprios. Sua variedade e sua originalidade são um patrimônio importante não apenas para eles próprios e para o Brasil, mas, de fato, para toda a humanidade (BRASIL, 1998, p. 24).

Segundo o censo IBGE (2010), são mais de 305 povos Indígenas somando, 896, 917 pessoas, destes, 324, 834 vive em cidades e 572, 083 em áreas rurais, o que corresponde aproximadamente a 0,47% da população total do país, e seus territórios localizam-se por todo o país. Além das diferenças relativas à língua, ao modo de viver (de organizar-se socialmente, economicamente, politicamente) e de pensar (sobre o mundo, a humanidade, a vida e a morte, o tempo e o espaço), têm a memória de percursos e experiências históricas diversas, de seus contatos com outros povos indígenas e com os não índios.

Da reflexão sobre estas trajetórias, de suas teorias sobre o cosmos e sobre os seres, dos significados que construíram filosoficamente para as coisas e os acontecimentos, nascem diferentes visões de mundo, expressas na arte, na música, nos mitos, nos rituais, nos discursos. Este é um processo sem fim.

Culturas e línguas são frutos da herança de gerações anteriores, mas estão sempre em eterna construção, reelaborar à criação, desenvolvimento. O respeito ao direito à diferença, exigido no Brasil pela Constituição Federal - é o principal recurso para a continuidade do processo de construção desse patrimônio (BRASIL, 1998).

Com base na Constituinte de 1988, na Lei 9.394 Lei de Diretrizes e Base (LDB), Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas(RCNEI), Resolução, Pareceres e na Convenção 169, o Projeto Político Pedagógico da Escola Polo Municipal Indígena Alexina

Rosa Figueredo foi elaborado e assegura uma forma específica para a educação desta localidade conforme garante estas legislações.

A elaboração deste documento tornou-se um desafio para os professores indígenas da Escola Polo Municipal Indígena Alexina Rosa Figueredo, pois havia um tempo determinado para que a escola concluísse este Projeto Político Pedagógico o qual foi elaborado com a participação de anciões, lideranças professores e alunos da Aldeia Buriti.

Observa-se que foram anos conversando e escrevendo, propondo um documento que passaria a ser o suporte e direcionamento da Escola Alexina Rosa Figueredo.

Com base na legislação vigente ficou assegurada que este espaço educacional deverá ocorrer onde e como a comunidade compreender que seja o melhor. A este respeito, afirma o Diretor Gerson Pinto Alves:

Sempre ouvi atentamente tudo o que os nossos anciões relatavam nas reuniões provocadas para fazer o repasse de informações, de como poderia ser esta proposta, a valorização da cultura era o foco principal, propor um sistema educacional que propusesse um investimento cultural, que abrangesse todos os segmentos, como a dança, os alimentos, valorização dos *koixomoneti* (purugueiro), as ervas e os alimentos naturais que os nossos avôs se alimentavam no passado. Por meio desta proposta, a escola quebra uma hegemonia resistindo e não mais reproduzindo um sistema homogeneizado que, por sua vez, não condiz com o princípio que possa sustentar uma educação escolar indígena, esta escola que almejamos perpassa por atender um perfil pensado pelo corpo docente da escola e sua comunidade. Organizado no âmbito da escola por meio e apoio do corpo docente, lideranças, estudantes e anciões.

O processo de ensino escolar na Terra Buriti iniciou-se em 1887, com a necessidade de oferecer a Educação Escolar para seus filhos, o que levou as famílias de Teófilo Alcântara Figueredo e Bernardo, juntamente com o indígena Kaiowá Ubiratan a buscar meios para criar sala de aula na Aldeia Invernadinha (nome da 1ª aldeia Indígena).

Reuniram-se as famílias, decidiram então que cada família venderia uma tropa cavalar para o patrocínio da viagem de um grupo de pessoas até a cidade do Rio de Janeiro (capital na época), em busca da autorização para o funcionamento da primeira sala de aula na aldeia; porque a questão indígena era vinculada a um órgão federal, SPI. A autorização foi concedida e no ano seguinte (1888) já com autorização deu-se início à construção da sala de aula, feita de palha de bacuri com paredes de pau a pique, construídas pelos nossos ancestrais. Iniciaram-se as aulas com o Professor Ubiratan, que era voluntário, seu pagamento era doado pelos pais dos alunos. Essa sala de aula funcionou dessa forma no período de 1888 a 1910.

Com a chegada do primeiro chefe de Posto Indígena Alexandre Honorato, que era inspetor da polícia (1910), iniciou-se uma nova era na vida escolar do povo Terena da nossa aldeia. Passou-se então ao zelo do Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Criada a nova sala de aula com o nome XV de Novembro, vindo a funcionar na sede do Posto, as aulas eram ministradas pela esposa do chefe. O material didático era uma pedra carvão, onde os alunos escreviam, não existiam carteiras, escreviam sentados no chão. De 1910 a 1960, os professores dessa escola variaram conforme a troca do chefe porque geralmente a professora era a esposa do chefe de posto. Em 1954 foi escolhido o primeiro professor indígena - Armando Gabriel.

Em 1960 iniciou-se a era do Prof. Ramão Pinto Alves, tendo o curso “colegial”, ficando até 1981. Nesse período o chefe orientava que se ensinasse apenas o nome e o alfabeto, porém, o professor ia além das orientações.

A partir desta data (1981) foi convidado o então Prof. Noel Patrocínio pelo chefe do posto Ester Sobrinho, a assumir as aulas de 1º a 4º série pela FUNAI.

O professor convidado é indígena tinha sua formação em magistério e também havia cursado por dois anos licenciatura em letras, e por sua vez contribuiu muito com a comunidade transformando-se em um grande líder educacional e tribal também. Em sua época o sistema de ensino era multisseriado o que dificultava o ensino, o preparo da merenda era pelos próprios estudantes e ainda tinha que deixar a aula para fazer a merenda para o restante dos estudantes, contribuía trazendo um pedaço de madeira que era a lenha para fazer a merenda. Outro fator importante que o professor trouxe para a comunidade foi o começo da valorização da dança Siputrena¹⁸ e Kipa'e¹⁹, foi marcante para a comunidade, onde dançavam homens e mulheres por não terem domínio de como era conduzida a dança, mas o que buscava na época era um entendimento para compreender esta cultura do nosso povo que havia ficado adormecida pela influência do branqueamento.

A concepção do então professor Noel Patrocínio foi que uma vez não sendo falante da língua Terena deveria ter uma boa desenvoltura na língua portuguesa com isso valorizava muito a língua portuguesa e também a matemática, e seus alunos demonstravam entendimento e aceitavam bem este sistema de ensino.

Este modelo de educação esteve presente até os anos 1999 onde já um pensamento em ter uma escola dirigida e coordenada pelo próprio indígena.

¹⁸Siputrena: Dança feminina onde não tem idade para praticar.

¹⁹Kipa'e: Dança masculina também conhecida como bate pau.

Este começo foi fundamental para o começo da proposta educacional na Aldeia Buriti, quando o grupo de professores é convocado a elaborar o Projeto Político Pedagógico ainda sem muita informação.

Foi feita a convocação do então diretor Alberto França Dias que havia sido indicado pelas lideranças para ocupar a função de Diretor da Escola Indígena Alexina, uma situação nova a todos os professores, mas de muito aprendizado, pois estiveram presentes nesta construção estudantes, anciões professores, coordenador pedagógico e Diretor da devida escola.

Elaborar este documento contribuiu muito com a equipe escolar tornando o grupo de professores melhor organizado para discussão e valorização para uma educação indígena diferenciada, específica e cultural, propondo-se a valorização dos saberes indígenas apoiando as ações da comunidade e a comunidade apoiarem também a escola.

Na elaboração do PPP com apoio de todos os seguimentos da comunidade foi proposto e pensado um modelo diferenciado com valores, saberes que se tem e que se propõem para uma escola diferenciada.

A reelaboração do projeto era de extrema importância, pois esta escola não havia sido criada especificamente para o contexto indígena, a mesma foi transferida de uma comunidade não indígena para dentro da Aldeia, o seu projeto não atendia aos requisitos de uma escola indígena.

A escola teve muita dificuldade na elaboração do Projeto Político Pedagógico, pois pretendia assegurar uma proposta que estivesse de acordo com os parâmetros de uma educação escolar indígena, conforme discorre o professor Alberto França:

Foram dias de angústia procurando cumprir a determinação vinda da SEMED onde exigiam que fosse cumprido o prazo para dar entrada com o Projeto no conselho e na ocasião não tínhamos ajuda da secretaria de Educação de Dois Irmãos Buriti, o que havia era uma cobrança interminável e tivemos que escrever do nosso jeito, com os nossos pensamentos. Neste período, não dominávamos totalmente e a dificuldade era muita, mas concluímos. Ao enviar para o Conselho Estadual de Educação, o Projeto não atendia os requisitos, o padrão para uma escola a qual o Conselho acredita ser ideal a todos, não havendo compreensão que a proposta é para uma escola indígena diferenciada e com outra cultura, o projeto foi levado uma única vez à apreciação do Conselho. Após este período, o grupo de professores sentiu-se desmotivado e deixou de discutir uma nova proposta deixando a escola descoberta sem o projeto por (5) cinco anos, sendo então retomado o processo de elaboração em 2012 pelo então diretor Gerson, desta vez sendo aprovado pelo Conselho com aquilo que o Conselho comprehende ser o modelo padrão a todas as escolas do Estado. A equipe escolar já estava cansada, não tendo paciência teve que concordar e ficando então aprovado um projeto não condizente com o que queremos. Um fato importante, ‘os

professores continuam utilizando o projeto que foi elaborado pelo grupo e ignorando o projeto aprovado pelo conselho' (Alberto França Dias. Entrevista, 2015).

Conforme o professor Alberto França relata sua angústia vivida diante da secretaria de educação de Dois Irmãos do Buriti, onde existia uma cobrança para concluir esse documento que por sua vez diziam que apenas a Escola Polo Municipal Indígena Alexina Rosa Figueiredo não tinha um projeto e isso causava um desconforto na equipe escolar.

Observa-se hoje uma equipe de professores conhecedora do projeto que a escola tem, o qual propõe o fortalecimento da identidade cultural, desconstruindo assim uma hegemonia de uma escola eurocêntrica, para propor um sistema próprio que esteja dentro do perfil que se pretenda para uma escola indígena. Hoje a escola se tornou um espaço de reflexão e de construção de um novo modelo de educação escolar indígena.

Com toda esta vivência neste âmbito escolar tornou um ambiente favorável a uma construção onde os seguimentos participam assiduamente propondo um novo pensar desta educação que almejamos para nossas crianças.

Após ter passado por toda esta situação a escola conseguiu apoiar o movimento da retomada por ter uma proposta que vem ao encontro com a realidade da comunidade, uma escola indígena deve ser pensada e trabalhada conforme necessidade do seu povo, a proposta elaborada pelo grupo deve assegurar que a escola vai onde a comunidade está. Para isso, é preciso conhecer a legislação e fazer uso da mesma, pois os vários segmentos da comunidade como igreja, grupo de jovens e os demais que já foram citados estiveram imbuídos em um mesmo propósito apoiando a decisão tomada pela escola.

Onde quer que seja a participação dos professores é indispensável, por este motivo a escola esteve junto da comunidade, sem medo de qualquer punição, pois a mesma é um instrumento assegurado por meio do seu projeto.

Foto 14- A mudança da escola para o território de retomada.



Fonte: Acervo do autor (2010).

Percebe-se o movimento na área retomada pelos Terena dos tratores saindo para lavrar a terra e alguns grupos reunidos, vendo os que estão trabalhando na roça e outros indo para roça mais distante. Os Terena plantando onde antes só havia pasto!

O Professor Valdinez Gabriel indígena Terena da Aldeia Buriti relatou esse acontecimento:

Mudar a escola para um lugar de risco trouxe muita preocupação porque estaríamos saindo de um lugar de conforto para viver expostos a todo tipo de situação que possa pensar. Mas o momento era propício e precisávamos fortalecer a retomada e como estive presente com o meu povo desde o ano 2000, fazendo junto o enfrentamento em busca de retomar os nossos territórios, sabendo como é retomar logo percebi que levando a escola junto com todos seria realmente um acontecimento de muita grandeza que a escola estava proondo, fiquei ao lado da escola concordando, pois sou um professor desta unidade escolar e estaria próximo dos pais podendo colaborar de forma mais intensa com os meus conhecimentos (Valdinez Gabriel. Depoimento, 2015).

Foi fundamental observar que cada professor se colocou como agente transformador no apoio para levar a escola para o espaço de retomada foi o que afirmou o professor Valdinez Gabriel, mesmo sendo um lugar conflitante, mas foi essencial para a comunidade, pois já havia se passado longos anos e a retomada ainda não tinha causado um

impacto no que tange a um avanço significativo, e a escola neste local deu outro significado para todos os guerreiros, pois observaram que com a presença da escola acompanhando o movimento da comunidade, era o que sempre faltou neste processo de retomada, conforme constatamos no depoimento do professor Eder Oliveira Alcântara:

Levar a escola para participar do processo de retomada para mim foi um fato que causou realmente um grande impacto nas nossas vidas, após este fato observei o amadurecimento entre todos os segmentos, professores, lideranças e comunidade, estar neste espaço fez-me crescer em pessoa o quanto aprendi com as nossas lideranças, ter paciência, aguardar o tempo, aprendi isso tudo. Acredito que estamos revitalizando a nossa cultura aos poucos por meio da escola, pois a mesma tem um papel fundamental neste processo de retomada, estivemos junto com toda comunidade escolar foi um momento único em nossas vidas, jamais esquecerei aquilo que vivemos os tombos, o grito de guerra para motivar o grupo. A equipe escolar proporcionou a todos nós viver um espaço conflitante, mais um momento para descolonizar a todos nós, levarei como experiência este fato que passamos na retomada ministrando minhas aulas aproveitando o máximo os recursos que ali existe para transformar ainda mais atrativas minhas aulas (Eder Alcântara Oliveira. Entrevista, 2015).

Depois de passados alguns anos neste espaço de retomada apenas com os guerreiros o professor Eder Alcântara Oliveira viu neste espaço um local altamente propício para repensar o processo cultural e ainda sendo um espaço que trouxe estímulo para suas aulas. Um lugar espetacular para trabalhar a cultura local.

Foi muito bem analisado pelos segmentos, passando pelo crivo dos pais, lideranças, professores e anciões, estar com a escola na retomada, levar todos os alunos foi um momento muito rico que favoreceu vivenciar junto com a comunidade, fazendo os rituais de fortalecimento, criar o grito de guerra foi um acontecimento fantástico. Toda manhã, ao levantar-se, acontecia uma concentração de todo grupo invocando *oituko'oviti* (DEUS), para mais um dia de luta que seria enfrentado naquele espaço conflituoso, após esta invocação acontecia um ritual para colocar os guerreiros em alerta e apoiar a escola que estava junto convivendo neste processo tenso.

As aulas só iniciavam após todos os membros fortalecerem o seu espírito com a benção do *koixomoneti* (pajé) e a oração ecumênica, pois neste local tínhamos a presença de todos estes segmentos, onde havia respeito entre as partes. Pois na retomada do território estiveram todas as aldeias que compreende a terra Buriti, numa mesma luta por isso a oração acontecia de forma ecumênica.

Este local era altamente conflituoso, por isso aconteciam todas as manhãs um ritual para que todos tivessem um dia abençoado e fortalecido espiritualmente, pois o Terena

do Buriti acredita que para ter um de luta e aproveitamento todos devem conversar com o *Ituko'oviti* para não acontecer coisas ruins com a comunidade.

Foram oito meses em que a escola esteve neste local compartilhando os ensinamentos tradicionais e empíricos, pois se comprehende que as duas coisas devem caminhar paralelamente, assim como o aspecto religioso, estão todos amparados uns nos outros, os saberes e conhecimentos são altamente valorizados pela escola.

A presença das crianças fortalecia a vontade o desejo em continuar na luta, era por elas que os guerreiros levantavam ou quase não dormiam, revezando em guarnição em pontos estratégicos protegendo aqueles pequenos que ali estavam.

As crianças faziam um amanhecer mais alegre confundindo com os cantos dos pássaros, com isso cada guerreiro demonstrava em sua face a satisfação em estar pronto para ser o protetor de cada criança que naquele momento dependesse do seu amparo.

Toda preocupação dos guerreiros era com as crianças procuravam manter as mesmas protegidas do perigo.

CAPÍTULO 3

A AVALIAÇÃO DO INEP/IDEB NA ESCOLA POLO MUNICIPAL INDÍGENA ALEXINA ROSA FIGUEREDO

No Brasil desde 1500 até o século XX, a educação escolar oferecida aos povos indígenas esteve pautada pela catequização forçada dos índios objetivando a integração compulsória à sociedade nacional. Era dever de o Estado assimilar, integrar e incorporar os povos indígenas à sociedade nacional. Neste processo, a instituição escolar dentro das aldeias serviu de instrumento de imposição da cultura e modo de ser do outro ao modo de ser indígena e a negação da identidade e da cultura.

Impor um jeito de educação para um povo que, por sua vez, sempre teve seu modo próprio de educar torna algo que atravessa a cultura, o modo de pensar de agir de toda uma sociedade. Mas que agredir, foi retirar toda uma riqueza milenar trazida com todo esforço passando de geração para geração, com isso a educação para o indígena deve ser pensada de forma única por cada povo como jeito próprio de cada etnia.

A mudança deste modelo de educação aconteceu por causa da força do movimento dos povos indígenas e de seus aliados que conseguiram, pela primeira vez, inscrever na Constituição os direitos dos povos indígenas. Na Constituição Federal de 1988, os artigos 210, 215, 231 e 232 reconhecem os povos indígenas a sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições e ainda, que o ensino fundamental regular será ministrado na língua portuguesa, assegurando às comunidades indígenas a utilização de suas próprias línguas maternas e processos próprios de aprendizagens.

É claro respeitando todos os direitos indígenas na medida em que cada etnia cada povo tenha domínio sobre o modelo de educação que queira para sua comunidade.

Com isso o Estado brasileiro não comprehende ou faz vistas grossas propondo e impondo um sistema de avaliação homogenizador para todas as escolas não olhando que cada escola constrói o seu sistema próprio de ensinar, baseado na cultura local principalmente uma escola indígena. Ao aplicar uma avaliação nacional não comprehendendo que existe um diferencial, logo entra em contradição com o que se busca construir.

A Escola Indígena Alexina Rosa Figueredo analisou por meio de reuniões realizadas com a equipe de professores e pais de alunos onde e quando a avaliação era para fortalecer de fato a escola, depois de feita a análise pelo grupo, a equipe observou o comportamento dos alunos, a inquietude, a aflição demonstrada pelos estudantes isso fez o grupo tomar uma decisão, deixar de participar das avaliações advindas por meio de uma imposição, pois o grupo entendeu que a prova não atende o perfil que se trabalha no âmbito desta escola.

Depois de realizada esta análise pela equipe escolar, vista com bastante clareza como é realizada a aplicabilidade da mesma, seu enunciado seu formato, há todo um propósito de branqueamento, em seus objetivos para colocar as escolas dentro de um mesmo perfil que vai do Sul ao Norte deste País, sem considerar a diversidade sócia cultural.

A Escola Indígena Alexina Rosa Figueredo proporcionou um sistema de seminário com sua equipe, para melhor compreender esta avaliação, pois sabiam que para esta escola seriam ainda mais complicadas, a começar pelos enunciados, que por sua vez não trazem nada da realidade e cultura do povo indígena, as crianças confundem e não aceita outro aplicador, o mesmo deve ter aceitação, conhecer esta cultura, para a criança convive o período todo com o professor indígena e quando chega a Prova, se deparam com pessoas totalmente fora do seu contexto, com isso ocorre o conflito.

É perceptível notar que as crianças têm uma grande resistência quando adentra em sala alguém de outra cultura, ficam acanhadas e não fazem perguntas, continuam participando da avaliação e quando têm dúvida, se calam demonstrando medo em fazer pergunta. Por isso, o resultado das avaliações sai com o resultado não satisfatório de acordo com o entendimento e conceito do sistema.

A Escola Indígena tem seu perfil específico, sua forma própria de compreender o seu sistema educacional, o que se busca é a aceitação de que se trata de um espaço específico. Por esta razão, as avaliações devem ser pensadas de modo a atender e compreender este sistema *in-loco*.

O depoimento da professora indígena Terena Ana Sueli Fermino (2015) ilustra esta situação:

Acompanhei estas avaliações e observei que toda vez que a equipe de aplicadores chegava à escola já me dava um tremor como professora, imagina o que causava nas crianças, que seriam elas que teriam que fazer aquela avaliação. Por meio destas observações foi provocando em outros professores esta reflexão, pois assim que fosse tomada a decisão, teríamos o apoio de todos os professores independente de atuar com a turma ou não. A

direção da escola provocava reuniões para debater o quanto estas avaliações ajudavam ou traziam mais conflitos na cabeça dos nossos alunos. Sempre me posicionei, pois acompanhei a angústia dos estudantes. Uma vez a prova vinda às crianças era submetida a fazer contra sua vontade. Pois havia um discurso para intimidar a escola. Em decisão coletiva a escola disse não a todas as avaliações, por estes motivos e também, por causados conteúdos que traz esta avaliação. A equipe da escola resolveu não participar das mesmas e pensar um sistema de avaliação partindo da própria escola, com anuência do conselho responsável, ou ainda participar na elaboração das avaliações nacionais, pois temos representante nesta esfera (Ana Sueli Fermino, 2015).

Conforme depoimento da professora Ana Sueli, a escola realiza sua análise em relação às avaliações como provinha Brasil, prova ANA, que por sua vez são colocadas no sentido padronizado não respeitando a especificidades.

A assim a entidade declarou, por meio de documento, o seu desejo em não fazer estas avaliações por entender que esta categoria de educação atende os princípios de uma educação indígena específica, a mesma participou pela última vez no ano de dois mil e onze, quando havia acabado de sair do espaço em litígio e elevou o índice consideravelmente, onde foi aplaudida pelo poder público uma vez que, naquele momento, estávamos dentro da aceitação para sistema educacional Brasileiro.

Entretanto, no período em que participou da Prova, foi tachada como fraca e de não contribuir na elevação do IDEB do Município. Foram estas e outras questões que levaram a tomar posicionamento em não participar destas avaliações, hoje a equipe pensa um sistema avaliativo próprio.

Buscávamos argumento para dizer que, não tínhamos intenção em fazer esta Prova em outra categoria de educação, pensando o seu sistema próprio de avaliação. Em nossas reuniões pedagógicas procurava sempre instigar a opinião principalmente dos professores que estavam trabalhando nas séries onde aconteciam as avaliações. Após entendimento e afirmação com os professores, procurei socializar com os pais explicando que por estar dentro da categoria indígena, não justificava continuar participando de um sistema avaliativo que só tachava de fraca, que todos são incapazes não respeitando o jeito o tempo indígena de ensinar e apreender. Os pais também logo compreenderam e passaram a apoiar a decisão dos professores, demonstrando total entendimento e ficando ao lado da nossa proposta.

Após as várias reuniões realizadas no âmbito da instituição com a participação dos professores e em consonância com os pais, uma profunda reflexão ocorreu e teve a certeza

que não participaria das próximas avaliações, com base no apoio dos professores e dos pais e baseado na legislação vigente para esta categoria.

Esta decisão foi tomada considerando a natureza comunitária das Escolas Indígenas, garantida como princípio em todos os documentos emitidos pelo MEC e nas Resoluções e Pareceres homologados pelo CNE, bem como nos Decretos e Portarias presidenciais e documentos homologados pelo Poder Legislativo, a saber:

Atribuições legais e conformidade com disposto na alínea “c” do § 1º do Art. 9º da Lei n. 4.024/61, com a redação dada pela Lei n. 9.131/95, na Lei n. 9.394/96, especialmente nos arts. 78 e 79, 26-A, § 3º do Art. 32, bem como no Decreto n. 6.861/2009, e a Resolução nº 05 de junho de 2012, com fundamento no Parecer 02/2015 da Comissão Gestora dos TEE'S Cone Sul e Povos do Pantanal, considerando.

O direito a uma educação escolar diferenciada para os povos indígenas, assegurado pela Constituição Federal de 1988; pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais, promulgada no Brasil por meio do Decreto n. 5.051/2004; pela Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 da Organização das Nações Unidas (ONU); pela Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas 2007; pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96), bem como por outros documentos nacionais e internacionais que visam assegurar o direito à educação como um direito humano e social;

As Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (Parecer CNE/CEB n. 7/2010 e Resolução CNE/CEB n. 4/2010), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Parecer CNE/CEB n. 20/2009 e Resolução CNE/CEB n.5/2009), as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental (Parecer CNE/CEB n. 11/2010 e Resolução CNE/CEB n. 7/2010), e as Diretrizes Curriculares Nacionais para Ensino Médio (Parecer CNE/CEB n. 5/2011 e Resolução CNE/CEB n. 2/2012), além de outras que tratam das modalidades que compõem a Educação Básica;

Com base na LDL/9394/96, e nas demais leis infraconstitucionais reafirmam o Brasil, como um país pluriétnico e multicultural, inovando assim o paradigma da relação entre povos indígenas e Estados Nacional.

Por conta disso, a grande exigência trazida por esse novo paradigma é o desenvolvimento de políticas específicas para os grupos etnicamente diferenciados da sociedade nacional.

Durante toda a década de 1990, o governo brasileiro publicou uma série de documentos oficiais visando garantir a elaboração de políticas públicas que levem em conta as

especificidades, e mais do que isso, a exigência da criação de novas práticas que respeitem a cultura, a tradição a organização social dos grupos étnicos em questão.

Existe hoje no Brasil um *corpus* documental, que tem como princípios e diretrizes o respeito à diversidade étnica do nosso país e à característica eminentemente sociocultural da educação escolar, reconhecendo assim, o direito dos indígenas a ter uma escola que respeite o seu modo de viver, suas relações sociais e com a natureza.

Desse modo, avaliando conjuntamente com a equipe escolar da Escola Indígena Alexina Rosa Figueiredo esta política existente na esfera nacional a respeito da avaliação que, de certa forma, fala a respeito desta escola que estamos inseridos não está condizente com aquilo que buscamos construir para o nosso povo. A escola para os Terena da aldeia Buriti é um espaço de negociação onde a comunidade realiza as reuniões para fazer o seu planejamento com a participação dos professores, lideranças, comunidades e os alunos indígenas.

Esta escola é incorporada aos processos educativos tradicionais, contribuindo efetivamente para os projetos de futuro do nosso povo. Estamos construindo uma educação que atenda o nosso jeito de compreender e ver a educação escolar que queremos e que possa ser gerenciado através do indígena é claro que atendendo também a esta hibridização que vivemos nos dias atuais.

A escola proporciona momento fundamental no tange a educação escolar diferenciada pensando uma proposta educacional por meio da equipe de professores, inclusive uma avaliação que tenha participação da comunidade escolar em sua elaboração contextualizada para esta escola.

Entretanto, o desafio que está posto é a execução da educação escolar indígena como política governamental desenvolvida dentro das formas de gestão existente no Estado brasileiro, na busca de seu reconhecimento e oficialização e pela garantia de recurso para assegurar o ensino intercultural.

Parte do documento redigido pela Escola Alexina Rosa Figueiredo, afirmando sua vontade em não participar da provinha Brasil.

Reafirmamos aqui então que a Escola Alexina Rosa Figueiredo, através da reunião com o corpo docente comunidade e lideranças tribais, tomaram a decisão de forma coletiva que não participarão da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) e também da Provinha Brasil Sabemos que esta avaliação vem para atender um modelo de escola que está dentro do projeto Pacto Nacional pela Alfabetização, e nossa Escola Alexina Rosa Figueiredo está vinculada a outro programa “SABERES INDÍGENAS”, onde aguardamos um novo modelo de avaliação que possa estar condizente com o

que estamos construindo. Deixamos claro que não pretendemos fugir de fazer avaliação, apenas queremos participar do processo da elaboração desta prova (Escola Alexina Rosa Figueiredo, 2014).

A escola demonstra saber o que busca para colocar em prática em seu sistema de ensino, existe um grupo de professores querendo propor sua forma de compreender como deve ser uma educação para o indígena.

A educação escolar indígena tem amparo legal, a começar pela Constituição de 1988, Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas, de 1998, as deliberações do Conselho Nacional de Educação, a Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009, a Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010, que define Diretrizes Curriculares Nacionais Para A Educação Básica, e da Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010, que fixa Diretrizes Curriculares Nacionais Para O Ensino Fundamental de nove anos. O Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei nº 10.172/2001, que vigorou até o ano de 2011 e o novo PNE aprovado pela Lei nº 13.005 de 25 de Junho de 2014.

A categoria de escola indígena mesmo estando amparado por inúmeras leis e resoluções que daria conta por si só de caminhar e propor seu jeito indígena para seu povo, não tem tido grandes avanços, o que vem ocorrendo é um grande enfrentamento pela equipe escolar para fazer acontecer sua educação.

Estas avaliações realizadas pelo Saeb buscam por sua vez mostrar aos dirigentes públicos municipais e estaduais, o quanto devem ou não investir no seu sistema de educação, proporcionando assim um modelo de formação, onde possa atender as dificuldades enfrentadas por cada escola. Com isso pensando também em um calendário específico para atender esta especificidade.

O Saeb é composto por três avaliações externas em larga escala:

Figura 7- Demonstrativo da avaliação do Saeb.



Fonte: INEP/IDEB pesquisa de campo (2015).

O sistema de avaliação Saeb atendendo sua proposta realiza três formas de avaliações, onde a primeira é a prova Prova/Brasil que acontece a cada dois anos. A prova ANA é realizada todos os anos. A avaliação Nacional da educação básica abrange de maneira amostral as redes públicas, alunos do 5º e 9º ano do ensino fundamental e 3º ano do Ensino Médio. Seu principal objetivo é avaliar a qualidade, a equidade e eficiência da educação brasileira.

A prova Brasil por sua vez avalia os alunos de 5º e 9º ano do Ensino Fundamental das escolas pública o seu objetivo é avaliar a qualidade do ensino ministrado e participam dessa avaliação escolas com no mínimo de 20 alunos matriculados.

A avaliação ANA é realizada no 3º ano do ensino fundamental o seu objetivo é avaliar os níveis de alfabetização e letramento em língua portuguesa, a mesma foi incorporada ao Saeb em 07 de Junho de 2013, pela portaria nº 482.

A partir da instituição do Pacto, O Ministério da Educação pretende apoiar os sistemas de ensino na alfabetização e no letramento dos estudantes até o final do 3º ano do ensino fundamental, em escolas rurais e urbanas, e não refere em relação à categoria de escola indígena.

A proposta de avaliação prevista, na portaria citada envolve, entre outras ações, a realização de uma “avaliação externa universal do nível de alfabetização ao final do 3º ano do ensino fundamental, aplicada pelo Inep”. Com a intenção de garantir aos estudantes dos sistemas públicos de ensino estejam alfabetizados, em língua Portuguesa e em matemática, até o final do 3º ano do ensino fundamental.

O presente documento facilita e busca atender o letramento em Português, e não refere à especificidade que cada comunidade Indígena almeja alcançar por meio da educação, na valorização dos conhecimentos e saberem tradicionais.

A rede municipal e estadual busca aporte nas avaliações realizadas por meio da ação do Saeb, conforme relato abaixo.

A partir da análise dos indicadores do Ideb, o MEC ofereceu apoio técnico ou financeiro aos municípios com índices insuficientes de qualidade de ensino. O aporte de recursos se deu a partir da adesão ao Compromisso Todos pela Educação e da elaboração do Plano de Ações Articuladas (PAR). [...] Em 2008, todos os 5.563 municípios brasileiros aderiram ao compromisso. O ministro da Educação, Fernando Haddad, telefonou pessoalmente para os 15 últimos prefeitos que ainda não haviam assinado o termo de adesão. No dia 30 de julho deste ano, foi completada a inscrição de 100% dos municípios brasileiros. Assim, todos os municípios e estados do Brasil se comprometeram a atingir metas como a alfabetização de todas as crianças até, no máximo, oito anos de idade. [...] O MEC dispõe de recursos adicionais aos do Fundo da Educação Básica (Fundeb) para investir nas ações de melhoria do Ideb. O Compromisso Todos pela Educação propõe diretrizes e estabelece metas para o Ideb das escolas e das redes municipais e estaduais de ensino (MEC. INEP, 2013).

Para as escolas indígenas este modelo de avaliação não tem sido tão bem aceito pela forma como é aplicado, no âmbito desta escola pesquisada compreendeu que é necessário pensar um sistema que atenda os anseios *in- loco*.

Compreendemos a vital importância das avaliações para as escolas serem avaliada o que a escola indígena não concorda é com o formato, que por sua vez não atende os princípios para a escola diferenciada que buscamos construir.

As avaliações realizadas servem para estabelecer formas e metas para que cada rede ou escola possa se posicionar diante do seu resultado alcançado, para isso o governo municipal ou estadual busca seu aperfeiçoamento diante do resultado de sua escola.

Com a profunda avaliação feita de forma coletiva pela Escola Indígena Alexina Rosa Figueredo compreendeu-se que participar deste sistema avaliativo não contribui com crescimento da escola, pois a escola, a qual está sendo discutida, está amparada para propor seu jeito e maneira de pensar educação, e a equipe escolar desta unidade realiza momentos para pensar este processo educacional.

Ainda no âmbito desta escola existe uma proposta de pensar profundamente como avaliar estes estudantes, pois esta categoria de escola atende outros princípios como sua especificidade intercultural e bilíngüe, e que encontra amparo legal dentro das legislações vigente neste país.

Segundo a professora Cledeir Pinto Alves:

A escola Alexina Rosa Figueredo, pensa uma forma de avaliação que possa estar condizente com o perfil de escola indígena onde os anciões são mais

valorizados, buscamos ouvir, e aproveitar aquilo que eles nos trazem de informação, pois nossa escola preocupa com o ensinamento que estamos querendo para nossas crianças, com isso não fugimos de fazer esta ou aquela avaliação, apenas buscamos um sistema próprio para atender o nosso jeito indígena de ser (Cledeir Pinto Alves, Depoimento 2015).

A professora Cledeir mostra como a equipe escolar vem debatendo, procurando propor seu jeito próprio de ensinar de avaliar não fugindo, mas valorizando o conhecimento tradicional dos anciões, pois o povo indígena por sua vez, não usava a escrita como principal ferramenta valorizava muito a oralidade e isso é o jeito indígena de fazer educação.

Todo o processo e a própria legislação tem seu princípio de tornar a educação para o indígena como uma forma de integrá-lo fazer o mesmo assimilar impondo um branqueamento no jeito indígena, não querendo compreender que nos dias atuais, este ser que antes era dominado está em plenas condições de cuidar e ser o principal o protagonista de suas conquistas.

Reconhece também que, nos processos de reelaboração cultural em curso em várias terras indígenas, a escola tem se apresentado como um lugar estratégico para a continuidade sociocultural de seus modos de ser, de viver, de pensar e de produzir significados. Nesta nova perspectiva, vislumbra-se que a escola passa tanto contribuir para a melhoria das condições de vida das comunidades indígenas, garantindo sustentabilidade, quanto promoverá cidadania diferenciada dos estudantes indígenas (BRASIL, 2012, p. 4).

A escola a qual estamos referindo vem desenvolvendo uma proposta ao longo de sua trajetória pensando uma forma específica para sua clientela.

Esta avaliação denominada Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC Prova Brasil), realizada a cada dois anos avalia as habilidades em língua portuguesa (foco na leitura) e em matemática (foco em resolução de problema).

Por ser universal, a prova Brasil expande o alcance dos resultados oferecidos pela Aneb. Fornece médias de desenvolvimento para o Brasil, regiões e unidades da Federação, para cada um dos municípios e para as escolas participantes.

A escola indígena ainda entende que esta avaliação não atende seus interesses mesmo sendo elaborado por uma equipe altamente capacitada, entende-se que para a escola indígena deva ser pensado um sistema específico.

A Escola Municipal Indígena Alexina Rosa Figueiredo, na Aldeia Indígena Buriti, da etnia Terena, começou a participar das provas do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas no ano de 2009 onde não foi divulgado por ter um índice muito baixo, o que deu argumento

ao poder público de Dois Irmãos do Buriti para taxar a escola como fraca até com freqüente ameaça de fechar a escola.

Após estas críticas feita, e escola e os professores assumiram uma nova postura, foram realizadas inúmeras reuniões e cursos preparatórios onde foi elaborado pelo grupo um perfil para cada turma, para que cada série/ano alcançasse durante o ano letivo, esta preocupação sempre existiu dentro deste espaço escolar.

Após a escola ter realizado sua primeira participação fazendo aprova, atendendo ao pedido da secretaria municipal de Dois Irmãos do Buriti, ficou um medo em saber se o resultado se seria favorável ou negativo aos olhos do gestor municipal, e claro o resultado não agradou e como isso vieram as críticas, feita diante dos líderes tribais fazendo uma cobrança muito contundente dizendo do fracasso dos alunos e dos professores. Com isso, a equipe de professores buscou estudar aprimorar seu conhecimento, mas sempre indagando este sistema de avaliação, observando que não serve para esta escola a qual esta sendo construída.

A forma como é aplicada as avaliações, não deixa os alunos sentir-se de forma tranquila para fazer a tal avaliação. O professor regente da turma fica restrito não podendo participar ou acompanhar as avaliações, compreendo isso como uma forma contraditória ao que este aluno vivencia em seu dia-a-dia.

Após assumir a direção da escola Alexina, em setembro de 2009, tracei meu objetivo para dialogar com a SEMED de Dois Irmãos um entendimento para não participar dessas avaliações, enquanto não atendesse os critérios que compreendemos ser importante.

Ex.: Compreender a cultura local para então aplicar tal avaliação para este contexto específico.

A pesquisa indica, até o momento, que o sistema de avaliação das escolas indígenas, por parte do governo, não está de acordo com a realidade dos povos indígenas no geral, e em especial dos Terena da Aldeia Buriti.

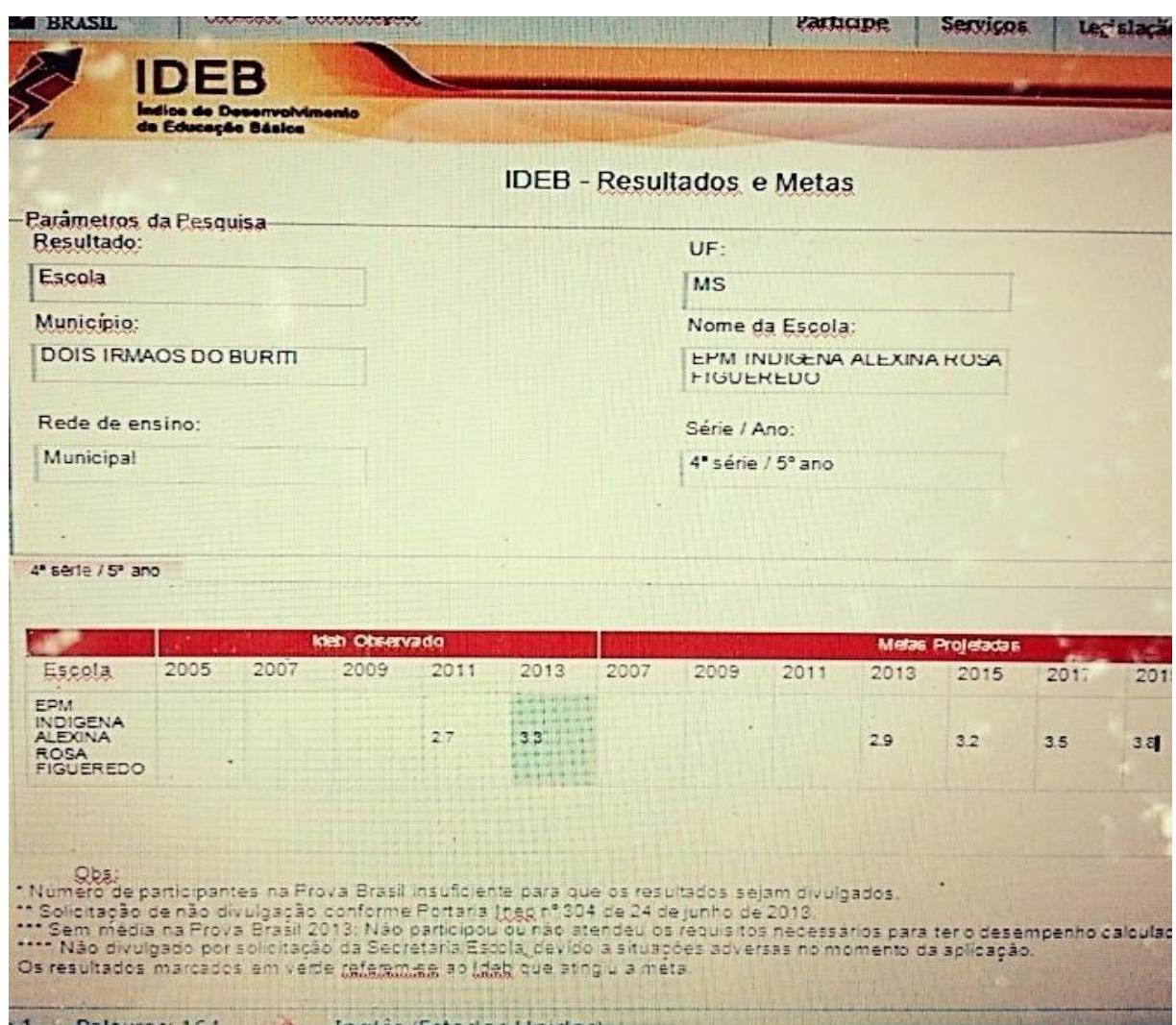
Após sair o resultado da prova e com índice baixo a escola sofrer repressão como uma das piores pela secretaria de Dois Irmãos do Buriti, e também pelo executivo, mas isso foi fundamental na época, pois houve um despertar de nossas lideranças, onde os mesmos buscaram entender o que seria esta avaliação em que situação implicaria no andamento da escola, e os líderes quiseram compreender o que fazer para contribuir para que a escola pudesse ter o devido respeito o qual merece, por ser um espaço de ensino onde os professores buscam propor um sistema específico.

A nossa escola esta nesta proposta, querendo desconstruir um modelo cartesiano para construir a sua forma de ver esta educação escolar indígena conduzida pelo próprio indígena.

Buscamos aprimorar os nossos saberes apoiando um ao outro incentivando a formação acadêmica amparada nos conhecimento tradicional dos anciões da aldeia.

Este espaço educacional passou por um processo de transformação onde foi preciso compreender cada segmento, e saber respeitar o limite e os méritos de cada professor.

Figura 8- Quadro demonstrativo do resultado da escola Alexina Rosa Figueredo.



Fonte: INEP/IDEb (2015).

A Figura 8 mostra o quadro demonstrativo do resultado que a escola obteve na prova Brasil no ano de dois mil e onze onde o índice da Escola Alexina Rosa Figueredo foi 2.7 o qual rendeu elogio para escola.

Participar desta avaliação fez a escola repensar o seu modelo sua forma o enunciado que por sua vez não atende os princípios desta educação que é pensado pela equipe de professores, com isso observa uma proposta contraditória indígena.

Figura 9 - Quadro demonstrativo da escola Alexina Rosa Figueredo serie/ano 9º



Fonte: INEP/IDEB (2015).

A Figura 9 destaca o quadro demonstrativo mostra o quadro do 9º ano da Escola Alexina Rosa Figueredo onde em dois mil onze não foi considerado por não atingir um percentual que não corresponde aquilo que o MEC comprehende ideal para as escolas do Brasil.

Em relação a outras escolas do município de Dois Irmãos do Buriti, a Escola Alexina Rosa Figueredo superou a expectativa relacionada à meta esperada pelo MEC no ano de 2011, Através das entrevistas realizadas com os professores e professoras da Escola Municipal Indígena Alexina Rosa Figueredo, podemos ver o descontentamento deles com esse processo de avaliação.

O professor Gilmar Veron Alcantara coordenador pedagógico da escola Alexina Rosa Figueredo faz sua observação em relação às avaliações:

O que pude observar na provinha Brasil, e em outras avaliações, foi um certo medo em relação ao aplicador e um dos fatores que causa estranhamento entre os alunos é sentir constrangido por não conhecer o aplicador é notório ver as crianças caladas no seu canto sentindo medo, até que vendo aquela situação como coordenador fazia a intervenção propondo quebrar aquela tensão que nossos alunos sentiam no momento da avaliação. A nossa escola participou desta avaliação por duas vezes que me recordo em dois e mil e nove e dois e onze no primeiro ano não foi divulgado o resultado apenas em dois mil e onze foi quando o alcançamos 2.7 nas séries iniciais e nas séries finais, neste ano não foi divulgado e até recebemos elogio do poder executivo de Dois Irmãos do Buriti, MS (Professor Gilmar Verón Alcântara. Entrevista, 2015).

A análise do coordenador Pedagógico Gilmar Verón Alcântara é bastante pertinente, pois faz uma avaliação real, pois o mesmo acompanhou de perto todo processo avaliativo e também passou pelo mesmo processo de angustia acompanhando os alunos no momento da aplicação da prova.

A não compreensão da secretaria e do MEC, para com as escolas indígenas que tem a sua escola diferenciada com seu PPP diferenciado, torna complexo aplicar as provinhas acima citado fora do contexto diferenciado e bilíngüe, na qual não são respeitadas as diferenças e o modo de ser e o modo de aprendizagem dos Terena por mais que uma comunidade Indígena não domina sua língua materna e tendo que assumir outra língua, ainda permanecem certos valores.

Jeito de interpretar, sua forma de pensar, até mesmo palavras que são usadas no dia-a-dia causa complicações na cabeça destes alunos, e isso deve ser levado em consideração para que este aluno que demonstre ter dificuldade no ato de interpretar o enunciado desta avaliação.

Qualquer mudança no cotidiano da criança é motivo para causar estranhamento e não se concentrar para fazer uma boa avaliação e conseguir um bom rendimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acredito que estou finalizando um trabalho, uma reflexão que contribuirá para fortalecer as minhas indagações em relação a que busco compreender, para que diante da minha comunidade, possa ser um proposito em busca de fazer e ser um agente transformador no que tange à educação específica e diferenciada para atender os propósitos daquilo que pensamos para este contexto indígena, em especial da aldeia Buriti. Sempre observei carência para fortalecer as nossas propostas e por isso creio que iremos propor melhor as nossas intenções para fazer cumprir a Lei.

Compreendi também que a aldeia Buriti desde sua constituição foi formada aos poucos com a chegada das famílias e assim foi se constituindo a primeira aldeia denominada Invernadinha, onde hoje está a Aldeia Água Azul, sua formação passou por outros espaços como Potreirinho, Arrozal, até chegar onde está hoje.

Saio fortalecido compreendendo melhor como o meu povo Terena chegou até a terra Buriti, o caminho percorrido, a estratégia utilizada, onde seguiu o curso do rio para poder constituir a aldeia Buriti, o seu sistema de produção. Enriqueceu minha concepção de indígena Terena da terra Buriti, pois conversamos em relação à concepção do Terena do Buriti aproveitamos o espaço da escola, para realizar este debate e propor o perfil deste Indígena.

Nesta caminhada entre os pesquisadores não indígenas e com os pensadores indígenas pude observar que os nossos pensadores, embora sejam eles considerados jovens, mas já com grande responsabilidade e muita informação, foi onde busquei assegurar minha pesquisa para chegar a uma conclusão.

Com a presença da escola no espaço de retomada foi possível sentir a energia vinda das crianças, dos guerreiros, das lideranças e professores. Este local se tornou para cada um de nós, antes de tudo, uma escola onde os professores poderiam ser um membro da comunidade, não necessitaria de uma formação acadêmica, o seu conhecimento de vida era uma aula para todos que ali estavam convivendo.

Quando ouvi os entrevistados, notei o quanto cada um tinha envolvimento com a questão e sabiam a importância de estar presente junto da comunidade no processo de

retomada, na tomada de decisão em relação a não fazer as avaliações, a equipe de professores se tornou mais que nunca um agente transformador em seu local de trabalho e na Aldeia também.

Com o trabalho finalizado, sinto-me realizado em ter direcionado minha formação para esta linha de pesquisa, creio em Deus e continuo minha luta para compreender ainda melhor todo este processo educacional que, acredito, não termina aqui.

Passou- se um período de reflexão, compreendi melhor minha infância junto com os meus pais qual dificuldade passamos para que fosse possível estudar , morando na aldeia.

Estudei numa escola multisseriado onde se dividia tudo até mesmo as carteiras eram para ser divididas em até três alunos.

A nossa escola XV de Novembro tinha um perfil, aliás, não existia uma intenção de construir pessoas críticas buscava alienar estes estudantes para que os mesmo continuassem neste espaço sem nem uma expectativa Graças a Deus o professor Ramão Pinto Alves iniciou um trabalho de valorização de seus alunados propondo ser realmente um agente transformador para estes estudantes. Após este processo educacional que quis pacificar os estudantes onde a proposta era apenas ensinar a fazer o nome e aprovar os mesmos.

Ouvindo estas afirmações do Professor Ramão foi possível pensar um sistema que saísse deste dilema e fosse pensado um modelo próprio para o povo Terena da aldeia Buriti, com isso nos deslocamos e buscamos quebrar este Paradigma que por sua vez também foi importante, pois foi um começo que a comunidade vivenciou.

Já esta nova geração de professores busca de forma coletiva transformar esta educação cartesiana em uma educação condizente e apoio de nossos sábios indígenas e os autores pensantes desta educação nacional.

Esta escola consegue sair de um modelo centralizado por meio das indagações nas reuniões onde as informações sempre foram compartilhadas no intuito de fortalecer a equipe para construir uma educação com os valores ancorados na sabedoria dos anciões.

Foi um processo difícil, mas fundamental onde o grupo se transformou e hoje defende com propriedade a proposta desta escola.

REFERÊNCIAS

- ALCÂNTARA, Mamedes Genildo; BROSTOLIN, Marta Regina. **O processo escolar dos Terena**. Campo Grande-MS: UCDB, 2011.
- ALMEIDA, Fernando Augusto Azambuja de. **A construção do processo escolar dos Terena da Aldeia Buriti**. Campo Grande, 2012. 129p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica Dom Bosco, 2012.
- AZANHA, Gilberto. **As terras Indígenas do Mato Grosso do Sul** - Relatório Técnico. Brasília, 2004
- AZANHA, Gilberto. **Relatório antropológico para a redefinição dos limites da Terra Indígena Buriti** - Portaria 1.155/Pres./FUNAI. Brasília: s./ed., 2001.
- AZANHA, Gilberto. **Relatório GT 553/FUNAI**. Brasília: FUNAI, 2000.
- BALDUS, Herbert. **Ensaios de etnologia Brasileira**. São Paulo: USP. 1979.
- BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Glauce Renate Gonçalves. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- BRASIL. Ministério da Educação e Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas**. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BRASIL. Ministério da educação. **Parecer CNE/CEB nº 13/2012, de 10 de maio de 2012**. Brasília: Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica, 2012.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **Urbanização e tribalismo: a integração dos índios Terena numa sociedade de classes**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- CUNHA, M. C. **Antropologia do Brasil**: mito história e etnicidade, São Paulo: Brasiliense, 2012.
- ESCOLA POLO MUNICIPAL Indígena Alexina Rosa Figueiredo. **Projeto Político Pedagógico (PPP)** - Escola Municipal Indígena Alexina Rosa Figueiredo. Dois Irmãos de Buriti, MS: Secretaria Municipal de Educação, 2012.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holando. **Míni Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 8.ed. 2010 - Nova Ortografia.
- HALL, Stuart. **A Identidade em questão...** Se supõe como fixo coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza, Rio de Janeiro, DP & Editora, 1990.
- HALL, Stuart. **Identidade em questão...** As formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam Rio de Janeiro, DP & A editora, 1987.
- HALL, Stuart. **Da diáspora**. Identidade e mediações. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

HALL, Stuart. Notas Sobre a Desconstrução do “Popular”. In: **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HALL, Stuart. **O mito de origem dos estudos culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 1979.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. IDEB - Resultados e metas. Disponível em: 213. <<http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado>>. Acesso em: 12 set. 2015.

LEITÃO, R. M. **Educação e tradição a significação da educação escolar para o povo Karajá**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1997.

MATO GROSSO DO SUL (estado). **Deliberação CEE/MS n 10.647, de 28 de abril de 2015**. Fixa normas para oferta da educação escolar indígena no Sistema Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul e dá outras providências. Campo Grande: Secretaria de Estado de Educação.

OLIVEIRA, Jorge Eremites de; PEREIRA, Levi Marques. **Terra indígena Buriti**: perícia antropológica, arqueológica e histórica sobre uma terra terena na Serra de Maracaju, Mato Grosso do Sul. Dourados: UFGD, 2012.

REFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução: Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SEBASTIÃO, Lindomar Lili. **Mulher Terena**: dos papéis tradicionais para atuação sociopolítica. 2012. 145 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.